

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



ANA CATARINA CARVALHO
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço
Público: contributos para a prevenção do
crime e de incivilidades**

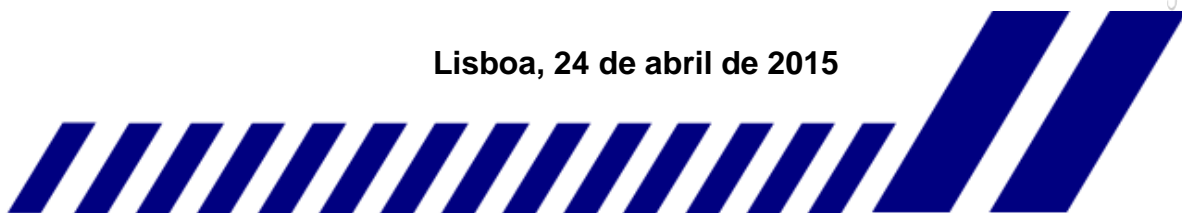
Orientadora:

Prof.^a Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira

Coorientador:

Dr. Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote

Lisboa, 24 de abril de 2015



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



ANA CATARINA CARVALHO
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e de incivildades

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob orientação da Professora Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira e do Dr. Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote.

DEDICATÓRIA

À minha avó Zeca

Ao Ricardo,

A todos aqueles que acreditaram que seria capaz!

AGRADECIMENTOS

À Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira, por ter aceitado orientar esta investigação e pelo apoio prestado,

Ao Sr. Subintendente Hugo Guinote, por todo o conhecimento que me transmitiu e pelo seu contributo,

À Professora Doutora Sónia Morgado, pela disponibilidade e paciência em me ajudar no tratamento dos dados estatísticos,

Ao Chefe Branco da Divisão de Investigação Criminal da PSP de Lisboa, pelo valioso auxílio na recolha de informações criminais,

Ao Chefe Jaime da Subsecção de Informações da Divisão de Sintra, pela preciosa ajuda na recolha de dados referentes à criminalidade registada,

À Dra. Mafalda da Câmara Municipal de Sintra, pela ajuda na pesquisa de material cartográfico,

À professora Carla, pela prontidão e carinho com que me ajudou,

À minha família, pela educação que me deu e pelo que sou hoje, apoiando-me sempre em todas as minhas escolhas,

Aos meus irmãos, à Célia e à minha princesa Diana, pela amizade, pelo acolhimento e pelos momentos que me proporcionaram até ao dia de hoje,

Ao Ricardo, meu cúmplice e leal companheiro de hoje e sempre, pela sua paciência, ajuda e espírito de motivação. Obrigada por acreditares em mim,

Ao Jorge, à Ana, à Joana e à Celeste, por serem a minha segunda família,

Ao Hugo Correia, à minha Tânia e ao Ricardo Carvalho pela amizade e carinho,

À Joana, pela sua preciosa ajuda, pela sua prontidão e amizade que a caracteriza,

Ao Sr. Vaz Antunes, por me indicar o caminho certo e pelo carinho que sempre demonstrou por mim,

Ao Subcomissário Toni, pelos ensinamentos policiais e pela orientação na escolha da área de estudo,

À casa que me acolheu durante cinco anos, que fez de mim um pouco daquilo em que hoje me transformei, ao ISCP SI e a todos os que a compõem, pela formação profissional e pessoal e pela oportunidade de realizar um de muitos sonhos profissionais,

Aos meus amigos e colegas do XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pelos momentos partilhados ao longo destes cinco anos,

A todos aqueles que colaboraram na aplicação dos instrumentos de estudos,

O meu sincero agradecimento.

RESUMO

A cidade é a representação máxima da adaptação do espaço físico às (supostas) necessidades e expectativas do Homem, sem olvidar que o primeiro determina o comportamento humano. A dependência entre estes dois elementos provoca o emergir de novas formas de insegurança com base no crime e nas incivilidades, refletindo as fragilidades da arquitetura das cidades. A pertinência destas fragilidades originou o aparecimento de estratégias de *Crime Prevention Through Environmental Design*, constituindo-se como uma nova forma de prevenção criminal através da manipulação das características físicas. Com esta nova visão parte-se do ideal de redução das oportunidades para a prática delinvente. Face a isto, neste estudo procura-se perceber a dimensão da insegurança urbana em função da criminalidade e do espaço físico, de modo a responder a esta relação através da prevenção por parte das Forças de Segurança, apoiadas pelo poder local. Para alcançar os objetivos propostos, recorre-se ao estudo exploratório, através de um estudo de caso que assenta na aplicação de questionários à população, sobre o sentimento de insegurança, na análise de cartografia e na aplicação de uma ferramenta que permite às Forças de Segurança trabalhar esta nova forma de prevenção. Assim, com o intuito de contribuir para o combate à insegurança e conseqüente exponenciar do sentimento de segurança, depois de submetidos a análise todos esses instrumentos, conclui-se que, sendo a segurança um dos pilares essenciais à vida em sociedade, a ausência da mesma nas áreas de estudo não se prende com o facto de estas apresentarem maiores níveis de criminalidade, nomeadamente o roubo por esticção e o roubo na via pública (exceto esticção), mas sim pela ocorrência de incivilidades e pelas próprias características do espaço físico.

Palavras-chave: *Crime Prevention Through Environmental Design*, segurança urbana, desenho do espaço público, polícia.

ABSTRACT

The city is the ultimate representation of the adaptation of physical space to (alleged) needs and expectations of Man, without forgetting that the first determines human behavior. The dependence between these two elements causes the emergence of new forms of insecurity on the basis of crime and incivilities, reflecting the frailty in the architecture of cities. The relevance of these weaknesses has given rise to strategies of *Crime Prevention Through Environmental Design*, establishing itself as a new form of criminal prevention through the manipulation of physical characteristics. With this new vision we intend to reduce opportunities for delinquent practice. Thereby, this study seeks to understand the dimension of urban insecurity according to criminality and the physical space factor, in order to respond to this relationship through prevention by Security Forces, supported by the local government (power). To achieve the proposed objectives, we resort to an exploratory study, through a case study based on the population applied questionnaires related to the feeling of insecurity, mapping analysis and the implementation of a tool that enables Security forces to work this new form of prevention. Thus, in order to contribute to the fight against insecurity and consequent increase sense of security, after analyzing all these tools, it was concluded that, with security being one of the pillars to life in society, the lack of it in study areas as nothing to do with the fact that they show higher levels of criminality, namely robbery and theft except stretching, but because of the occurrence of incivilities and by the characteristics of the physical space.

Key Words: *Crime Prevention Through Environmental Design*, Urban security, public space mapping, police.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE QUADROS	VIII
ÍNDICE DE TABELAS	IX
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS	XIII
ÍNDICE DE SIGLAS	XIV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. ESPAÇO PÚBLICO E CRIME	5
1.1 CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO PROMOTOR DE QUALIDADE DE VIDA.....	5
1.2 SEGURANÇA URBANA	10
1.3 CRIME E INCIVILIDADES.....	12
1.4 SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	14
2. PREVENÇÃO CRIMINAL EM ESPAÇO PÚBLICO	17
2.1 PREVENÇÃO CRIMINAL	17
2.2 TEORIAS DA ESCOLA DE CHICAGO.....	18
2.3 ORIGENS DO CPTED	20
2.3.1 Intervenções arquitetónicas - Elizabeth Wood.....	20
2.3.2 Os olhos postos na rua – Jane Jacobs	20
2.2.3 Espaço defensável – Oscar Newman	21
2.2.4 Modelo de prevenção situacional – Ray Jeffery	23
2.2.5 2.ª Geração – Diane Zahm e Timothy Crowe	24
2.4 PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO.....	27
2.5 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	31
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	33
2.1 OPÇÃO METODOLÓGICA.....	33
2.2 PARTICIPANTES.....	34
2.3 CORPUS	35
2.4 INSTRUMENTOS.....	35
2.4.1 RECOLHA DE DADOS	35
2.4.2 ANÁLISE DE DADOS	39
2.5 PROCEDIMENTO	40

CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO	42
3.1 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
3.1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	42
3.1.2 CARACTERIZAÇÃO TOPOGRÁFICA E ARQUITETÓNICA.....	43
3.1.3 CARACTERIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE	45
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS GLOBAIS DOS QUESTIONÁRIOS.....	47
3.2.1 INDIVIDUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE RESULTADOS POR RUA	48
Avenida Miguel Torga	48
Rua Natália Correia.....	51
Rua Almada Negreiros	54
Rua Fernando Lopes Graça.....	57
Rua Francisco Salgado Zenha.....	60
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
CONCLUSÃO	66
LISTA DE REFERÊNCIAS.....	71
ANEXOS	82
ANEXO A: ESTRATÉGIAS POLICIAIS PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	83
ANEXO B: DELIMITAÇÃO ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS, SEMIPÚBLICOS E PRIVADOS NAS ÁREAS RESIDENCIAIS.....	84
ANEXO C: POLÍTICAS ORIENTADAS PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS - SARA.....	85
ANEXO D: MODELO DE ATUAÇÃO POLICIAL	86
ANEXO E: RANKING DA PAZ GLOBAL (2008-2014).....	87
ANEXO F: CHECKLIST	88
ANEXO G: PLANTA DE LOTEAMENTO DE 1978 – PROJETO INICIAL	96
ANEXO H: PLANTA DE LOTEAMENTO DE 1986 – 1ª ALTERAÇÃO.....	97
ANEXO I: PLANTA DE LOTEAMENTO DE 2009 – ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO	98
ANEXO J: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL	99
APÊNDICES	100
APÊNDICE A: CÁLCULO DA AMOSTRA ALEATÓRIA SIMPLES.....	101
APÊNDICE B: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE DADOS CRIMINAIS.....	102
APÊNDICE C: CRIMINALIDADE REGISTADA NA ÁREA DE ESTUDO (DIP/PSP)	103
APÊNDICE D: CRIMINALIDADE REGISTADA NA ÁREA DE ESTUDO POR RUA (DIP/PSP)	106
APÊNDICE E: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO.....	111
APÊNDICE F: TABELAS DE RESULTADOS ESTATÍSTICOS GLOBAIS	115
APÊNDICE G: TABELA DE RESULTADOS ESTATÍSTICOS POR RUA	122
APÊNDICE H: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE CHECKLIST AOS MIPP.....	151
APÊNDICE I: FOLHA INFORMATIVA DE APLICAÇÃO DA CHECKLIST	153
APÊNDICE J: REPORTAGEM FOTOGRÁFICA.....	155
APÊNDICE K: MATRIZES DE UNIDADE DE CONTEXTO SOBRE O PRÉ-TESTE À CHECKLIST	171

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Ações que contribuem para a segurança urbana efetiva.	12
Figura 2: Critérios mensuráveis de diagnóstico da qualidade de vida da estrutura física urbana. .	27
Figura 3: Localização da área de estudo.	42
Figura 4: Evolução da Avenida Miguel Torga (1978, 1986 e 2009).....	48
Figura 5: Evolução da Rua Natália Correia (1978, 1986 e 2009).	51
Figura 6: Evolução da Rua Almada Negreiros (1978, 1986 e 2009).	54
Figura 7: Evolução da Rua Fernando Lopes Graça (1978, 1986 e 2009).....	57
Figura 8: Evolução da Rua Francisco Salgado Zenha (1978, 1986 e 2009).	60
Figura 9: Delimitação entre espaços públicos, semipúblicos e privados nas áreas residenciais....	84
Figura 10: Modelo de atuação policial.	86

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição de roubos por rua (2012-2014).....	104
Gráfico 2: Distribuição de roubos por mês (2012 - 2014).	104
Gráfico 3: Distribuição de roubos por dias da semana (2012 - 2014).	105
Gráfico 4: Distribuição de roubos por período horário (2012 - 2014).	105

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Tipologias de espaço público.....	7
Quadro 2: Fatores que afetam o sentimento de insegurança.....	Erro! Marcador não definido.
Quadro 3: Matriz de pontos fortes, pontos fracos e de novas propostas para a Checklist	63
Quadro 4: Estratégias policiais para redução da criminalidade.....	83
Quadro 5: Políticas orientadas para a resolução de problemas - Processo SARA.....	85
Quadro 6: Ranking da paz global (2008-2014).....	87
Quadro 7: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre as instruções de preenchimento.....	171
Quadro 8: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a importância da temática para as FS.....	171
Quadro 9: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a compreensão de conceitos/terminologia.....	172
Quadro 10: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a compreensão das questões.....	172
Quadro 11: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre as opções de resposta.....	173
Quadro 12: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a necessidade de formação.....	173
Quadro 13: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a existência de notas de rodapé.....	174
Quadro 14: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a extensão do questionário.....	174

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do total de crime contra a propriedade – Roubo.....	103
Tabela 2: As 5 ruas com mais ocorrências de roubos por esticção e roubos na via pública (exceto esticção).....	103
Tabela 3: Ocorrências de roubo na Avenida Miguel Torga.....	106
Tabela 4: Ocorrências de roubo na Rua Natália Correia.....	107
Tabela 5: Ocorrências de roubo na Rua Almada Negreiros.....	108
Tabela 6: Ocorrências de roubo na Rua Fernando Lopes Graça.....	109
Tabela 7: Ocorrências de roubos na Rua Francisco Salgado Zenha.....	110
Tabela 8: Ruas.....	115
Tabela 9: Condição face às ruas.....	115
Tabela 10: Género.....	115
Tabela 11: Faixa etária.....	115
Tabela 12: Estado civil.....	116
Tabela 13: Habilitações literárias.....	116
Tabela 14: Segurança das ruas.....	116
Tabela 15: Vítimas de crime nas ruas.....	116
Tabela 16: Não foi vítima de crime mas já assistiu/conhece quem tenha sido.....	116
Tabela 17: Denúncia de crime.....	117
Tabela 18: Receio de voltar a ser vítima de crime nas ruas.....	117
Tabela 19: Não foi vítima de crime nas ruas mas tem medo de vir a ser.....	117
Tabela 20: Existência de locais de evitação nas ruas.....	117
Tabela 21: Locais de evitação nas ruas.....	118
Tabela 22: Fatores das ruas que mais incomodam.....	118
Tabela 23: Horário mais frequentado das ruas.....	118
Tabela 24: Existência de zonas de lazer/convívio nas ruas.....	119
Tabela 25: Tipo de zonas de lazer/convívio existentes nas ruas.....	119
Tabela 26: Outras zonas de lazer/convívio existentes nas ruas.....	119
Tabela 27: Utilidade das zonas de lazer/convívios das ruas.....	119
Tabela 28: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívios das ruas.....	119
Tabela 29: Sugestões de mudança para as ruas.....	120
Tabela 30: Teste do Qui-Quadrado e p-value das correlações entre variáveis.....	121
Tabela 31: Correlações entre variáveis.....	121
Tabela 32: Condição face à Av. Miguel Torga.....	122
Tabela 33: Género.....	122
Tabela 34: Faixa etária.....	122
Tabela 35: Estado civil.....	122
Tabela 36: Habilitações literárias.....	123
Tabela 37: Segurança da rua.....	123
Tabela 38: Vítimas de crime na rua.....	123

Tabela 39: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.	123
Tabela 40: Denúncia de crime.	123
Tabela 41: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.	124
Tabela 42: Não foi vítima de crime na rua mas tem medo de vir a ser.	124
Tabela 43: Existência de locais de evitação na rua.	124
Tabela 44: Locais de evitação na rua.	124
Tabela 45: Fatores da rua que mais incomodam.....	124
Tabela 46: Período horário em que a rua é mais frequentada.	125
Tabela 47: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.	125
Tabela 48: Tipos de zonas de lazer/convívio existentes na rua.	125
Tabela 49: Outras zonas de lazer/convívio da rua.....	125
Tabela 50: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	125
Tabela 51: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	125
Tabela 52: Sugestões de mudança para a rua.	126
Tabela 53: Testes de Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.	127
Tabela 54: Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.	127
Tabela 55: Testes de Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.	128
Tabela 56: Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.	128
Tabela 57: Testes de Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	129
Tabela 58: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	129
Tabela 59: Condição face à rua Natália Correia.	130
Tabela 60: Género.	130
Tabela 61: Faixa etária.....	130
Tabela 62: Estado civil.	130
Tabela 63: Habilitações literárias.	130
Tabela 64: Segurança da rua.....	131
Tabela 65: Vítimas de crime na rua.	131
Tabela 66: Não foi vítima de crime na rua mas assistiu/conhece quem tenha sido.....	131
Tabela 67: Denúncia de crime.	131
Tabela 68: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.	131
Tabela 69: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.....	131
Tabela 70: Existência de locais de evitação na rua.	131
Tabela 71: Locais de evitação na rua.	132
Tabela 72: Fatores da rua que mais incomodam.....	132
Tabela 73: Período horário em que a rua é mais frequentada.	132
Tabela 74: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.	132
Tabela 75: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.....	132
Tabela 76: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	133
Tabela 77: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	133
Tabela 78: Sugestões de mudança para a rua.	133
Tabela 79: Testes de Correlação entre a segurança da rua e a condição face à rua.	133
Tabela 80: Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.	134

Tabela 81: Testes de Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.	135
Tabela 82: Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.	135
Tabela 83: Condição face à rua Almada Negreiros.	136
Tabela 84: Género.	136
Tabela 85: Faixa etária.	136
Tabela 86: Estado civil.	136
Tabela 87: Habilitações literárias.	136
Tabela 88: Segurança da rua.	136
Tabela 89: Vítima de crime na rua.	137
Tabela 90: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.	137
Tabela 91: Denúncia de crime.	137
Tabela 92: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.	137
Tabela 93: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.	137
Tabela 94: Existência de locais de evitação na rua.	137
Tabela 95: Locais de evitação da rua.	138
Tabela 96: Fatores da rua que mais incomodam.	138
Tabela 97: Período horário em que a rua é mais frequentada.	138
Tabela 98: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.	138
Tabela 99: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.	138
Tabela 100: Utilidades das zonas de lazer/convívio da rua.	139
Tabela 101: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	139
Tabela 102: Sugestões de mudança para a rua.	139
Tabela 103: Testes de Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.	140
Tabela 104: Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.	140
Tabela 105: Testes de correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	141
Tabela 106: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	141
Tabela 107: Condição face à rua Fernando Lopes Graça.	142
Tabela 108: Género.	142
Tabela 109: Faixa etária.	142
Tabela 110: Estado civil.	142
Tabela 111: Habilitações literárias.	142
Tabela 112: Segurança da rua.	142
Tabela 113: Vítima de crime na rua.	143
Tabela 114: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece alguém que tenha sido.	143
Tabela 115: Denúncia de crime.	143
Tabela 116: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.	143
Tabela 117: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.	143
Tabela 118: Existência de locais de evitação na rua.	143
Tabela 119: Locais de evitação da rua.	144
Tabela 120: Fatores da rua que mais incomodam.	144
Tabela 121: Período horário em que a rua é mais frequentada.	144
Tabela 122: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.	144

Tabela 123: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.	144
Tabela 124: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	145
Tabela 125: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.	145
Tabela 126: Sugestões de mudança para a rua.	145
Tabela 127: Testes de Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	146
Tabela 128: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.	146
Tabela 129: Condição face à rua Francisco Salgado Zenha.	147
Tabela 130: Género.	147
Tabela 131: Faixa etária.	147
Tabela 132: Estado civil.	147
Tabela 133: Habilitações literárias.	147
Tabela 134: Segurança da rua.	147
Tabela 135: Vítima de crime na rua.	148
Tabela 136: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.	148
Tabela 137: Denúncia de crime.	148
Tabela 138: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.	148
Tabela 139: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.	148
Tabela 140: Existência de locais de evitação na rua.	148
Tabela 141: Locais de evitação da rua.	149
Tabela 142: Fatores da rua que mais incomodam.	149
Tabela 143: Período horário em que a rua é mais frequentada.	149
Tabela 144: Sugestões de mudança para a rua.	149
Tabela 145: Testes de Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.	150
Tabela 146: Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.	150

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Mapa do trajeto para aplicação da Checklist.....	154
Fotografia 2: Rotunda frente à estação dos comboios da Mercês.	155
Fotografia 3: Estação de comboios da Mercês.....	155
Fotografia 4: Edifício emparedado.	156
Fotografia 5: Zona de convívio entre prédios.....	156
Fotografia 6: Zona de convívio entre prédios.....	157
Fotografia 7: Escadaria junto ao café.	157
Fotografia 8: Recantos entre ruas com implementação de vegetação e mobiliário urbano.....	158
Fotografia 9: Galeria entre prédios com acesso ao campo de futebol.	158
Fotografia 10: Sinais de vandalismo e <i>graffitis</i> na Galeria.....	159
Fotografia 11: Campo de futebol e espaço de convívio.....	159
Fotografia 12: Galeria entre prédios de acesso à zona baldia.	160
Fotografia 13: Zona baldia de estacionamento.....	160
Fotografia 14: Zona ajardinada em forma de triângulo.....	161
Fotografia 15: Zonas ajardinadas de domínio semipúblico em frente aos lotes.....	161
Fotografia 16: Disposição do estacionamento junto ao passeio.....	162
Fotografia 17: Vegetação de grande porte que impede a iluminação.	162
Fotografia 18: Escadaria entre a R. Almada Negreiros e a R. Professor Luís Gomes.....	163
Fotografia 19: Degradação do pavimento.....	163
Fotografia 20: Disposição dos ecopontos.....	163
Fotografia 21: Edifícios de grande dimensão e de fechada antiga.....	164
Fotografia 22: Arcadas em frente aos acessos principais dos prédios.....	164
Fotografia 23: Parque de estacionamento subterrâneo privativo.	165
Fotografia 24: Escadas entre lotes com elevado declive.....	165
Fotografia 25: Pátio junto ao café.	166
Fotografia 26: Acesso ao pátio.....	166
Fotografia 27: Apropriação do espaço para grafitar.....	167
Fotografia 28: Escadaria entre prédios alvo de vandalismo.	167
Fotografia 29: Organização morfológica da rua.....	168
Fotografia 30: Organização do estacionamento sem delimitação física.....	168
Fotografia 31: Organização do estacionamento sem delimitação física.....	169
Fotografia 32: Espaços ajardinados em frente aos lotes, sem manutenção.	169
Fotografia 33: Escadaria entre prédios com dispositivo de iluminação vandalizado.....	170

ÍNDICE DE SIGLAS

AML: Área Metropolitana de Lisboa

CMS: Câmara Municipal de Sintra

CP: Código Penal Português

CPTED: *Crime Prevention Through Environmental Design*

CRP: Constituição da República Portuguesa

DE: Diretiva Estratégica

DGAI: Direção Geral da Administração Interna

DIP: Departamento de Informações Policiais

DN/PSP: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública

DU/CMS: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Sintra

DUDH: Declaração Universal dos Direitos do Homem

EPAV: Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima

EPES: Equipas do Programa Escola Segura

EUA: Estados Unidos da América

FS: Forças de Segurança

INE: Instituto Nacional de Estatística

INV: Inquérito Nacional de Vitimação

MAI: Ministério da Administração Interna

MIPP: Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

ONU: Organização das Nações Unidas

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIPP: Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

PSP: Polícia de Segurança Pública

RASI: Relatório Anual de Segurança Interna

SARA: *Scanning; Analysis Response; Assessment*

SBD: *Security By Design*

INTRODUÇÃO

Entendidas como realidades complexas, estimuladas pelos aglomerados habitacionais e pela sua constante mutação, derivado às inúmeras oportunidades que podem oferecer, as cidades apresentam-se como lugares propícios para viver e trabalhar. Face a esta condição, a procura por um espaço nestes núcleos torna-se algo previsível e expectável, o que por sua vez origina uma expansão exacerbada destes mesmos locais e, conseqüentemente, o surgimento de novos fenómenos sociais.

Enquanto espaço de encontro e de interação, a cidade é o conjunto dos indivíduos, dos aglomerados urbanos e dos seus espaços vazios. Nelas estabelecem-se relações, diferentes padrões de vivência e faz-se uso dos seus espaços públicos, que determinam a organização espacial e o modo como os mesmos são apropriados. É através do elemento humano que se (re)cria toda a vida na cidade.

Aliado a toda esta conceção de cidade, o aparecimento de novas formas de desvios aos normativos impostos (violência urbana) é, hoje, algo que lhe é inerente.

O surgimento destes fenómenos de insegurança urbana levou a que a Escola de Chicago, suportada em teorias comportamentais e ambientais (Zahm, 2007), se tenha interessado em estudar a complexidade da realidade urbana direcionada para a relação entre as especificidades sociais e as características físicas do espaço, tendo reforçado a ideia de que a segurança urbana, refletida na construção dos espaços, influencia reciprocamente os aspetos relacionados com a apropriação e a fruição dos mesmos e, naturalmente, a qualidade de vida dos cidadãos.

Uma cidade sem segurança é um local sem condições de permanência e sem identidade. Um espaço que não ofereça aquilo que a comunidade procura torna-se num lugar indesejável, em que a necessidade de mudança, motivada pela busca de melhores condições de vida, origina a apropriação destes mesmos espaços por grupos de delinquentes. Estes grupos surgem do enfraquecimento do sentimento de pertença, propiciando novas oportunidades para a prática de atos criminais ou de incivildades (Silva, 2014).

Percebendo-se que o aparecimento destes novos fatores requer também novas formas de controlo formal, parte-se em busca de novos modelos de prevenção criminal, desta vez, não só baseados no elemento humano. Desponta então o elemento espaço físico, constatando-se que os supramencionados fatores tendem a demonstrar-se conseqüência do desenho urbano.

Importa então, avivar o facto de a arquitetura não só construir, como também definir e (re)criar a dinâmica social e a respetiva utilidade dos espaços, em prol das

necessidades e das características sociais para quem os espaços são pensados e concebidos. Assim, surge a importância da conceção dos espaços públicos, associada aos princípios enunciados pelas teorias da prevenção criminal, reunidos no conceito da 2.^a geração da *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), enumerados nos guias de boas práticas espalhados um pouco por todo o mundo e adaptados às diferentes realidades espaciais.

Neste sentido, partindo-se do pressuposto que é nos centros urbanos que se encontra a maior parte da população mundial, pretende-se refletir acerca das novas problemáticas em matéria de segurança urbana, em função das características físicas desses mesmos lugares, tomando como estudo de caso o Bairro da Tapada das Mercês, situado em Algueirão/Mem-Martins, Sintra.

Considera-se que os espaços físicos, como os edifícios, as artérias e os bairros, vão sofrendo alterações ao longo do tempo, importa com isto perceber a evolução das funcionalidades dos mesmos, com base na sua morfologia física, nos indicadores promotores de segurança e na consequente estratégia de prevenção da criminalidade refletida no projeto arquitetónico. Além da deteção de alguns erros urbanísticos, a presente investigação pretende contribuir para a melhoria das condições de segurança em espaço construído, alertando para a relevância da conceção de segurança no momento de planeamento.

Sendo que não existe uma teoria universal que possa ser generalizada para vários casos em estudo, ressalva-se a pertinência de isolar os casos e detetar a existência de padrões entre os mesmos. Não existindo uma matriz, ou uma estratégia única de avaliação de segurança no uso do espaço construído, parte-se do princípio que os guias de boas práticas e os manuais de diagnóstico local de segurança apresentam um leque de possíveis abordagens ao problema, que devem ser adaptados consoante a realidade do caso apresentado.

Esta nova documentação apresenta diversos instrumentos e linhas de orientação para os profissionais de arquitetura (que pensam e desenham) e para os profissionais de segurança, como elementos de proximidade à população local, atentos aos problemas estruturais relatados através do estabelecimento de uma relação de confiança e de contacto direto e pessoal, promovendo desta forma, a importância de um envolvimento de equipas multidisciplinares em matérias de segurança urbana e conceção dos espaços. Estas mesmas equipas revestem-se, quiçá, de uma ainda maior importância quando o espaço está a ser planeado e desenhado, ou seja, na fase de idealização/projeção.

Neste sentido, a escolha deste tema surge na aposta das Forças de Segurança (FS), sobretudo por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP), nestas novas abordagens à prevenção situacional em espaço construído. A replicação destes

trabalhos, atualmente dispersos um pouco por todo o mundo, leva a uma cada vez mais pertinente aposta nas potencialidades desta ferramenta CPTED. A fundamentação para este trabalho prende-se com a necessidade de dar a conhecer este projeto, para que seja replicado em contexto nacional, com as devidas adaptações.

Este ideal surge na observância da crescente preocupação com estas temáticas a nível internacional e nacional. Contudo, denota-se a predominância internacional da teorização e de aplicação prática destas estratégias, comparativamente a Portugal. Temas como o da presente investigação assumem-se ainda um pouco embrionários, principalmente pela visão securitária. No entanto, estudos como os de Saraiva, 2008; Fernandes, 2010; Ferreira, 2013; Silva, 2014, são por si só, bons exemplos da tentativa de transpor para a realidade nacional as potencialidade das aplicações práticas desta abordagem.

Perante isto, analisar a dimensão física do espaço em virtude das condições de segurança que lhe devem ser inerentes é a base que constitui a problemática da presente investigação. Neste contexto, esta investigação procura dar resposta à seguinte pergunta de partida:

Será que a articulação entre o desenho, a função e o uso do espaço público se repercute na (in)segurança urbana?

Para responder à problemática supra levantada propõe-se como objetivo geral, decorrente da desconstrução da mesma, a reflexão entre o desenho do espaço físico, enquanto mediador de oportunidades de crime, e a sua possível manipulação para redução dessas mesmas oportunidades, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em meios urbanos, através da redução do sentimento de insegurança.

Tendo em conta o objetivo geral, estabelecem-se como objetivos específicos:

1 – Verificação da perceção dos principais fatores e espaços que contribuem para a construção do sentimento de insegurança, propondo estratégias CPTED para a resolução do problema;

2 – Análise do sentimento dos inquiridos relativamente à segurança da rua, verificando se a evolução da criminalidade participada acompanha o sentimento de insegurança e,

3 – Avaliar a possibilidade da PSP se constituir como um dos responsáveis pelo diagnóstico local de segurança e conceção dos espaços públicos.

Para se atender aos objetivos propostos, recorre-se à realização de um estudo exploratório (Marconi & Lakatos, 2006), através da utilização do método de estudo de casos múltiplos, tipo misto, socorrendo-se ao emprego de abordagens de cariz

quantitativo e qualitativo, direcionando os instrumentos de recolha de dados para estas mesmas abordagens.

A pesquisa assenta, numa primeira fase, na recolha bibliográfica, permitindo contextualizar o objeto de estudo em função do estado da arte. Numa segunda fase, rege-se pela colheita de dados criminais, sociodemográficos e material cartográfico, para enquadramento da área de estudo, na aplicação de um inquérito por questionário a utilizadores do espaço físico em estudo, em técnicas de observação direta não participante, através da reportagem fotográfica, e, por último, na testagem de uma *Checklist* como instrumento de avaliação de espaços físicos.

A presente investigação encontra-se organizada em três capítulos:

- **Capítulo 1: Enquadramento Teórico** – É apresentada a revisão da literatura através do suporte bibliográfico, abordando os conceitos-chave como a cidade enquanto espaço público urbano, a qualidade de vida, a segurança urbana, o crime e as incivildades, o sentimento de insegurança e a abordagem CPTED em função da prevenção criminal.

- **Capítulo 2: Metodologia de Investigação** – Neste capítulo apresenta-se toda a metodologia utilizada na elaboração do estudo empírico. Descreve-se os participantes, o *corpus*, os instrumentos de recolha e de análise de dados, bem como todo o procedimento adotado no estudo de caso.

- **Capítulo 3: Estudo de Caso: Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados** – Apresenta-se a localização e a caracterização sociodemográfica, criminal e arquitetónica da área em estudo. Revelam-se ainda os resultados obtidos através da recolha de dados, de forma global (área de estudo), e, posteriormente, rua a rua (casos múltiplos), interpretando-os à luz de todo o enquadramento teórico.

CAPÍTULO 1:

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Com o intuito de fundamentar e contextualizar teoricamente a presente investigação, neste primeiro capítulo discutem-se os conceitos relacionados com o espaço urbano, o crime, as incivildades, a (in)segurança e as teorias que os relacionam, reservando-se ainda uma abordagem às origens do programa *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED)¹, ora entendido enquanto estratégia primordial de prevenção criminal associada à nossa problemática.

Em suma, dá-se no presente estudo especial enfoque à relação entre a construção do espaço público, o seu uso e a segurança no mesmo, considerando que a esta não se resume ao mero policiamento.

Para os efeitos supra mencionados realiza-se uma pesquisa bibliográfica e exploram-se outros documentos pertinentes relativos às temáticas em colação. Pretende-se enquadrar este tema na missão da PSP, enquanto FS com atribuições e competências na área da prevenção criminal.

1. ESPAÇO PÚBLICO E CRIME

1.1 CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO PROMOTOR DE QUALIDADE DE VIDA

É sabido que o Homem tem a necessidade de se relacionar com outros indivíduos. Maioritariamente, estas interações decorrem nos espaços públicos, que são por excelência um local de encontro e de partilha, em que a busca incessante por uma melhor qualidade de vida e a satisfação das necessidades básicas e secundárias assumem o foco de todas as escolhas.

Neste âmbito, torna-se importante a coerência do desenho do espaço público urbano. A organização da cidade e a leitura que o indivíduo faz da mesma, permite sentir os diferentes espaços que a compõem. Desta forma, ressalva-se a importância da conceção dos espaços como fase propiciadora de relação entre utilizador/lugar, fortalecendo os laços sociais essenciais para o Homem enquanto ser social.

¹ Traduzido por *Prevenção Criminal Através do Espaço Construído*, pelo *Guia de Boas Práticas, para a Prevenção do Crime Através do Espaço Construído* (DGAI, 2013). Acrónimo e tradução adaptada para o contexto português, por sugestão de profissionais relacionados com o urbanismo e a segurança em contexto de *focus group meeting*, em 27 de outubro de 2010, no MAI (DGAI, 2013). Este foi o “primeiro compêndio do género em Portugal”, in Prefácio de Miguel Macedo (DGAI, 2013, p. III).

Atualmente, a cidade assume-se como o pólo primordial da vida em sociedade. Contrariamente ao que acontecia nos meios rurais, hoje, na cidade, predomina o anonimato e a reserva da vida privada. Em locais habitacionais, apesar de próximos, as pessoas não se relacionam e “é frequente não conhecermos, sequer de vista, aqueles que durante todo o ano são nossos vizinhos” (Simel cit. *in* Reis, Salvador, Cardoso & Marques, 2010, p.12).

Deste modo, a cidade, compreendida como um conjunto de aglomerados urbanos dentro de um mesmo espaço físico, é o produto de uma organização com uma componente demográfica considerável, dispondo de um modo de estar que a caracteriza, de uma organização associada a dinâmicas comportamentais e estilo de vida próprios, não se resumindo essencialmente à sua dimensão espacial (Corrêa, 1995).

Segundo Dalmaso (cit. *in* Garnier, 1997, p. 9), a cidade é o espaço onde todos os fenómenos sociais ocorrem sendo concebida como:

“a projeção, numa fração de espaço, das condições naturais, das heranças da História, do jogo das forças económicas, dos esforços do progresso técnico, do génio criador dos arquitetos, dos constrangimentos administrativos, dos hábitos quotidianos, assim como das aspirações conscientes ou inconscientes dos habitantes”.

O Homem revela a sua condição de cidadão quando ocupa o lugar central da ação política e de representação social, no espaço citadino. Nesta senda, a cidade enquadra-se como um espaço de interações, “encontros multi-sociais” e de comunicação por excelência (Narciso, 2009, p. 265), afirmando, por consequente, todo o seu potencial de desenvolvimento financeiro e económico (Giddens, 2004).

Como um espaço de utilização comum, a cidade assume-se como um lugar de consumo e de decisão (Brites, 2010) e deve ser entendida como um sítio de uso público, construído ou não, e exterior, que engloba ruas, espaços verdes, praças e infraestruturas e equipamentos ao dispor da comunidade (Chambel, 2000; Teixeira, 2010).

Sendo a cidade um espaço público, denota-se a utilidade da mesma como lugar de crescente coexistência entre os diversos atores com diferentes interesses sociais, políticos, ambientais e económicos, que se harmonizam consoante a interpretação do utilizador. Assim, o espaço público é claramente o produto daquilo que cada indivíduo vivencia autonomamente, em função daquilo que o próprio espaço lhe confere, tornando evidente a importância da conceção do desenho dos espaços em função da estrutura que lhe é atribuída e da sua função, requerida pelos utilizadores.

Através das interações entre o espaço e os seus usufrutuários, Serdoura (2007) acredita que estes podem ser analisados em várias dimensões, designadamente em função da sua tipologia e morfologia, da sua funcionalidade e do seu ambiente, permitindo que cada tipo de espaço apresente realidades diversificadas, cfr. as tipologias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Tipologias de espaço público.

a. Espaços – traçado	Encontro	1. Largos, praças
	Circulação	2. Ruas, avenidas
b. Espaços – “paisagem”	Lazer – natureza	3. Jardins, parques
	Contemplação	4. Miradouros, panoramas
c. Espaços – deslocação	Transporte	5. Estações, paragens, interfaces
	Canal	6. Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7. Parking, silos
d. Espaços – memória	Saudade	8. Cemitérios
	Arqueologia	9. Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10. Espaços monumentais
e. Espaços comerciais	Semi-interiores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12. Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por edifícios	13. Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14. Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: Brandão, 2008 (cit. in Gil, 2009, p. 24).

A forma como cada tipologia de espaço interfere na vida quotidiana dos cidadãos determina as relações sociais, conferindo a cada espaço um significado particular em função das suas admissibilidades. Para cada tipologia, subentende-se a necessidade de adaptação, de conceção e de planeamento do espaço em razão da sua funcionalidade. É nesta fase que o desenho urbano assume um papel fundamental. A existência de fatores como simetrias urbanas, edifícios, elementos vegetativos, cores e questões de funcionalidade devem coabitar na construção de um espaço público (Teixeira, 2010). No entanto, alguns destes fatores têm sido negligenciados ao longo da evolução.

Nesta continuidade, deve-se entender que “sem utilizadores, o espaço público não faz qualquer sentido” (Teixeira, 2010, p. 1). Face a isto, denota-se a importância de estudar antecipadamente as necessidades da população, de modo a que a construção dos espaços seja adaptada às expectativas do seu público-alvo, cumprindo as pretensões para o qual foi concebido. É nestes moldes, que se destaca a importância da conceção do desenho urbano, que deve ser entendido como a estrutura física na qual se contemplam as atividades e as funções para as quais se destina, combinando a estética com a solução de problemas do espaço, de forma a tornarem-se simbolicamente comunicativos com os cidadãos (Teixeira, 2010).

O desenho urbano, um fator de redobrada importância na promoção de espaços atrativos, integrados de forma coerente na malha urbana, deve responder às expectativas

dos utilizadores, potenciando a convivência em espaço aberto. Uma cidade concebida nestes moldes reflete a sua estética e, ao mesmo tempo, a distribuição ordenada dos diversos elementos que a constituem, em função da sua própria configuração (Santos, 2008).

É nesta relação entre a estrutura urbana e o comportamento humano, que se começa a manifestar a existência de incompatibilidades entre as necessidades da população e o conflito entre as infraestruturas e outros elementos que compõem os espaços. Esta relação concetual traduz-se no abandono e na rejeição dos espaços urbanos, culminando em novas formas de insegurança.

A expansão dos espaços urbanos faz-se acompanhar do crescimento exacerbado das cidades e origina o aparecimento de multidões desconfiadas e agressivas, que carregam a violência, o crime e a desordem, e potenciam o aparecimento de novos fenómenos sociais, tais como a pobreza e a desigualdade (Atlas, 2013). Por sua vez, surgem novas fontes de criminalidade, que instalam no seio da sociedade a insegurança e o medo.

Estes acontecimentos vêm obrigar a que se repensem as formas de manutenção de segurança. Não basta observar-se a criminalidade efetiva que sempre existiu e que continuará a existir. Urge, isso sim, direcionarem-se esforços para a redução do sentimento de insegurança, que começa a despontar como produto da própria conceção de espaços públicos urbanos (Cunha, 2013).

A forma do espaço, bem como a distribuição dos seus elementos, influencia a sua utilização (Giddens, 2004). Foi neste âmbito que se desenvolveram os primeiros estudos sobre ecologia urbana, pela Escola de Chicago². Para esta escola de pensamento, o ambiente urbano é criado e reestruturado pelo urbanismo, sendo que constitui a chave para entender a cidade, a sua organização e os seus fenómenos sociais (Castells, cit. *in* Giddens, 2004). Parte-se do ideal de criação de novas formas de prevenção para os espaços públicos, assume-se como fator preponderante, a influência da conceção e da manipulação dos espaços, para que, através do desenho urbano, se consiga criar a cidade nos moldes essenciais para a promoção da qualidade de vida.

Na perspetiva de Alves (2003), o desenho do espaço público deve contemplar a criação de espaços direcionados para as necessidades dos utilizadores e o seu acesso deve ser permitido a todos, uma vez que deve ser atrativo e propiciador de novas atividades de índole diferenciada, de fácil e parca manutenção, satisfazendo o bem-estar

² A expressão Escola de Chicago pode também ser entendida por Ecologia Criminal que acabou por dar nome a uma das primeiras teorias sociológicas do crime (Dias & Andrade, 1997).

dos utilizadores, promovendo a segurança e o conforto, estimulando, por conseguinte, a sua manutenção.

Um espaço vazio ou mal cuidado torna-se um possível ponto de encontro para grupos marginais, encontrando-se também mais suscetível de apresentar sinais de poluição e degradação (Leitão, 2000).

Deste modo, conclui-se, a partir da aceção de Fernandes e Rêgo (2011, p. 172), que a criação de um “ambiente urbano não se limita a características físicas ou estritamente espaciais”, devendo inclusive compreender as características sociais percecionadas pelos residentes e utilizadores da cidade. Um espaço que potencie as relações pessoais e a perceção do indivíduo face ao espaço favorece a atribuição de significado à configuração física, promovendo, assim a sua apropriação e utilização. A satisfação do indivíduo em relação ao espaço demonstra na sua plenitude a atribuição de qualidade de vida a um certo lugar.

Um espaço com qualidade de vida deve englobar princípios como a clareza e simplicidade da forma, permitindo um fácil entendimento dos espaços e a relação com o ambiente envolvente, o que, desta feita, promove a noção de continuidade e não de fragmentação e a capacidade de se adaptar à criação de novas atividades, chamando a si novos utilizadores.

É esta sensação de conforto, transmitida pela arquitetura, pelos pavimentos, pelo mobiliário urbano, pela iluminação e por todos os componentes naturais que constituem o espaço urbano que, segundo Brandão (2002) e Gil (2009), se constitui a identidade de um espaço com o qual os indivíduos se identificam reforçando conseqüentemente, o conceito de territorialidade.

Esta fruição plena das capacidades que os espaços oferecem, reforça o padrão de conforto, de qualidade de vida e de segurança do lugar, o qual se revela mais atrativo para viver e/ou trabalhar.

É nesta perspetiva, de identidade e expectativa em relação ao espaço, que as mesmas, não sendo concretizadas, originam uma deturpação na perceção da cidade. A ausência de pressupostos necessários à qualidade de vida e o aparecimento de novos fenómenos sociais conduzem à construção de um sentimento contrário àquele que o espaço deveria proporcionar, nomeadamente, o sentimento de segurança. Um lugar onde não se respeitem os direitos, liberdades e garantias, culmina na obrigatoriedade de alteração de modos de vida.

As pessoas passam a não poder usufruir, na sua plenitude, do direito à cidade (Esteves, 1999). Muitas vezes, os cidadãos alteram os estilos de vida, abdicam, mesmo, de realizar as atividades que fazem parte do seu quotidiano ou deixam de usufruir de determinados espaços públicos, designadamente à noite, em detrimento da segurança

(Heitor, 2007; Machado 2006). Esta situação verifica-se pelo vazio populacional em certas artérias durante os períodos noturnos, o que propicia a prática criminosa e/ou delinvente.

Em sùmula, a segurança constitui efetivamente o pilar basilar para a vida nos espaços públicos. Com isto, reforça-se a ideia de que não pode haver qualidade de vida urbana quando prevalece o sentimento de insegurança. A existência de ameaças, medos ou constrangimentos traz consigo uma aposta forte na prevenção da criminalidade e das incivildades, de modo a garantir que um espaço se considere seguro e apelativo.

O espaço público assume a responsabilidade de estabelecer ou fortalecer laços e manifestações sociais, acolhendo todo o tipo de utilizadores, como os habitantes, os visitantes e os comerciantes, mesmo que entre estes não se partilhe a mesma expectativa face ao espaço. O sucesso da observância interativa entre as características físicas e o elemento humano, apoiados no paradigma de segurança, fomenta o sentimento de pertença, criando uma imagem daquilo que os espaços representam para cada unidade. Demonstra-se com isto que “toda a ação do comportamento humano [associa-se] como objetivo último, na procura de uma melhor qualidade de vida” (Brites, 2010, p. 318).

1.2 SEGURANÇA URBANA

O conceito de segurança urbana, devido à sua multiplicidade, está longe de abranger em si uma única definição e, deste modo, não é possível isolá-lo numa noção estática e inequívoca (Elias, 2014). Em sentido amplo, o mesmo pressupõe uma precaução ou uma ausência de perigo ou dano, assente numa isenção de cuidados; que não requer inquietações ou perturbações, indiciando uma sensação de bem-estar (Machado, 1977). Parte-se da premissa que o indivíduo sinta confiança no ambiente em que se encontra, pois essa sensação de segurança, em grande parte, encontra-se relacionada com a triangulação entre o espaço físico, o comportamento humano e a oportunidade da prática criminal.

A segurança, pelo facto de se adaptar ao contexto histórico-espacial, como defende Gomes (2006, p. 3), “adquire significados diferentes consoante os indivíduos, as sociedades e os momentos históricos em que é usada”. Recorrendo à sua dimensão histórica, o ideal de segurança assentava na proteção da propriedade como defesa do próprio Estado. No século XIX, a mesma pressupunha a defesa do território face às ameaças externas. No entanto, nas últimas décadas, surgem novas aceções de segurança contrastantes com a segurança realista, nomeadamente a segurança societal e a segurança humana (Alves, 2010).

A segurança societal veio verticalizar os grupos que compõem a sociedade, nomeadamente o Estado, a comunidade e o indivíduo. Neste sentido, defende que a segurança do Estado deve ser diferenciada da segurança da comunidade, adotando uma visão distinta entre: externa e interna (Brandão, cit. *in* Valente, 2007). Para Kofi Annan³, os ideais desta nova perspetiva passam por identificar as causas da insegurança e descobrir através delas novas formas de prevenção. Quanto à segurança humana, surgida em 1994 pelas Nações Unidas, no Relatório sobre Desenvolvimento Humano, a mesma assenta numa vertente de vida e de dignidade humana. O que agora se encontra no centro do conceito de segurança, mais que o Estado ou a sociedade é o indivíduo em si mesmo, como uma unidade do sistema social.

Face ao exposto, percebe-se que a segurança percorre toda a história da humanidade como uma necessidade básica de sobrevivência (Maslow, 1943). Atualmente, assume-se como um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), no ser art. 9.º, al. d), pressupondo a criação de qualidade de vida e bem-estar associados à premissa de segurança e liberdade, cfr. o art. 27.º, da CRP, carecendo de proteção por parte da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), no seu art. 3.º.

Sendo este um ponto de enfoque para a prossecução da vida em sociedade, Alves (2010) parte da premissa que a segurança começa em cada um de nós e em todos no conjunto. Esta componente de relação com o meio e com os outros leva a considerar que novas perspetivas de segurança multidisciplinar se avizinham. Hoje, não cabe só às FS proteger os cidadãos, como também à comunidade, que começa a ser envolvida nas novas matérias de prevenção da criminalidade.

As FS e a comunidade reconhecem que umas precisam das outras, como “coprodutores de segurança” (Skolnick, & Bayley, 2006, p. 11). Considera-se que esta partilha efetiva passa pela responsabilidade de cada cidadão que compõe o espaço, através de uma participação ativa na promoção de segurança e, conseqüentemente, de qualidade de vida (Silva cit. *in* Sani & Nunes, 2013). Para Alves (2009, p. 136), a segurança deve ser perspetivada modernamente como um conceito multidisciplinar “aberto, flexível e o mais abrangente possível”, combinando fatores como o aspeto de organização administrativa, o próprio indivíduo, a comunidade em que este se insere e a sua relação com os outros.

Assentes nesta ideia, hoje, as FS procuram trabalhar a segurança para e com a população. A sua missão passa por identificar as causas dos problemas sociais e,

³ Diplomata ganhês ex-Secretário Geral das Nações Unidas entre 1997 e 2007, galardoado com diversas condecorações, entre elas, o Prémio Nobel da Paz juntamente com a ONU em 2001, pelo desenvolvimento de ações que contribuíram, e continuam a contribuir, para a defesa e manutenção da paz e dos direitos humanos.

olhando às diferentes formas de prevenção, mitigá-los. No entanto o sucesso desta incumbência urge a necessidade de aproximação das FS à população, com o intuito de compreender os problemas que o espaço urbano acarreta para os mesmos, sendo que fatores como a função e a utilização dos lugares podem proporcionar a perceção de insegurança.

Nesta perspetiva, conjugada com novas formas de prevenção relacionadas com as características físicas, a mentalidade de segurança começa a dirigir-se para as conceções dos espaços públicos. Parte-se do ideal de construção da segurança logo no momento do planeamento do espaço ou da infraestrutura. Para isso, reforça-se a necessidade de existir um modelo de boas práticas assentes num circuito próprio de ações concertadas, apresentadas na Figura 1:

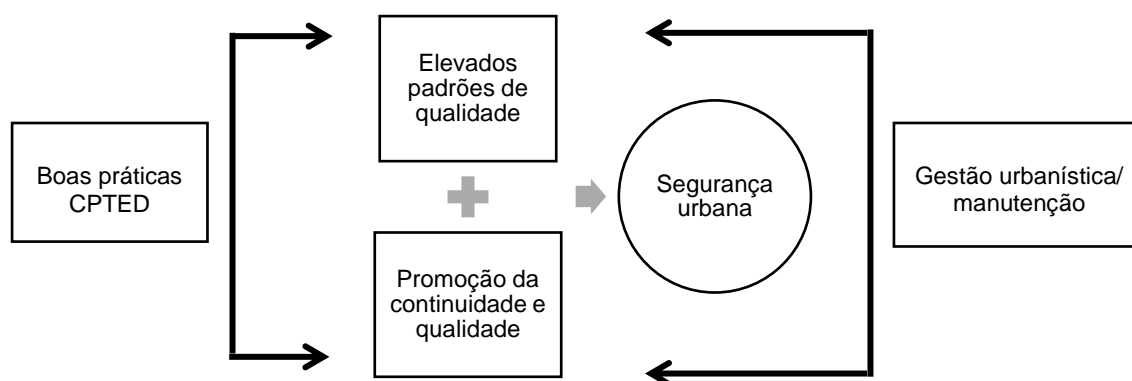


Figura 1: Ações que contribuem para a segurança urbana efetiva.

Fonte: Ferreira (2013, p. 61).

1.3 CRIME E INCIVILIDADES⁴

A vida em sociedade pressupõe a existência de regras para a partilha dos espaços sem conflito. Contudo, em nenhuma sociedade pode afirmar-se que não existem desvios face aos normativos impostos. Durkheim postula que o crime e o desvio, como factos sociais, fazem parte da vida em sociedade e não podem ser evitados, pois tornam-se ao mesmo tempo essenciais e “necessários para a sociedade” (Giddens, 2004, p. 209). Estes acabam por ser geradores de mudança e de adaptação ou ajustamento dos limites de condutas e regras, culminando na readaptação da sociedade a novas “forças sociais” (Giddens, 2004, p. 210). Algumas dessas transgressões transcendem o conceito de desvio, chegando mesmo a comportar em si a definição de crime.

⁴ Estes dois termos estão incluídos no conceito de violência urbana, pois há uma “graduação penal diferenciada” - as incivilidades, quando atingem certos patamares, passam a crimes (Lourenço, 2010).

Para as teorias funcionalistas, o crime e o desvio ou as incivildades⁵ podem ser resultado de “tensões estruturais e da ausência de regulação moral no seio da sociedade.” (Giddens, 2004, p. 209). Estas situações acontecem quando as expectativas dos grupos ou dos indivíduos não são coincidentes com os desejos e os resultados pretendidos, provocando um impacto na motivação dos agentes para a perpetração de comportamentos desviantes.

Sendo que a existência de violência urbana é um dos fatores que influenciam o modo de vida do Homem e que a violência gera violência, parte-se da premissa de que condutas que inicialmente podem ser entendidas como atos sem relevo legal, rapidamente podem atingir uma fase mais problemática. Perante isto, os termos crime e incivildade não podem nem devem ser confundidos, porque apesar de gerarem a mesma consequência (medo e insegurança causados pelo aspeto da surpresa dos acontecimentos), apresentam pressupostos e características diferentes.

Desta forma, conjugando várias noções teóricas, o conceito de crime deve ser entendido como o ato típico, ilícito e culposo, de violação de deveres morais e sociais, pressupondo a existência de uma vítima ou alvo, um criminoso ou motivo, uma dimensão espacial, temporal ou de oportunidade e, por fim, a tipificação do ato como crime, à qual corresponde a aplicação de uma pena (Dias & Andrade, 1997; Bookman, Maguire, Pierpoint & Bennett, 2010). Por carecer de regras impostas por determinada sociedade, é de ressaltar que um ato tipificado criminalmente numa comunidade, não quer dizer que o seja em todas as outras. O que hoje é considerado como crime, amanhã pode não o ser.

No entanto, existe outro tipo de ato que põe em causa a segurança mas que não comporta a definição de crime, nem é punido como tal, devido à sua menor censurabilidade. Fala-se de atos de incivildade. Esses apresentam condutas não tipificadas como crime mas que podem levar à ocorrência do mesmo, e, segundo alguns estudos empíricos, “estão na origem de formas de crime mais graves” Oliveira (2006, p. 66). São então comportamentos considerados desviantes que alertam a população e as autoridade competentes para a falência ou ineficiência das normas de controlo social, devido à aparente desordem e deterioração que demonstram.

No que concerne às tipologias de incivildades, as mesmas podem ser sociais ou físicas. As sociais depreendem comportamentos não admitidos que entram em rutura com as normas sociais e valores ideológicos ou morais aceites pela sociedade, como o consumo de estupefacientes e o vandalismo. Quanto às incivildades físicas, estas estão interligadas com questões infraestruturais, isto é, relacionam-se com a componente arquitetónica, como a disposição e a configuração dos edifícios, os atos de degradação

⁵ Termo originário do francês (século XVII), derivando do latim *incivilitas*. Este conceito pode ser entendido como pequena criminalidade de rua ou como delito de oportunidade (Heitor, 2007).

do mobiliário urbano, os *graffitis*, o abandono de edifícios, a falta de iluminação ou a ausência de condições de higiene (Cusson, 2002; Fernandes 1998; Rêgo, 2007).

Em estudos realizados por Sani e Nunes (2013, p. 193), demonstra-se que as incividades contribuem, sem margens para dúvidas, “para a degradação da imagem [nas zonas urbanas]”. De ressaltar ainda os estudos de Malheiros e Costa (1991), datados de 1989, direcionados para a criminalidade na cidade de Lisboa e de Barcelona, os quais revelam ser possível estabelecer padrões de ocorrências de delitos e de incividades que podem ser explicados com base na variável urbanística, confirmando, concetual e empiricamente, aquilo que se propõe demonstrar no presente trabalho.

Em conclusão, a ausência de segurança urbana traduz-se num dos principais problemas que coloca em causa o normal funcionamento da vida urbana. A ocorrência de atos criminais ou de incividades afetam o bem-estar físico e a percepção de segurança, causando uma sensação de desconforto, que, por sua vez, origina o sentimento de insegurança (Machado, 2006 cit. in Ferreira, 2013).

1.4 SENTIMENTO DE INSEGURANÇA⁶

O sentimento de insegurança assume-se como um tema atual de debate, mormente associado ao termo anglo-saxónico *fear of crime*⁷. Num primeiro momento, o medo do crime e o sentimento de insegurança podem parecer equivalentes, contudo, tal consideração não está correta. Importa escrutinar estes dois termos para compreenderem-se as diferenças que lhes estão associadas.

O termo *fear of crime* está direcionado para a ocorrência efetiva de crime e do impacto direto que esta comporta para a população. Apresenta-se numa noção real de medo e de inquietação, de perigo real ou aparente, providos do meio envolvente, para o qual os indivíduos não acarretam capacidade de os enfrentar, face à realidade criminal em que vivem, pois coloca em causa o bem-estar ou a integridade física de alguém, o que, por ser um aspeto intrínseco, geralmente não é considerado (Garofalo, 1981).

Segundo propõe Oliveira (2006), o sentimento de insegurança abarca a percepção⁸ que as pessoas têm do impacto que a criminalidade provoca na destruição da sua qualidade de vida, atendendo a diversos fatores conjuntamente, como a “crescente

⁶ Sentimento de insegurança subjetivo, pois este pode ser considerado como forma de vitimação. Os Inquéritos Nacionais de Vitimação (INV) são ferramentas que pretendem medir este sentimento subjetivo, muitas das vezes associado às cifras negras, isto é, ocorrências criminais não relatadas às FS.

⁷ (Medo do crime) – tradução da responsabilidade do autor.

⁸ A percepção pode ser entendida como a formação de uma imagem mental do indivíduo, através da codificação e interpretação de estímulos sensoriais do meio que o rodeia ou de informações diretas providas de outras pessoas, ou dos meios de comunicação (Esteves, 1999). Deste modo, Downs, citado por Esteves (1999, p. 32), defende que “o comportamento espacial é função da imagem, e a imagem é o laço entre o Homem e o seu meio”.

urbanização, as incivildades, a crise económica, a insatisfação penal, (...) o enfraquecimento das relações de amizade e de vizinhança, a migração, entre muitos outros” (Roché cit. in Ferreira, 2010, p. 5).

Este sentimento que decorre da ausência de segurança, teorizado pela leitura do meio, desperta no indivíduo diversas emoções como o medo, o ódio e a inveja, consubstanciadas no crime e nos seus autores (Roché, 1993). No entendimento de Garofalo (tradução de Moreira, 2008, p. 6), “é uma reação emocional caracterizada pelo sentimento de perigo e ansiedade produzido pela ameaça de um dano físico, alimentada por certas fragilidades percecionadas no ambiente, que se relacionam de alguma forma com o crime”.

Perante isto, o sentimento de insegurança pode entender-se como o medo à cidade, relacionado com a associação de locais frequentados por indivíduos que aparentemente são autores de práticas criminais, que, pelo seu reflexo psicológico, provocam a mudança de hábitos de vida (Fernandes, 2009).

No entanto, importa salientar que este sentimento pode assumir três vertentes: a individual, a coletiva e a geral. A vertente individual engloba o “eu” ou alguém muito próximo que foi afetado por algum problema. Este modelo consiste então na explicação para este fenómeno, como sendo o resultado da conjugação da exposição pessoal ou daqueles que nos são próximos com a pressão exercida pela delinquência. Quanto à vertente coletiva, acontece quando o “nós” como comunidade assume a preocupação com problemas que, apesar de não vivenciados, se aproximam do indivíduo; e a geral dá-se quando se transporta a preocupação do indivíduo para o nível de segurança do país, como é o caso do terrorismo (Leitão, 2000).

Sendo um sentimento resultante da junção de diversos fenómenos, estes podem ser agrupados em fatores sociais, em comportamentos delinquentes e criminalidade, como explicitado no Quadro 2.

Quadro 2: Fatores que afetam o sentimento de insegurança.

Fatores sociais	Comportamentos delinquentes	Criminalidade
Exclusão Social	Incivildades	Terrorismo
Desemprego de longa duração	Consumo de droga	Criminalidade organizada
Incerteza no futuro	Os <i>graffitis</i>	Violência urbana
Desigualdades sociais	Atos de vandalismo	Criminalidade violenta e grave
Problemas de vizinhança	Degradação do espaço público	Pequena criminalidade e delinquência juvenil

Fonte: adaptado de Ferreira (2013, p. 85).

Quando o sentimento de insegurança, gerado pelos fatores anteriormente abordados, nomeadamente os fatores sociais e os comportamentos desviantes, é generalizado e não é controlado, passa a ser condicionante para a qualidade de vida, quer do indivíduo, quer do grupo. Essa falta ou insuficiente regulação ou controlo de novas formas de incivilidade pode originar a subida da escala de gravidade e passa a comportar a dimensão de crime mais grave.

A teoria do *Broken Windows* de Wilson e Kelling (1982) demonstra que, ao aceitar-se a degradação e a marginalização, estas podem gerar ainda mais desordem. Os sinais de abandono como as “janelas partidas” de certos locais, tornam-se propícios ao agrupamento de delinquentes e, por esse motivo, constituem-se como locais a evitar pela outra parte da população. Deste modo, o sentimento de insegurança centra-se no agravamento da criminalidade e no aparecimento de incivilidades, culminando num impacto perturbador sobre a ordem pública (Clemente, 2000, p. 283). Fernandes (2008, p. 12), por seu lado, salienta que “está também hoje bem demonstrado que os sinais de desordem nos locais que frequentamos, como equipamentos vandalizados, estruturas físicas em más condições, má iluminação noturna, entre outros, alimentam o sentimento de insegurança”.

Conforme indica Valente (2005, p. 17), “a violação das normas, cujos danos se projetam na vida da comunidade, deve ser evitada pela polícia – cujo fim se embrenha na previsão dos danos sociais”, pois, embora não careçam de violações em lei penal, as condutas antissociais são uma constante na realidade dos espaços urbanos. Estudos como os de Moreira, 2008; Fernandes, 2009; Leal, 2011 e Cunha, 2013, vêm demonstrar que os problemas sociais, como a prostituição de rua, a mendicidade, os arrumadores de carros e a toxicodependência, parecem ser outros fatores condicionantes do sentimento de segurança. Geram um mal-estar para os transeuntes que vivem diariamente e forçosamente em comunhão com estes no mesmo espaço.

Exposto isto, o sentimento de insegurança é produto da triangulação entre a criminalidade de rua, a exposição do Homem a um meio e a vulnerabilidade do indivíduo em resultado da perda da sua capacidade de proteção, modelo este ao qual Roché (cit. *in* Vieira, 2013) denominou de *Prexvu*. É neste encadeamento que importa observar-se os três fatores supramencionados, de forma a compreender-se a sua interligação e a sua forma de manipulação. Entender de que forma o espaço urbano influencia os restantes fenómenos parece ser a estratégia mais direcionada para o combate à insegurança urbana.

Neste seguimento, pensar em eliminar o sentimento de insegurança está distante de ser equacionado na sua totalidade, uma vez que faz parte da própria conceção de vida em sociedade. Contudo, a sua pertinência faz despontar a necessidade de se

verificar um reforço da proatividade por parte das FS, que automaticamente se veem obrigadas a apostar na prevenção da criminalidade através de outros meios humanos e materiais. Para Fernandes (2009, p. 6), o facto de “estudar o sentimento de insegurança, não significa que a criminalidade esteja a aumentar”. Significa, isso sim, que o medo do crime necessita de várias perspetivas, como a criminal e a que engloba as incividades, para ser formado.

Deixando como reflexão final, cfr. assume Lourenço (cit. *in* Leal, 2011), o espaço urbano torna-se por inerência um local que oferece as condições mais privilegiadas para a existência ou o desenvolvimento do sentimento de insegurança, contrapondo ao espaço rural. A existência de criminalidade e de incividades faz parte do espectro do crescimento dos aglomerados urbanos, sendo considerados como “fenómenos naturais dos grandes espaços urbanos” (Fernandes, 2009, p.13) ou, como simboliza Silva (2013), a insegurança é um sinónimo de cidade.

2. PREVENÇÃO CRIMINAL EM ESPAÇO PÚBLICO

2.1 PREVENÇÃO CRIMINAL

A prevenção criminal é uma temática que tem vindo a ganhar importância em matérias relativas à criminologia. Esta, inicialmente, olhava apenas para as características do indivíduo como elemento essencial de análise. Porém, baseada na criminologia positivista, começa a preocupar-se com o indivíduo em si e com o contexto em que o mesmo se insere, tendo em conta as “condições e trajetórias sociais mais propensas ao envolvimento recorrente em episódios criminais” (Sento-Sé, 2011, p. 10).

Segundo Oliveira (2006, p. 79), a prevenção é entendida como um “conjunto de medidas cuja intenção é minimizar as infrações (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática do ato delinvente”. Perante isto, importa trabalhar as causas que originam os comportamentos desviantes, atendendo às suas tipologias e às suas formas de combate. Procura-se combater a incidência criminal e reduzir o sentimento de insegurança, tanto qualitativa como quantitativamente. Desta forma, parte-se da premissa que se devem adotar medidas que reforcem a segurança nos espaços, antecipando e corrigindo as vulnerabilidades que o mesmo ofereça. Esta nova abordagem requer o apoio das diversas entidades com competência na segurança local (Gomes, 2007).

Uma vez que cabe à polícia a tarefa de antecipar as ocorrências criminais (Clemente, 2012), vai-se atender a esta temática incorporando uma nova forma de prevenção. Procurar-se-á compreender a influência que o espaço físico desperta no comportamento humano e o modo de trabalhar a interação entre estas duas variáveis.

2.2 TEORIAS DA ESCOLA DE CHICAGO

Várias são as escolas criminológicas que atribuem significado ao crime com base em teorias lógicas e racionais, em que fatores como as características individuais, psicológicas e sociais parecem estar na origem da propensão para o crime.

No final do século XIX surge a Criminologia Social, estruturada e demonstrada pela Escola de Chicago. Esta foi a primeira grande escola a defender que as condicionantes ambientais são fatores preponderantes e causadores ou proporcionadores de crime (Crawford, 1998). As suas origens, espoletadas pelo crescimento da imigração em meados de 1910, fundaram-se em novos fenómenos urbanos, impulsionados pela era do desenvolvimento industrial (Reis, et al., 2012).

O emergir de novas «patologias sociais», como a delinquência, a segregação de comunidades que originaram os guetos e o aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, traz consigo a necessidade de se repensar a segurança nos espaços urbanos (Reis, et al. 2012). Estes novos fenómenos comportam a propensão para o aumento da criminalidade e para a degradação dos ambientes urbanos, como produto da urbanização (Freitas, 2002).

Este novo cenário fez repensar que as causas do crime, muito embora pesem essencialmente pela motivação do autor, englobam também a oportunidade para a consumação do mesmo. Face a isto, a Escola de Chicago conclui que as características do ambiente urbano são responsáveis por áreas que apresentam maiores índices de criminalidade (Ratcliffe & Mc Cord cit. *in* Carvalho, 2012).

Neste âmbito, surgem três abordagens relacionadas com a forma como o delinquente é influenciado pelo ambiente criminal que o rodeia - enquanto sociedade -, sendo elas a teoria da atividade rotineira, a teoria da escolha racional e a teoria dos padrões criminais.

A primeira, intitulada de teoria da atividade rotineira, vincula a ocorrência de um ato a um certo espaço e tempo (Crawford, 1998). Parte do princípio da existência de uma vítima/alvo vulnerável e adequada (pode ser uma pessoa ou um local), um autor motivado e um ambiente favorável (ausência de medidas de segurança capazes, como por exemplo polícia, sistemas de segurança ou vigilantes), através da perceção sobre a adequação do ato (Felson & Clarke, 1998; Morais, 2009). Importa referir que Clarke foi o

grande impulsionador que se debruçou sobre o estudo dos acontecimentos criminais que ocorriam em situações muito específicas (Maguire, Morgan & Reiner, 1997). Segundo Brantingham e Brantingham (1993), a maneira como as vítimas e a localização dos potenciais alvos estão dispostos na cidade, apelam à prática criminosa.

A teoria da escolha racional⁹, está interligada com o processo de tomada de decisão. Esta teoria pressupõe uma racionalização triangulada entre o risco de ser apanhado (custo) e a recompensa que tirará da situação (benefício), em prol da realização do seu objetivo final (Cornish & Clarke, 1987; Gomes, 1998). No entanto, por mais motivado ou disposto que um delinquente esteja para passar à prática, não poderá fazê-lo se o contexto situacional extrínseco não o permitir (Cusson, 2002).

Na junção das duas teorias anteriores surge a teoria dos padrões criminais, a qual comporta os movimentos e as atividades diárias das vítimas, enquadradas num determinado tempo e espaço de ocorrência do ato ilícito. Sendo que na maior parte das vezes existe uma “vinculação entre o lugar e o evento criminoso” (Morais, 2009, p. 13), importa encontrar padrões através da tipificação da conduta criminal, do *modus operandi*, do tempo e espaço, das características das vítimas e dos infratores, de modo a fornecer a informação básica mais preponderante para ações que se tendem a repetir. A mudança de padrões de hábitos pode tornar-se uma estratégia de prevenção situacional. (Brantingham & Brantingham, 1993; Fernandes, 2010).

Para Felson e Clarke (1998), existe ainda a teoria da oportunidade que deriva da interação entre os diversos atores já mencionados. Nesta defende-se que não há cometimento de crime sem que haja a oportunidade de o mesmo ser bem-sucedido, sendo que para cada tipo de crime as oportunidades podem ser diferentes. Para Heitor (2007), a oportunidade da ação se concretizar surge quando existe um confronto entre o delinquente e a vítima ou o alvo numa situação vulnerável. Desta forma, “o número de crimes tem uma relação direta com o número de oportunidades” (Silva, 2013, p. 20).

Assumindo que fatores como o sucesso de um crime podem vir a ser encorajadores de novos crimes, é neste ponto essencial que se deve focar toda a atenção dada à prevenção criminal. Atacar os pontos de oportunidade (Townshley, 2010) parece ser a estratégia mais direcionada para o sucesso da prevenção criminal, através da atuação policial. É neste encadeamento que surgem as primeiras teorias relativas à segurança no espaço, realçando a importância da afetação do mesmo em função da segurança.

Deste modo, a análise da segurança dos espaços é conseguida através do cruzamento entre atores e motivações, tendo em consideração diversos fatores (humanos, espaciais e temporais), culminando na formulação de estratégias de avaliação

⁹ Fundada pela teoria do controlo de Adam Smith (Maguire, et al., 1997).

de vulnerabilidades provenientes do espaço. Importa, com isto, recolher o sentimento revelado pelas pessoas quando percecionam do espaço e, por outro lado, analisar as oportunidades que o próprio meio oferece para a prática de crimes.

2.3 ORIGENS DO CPTED

2.3.1 Intervenções arquitetónicas - Elizabeth Wood

É neste contexto que, em meados da década de 50, surgem novas formas de pensar a segurança, baseadas na relação existente entre crime e meio físico. Começa-se a perceber a influência que o espaço tem no comportamento humano, pensado-se também em estratégias de reajustamento arquitetónico para a promoção de segurança. A avaliação, o planeamento e a execução dos espaços revelam-se estratégias conducentes a níveis mais elevados de segurança (Fernandes, 2007).

Elizabeth Wood foi umas das pioneiras nestas temáticas. A sua formação em sociologia fez despertar a constatação de que os espaços arquitetonicamente vulneráveis seriam mais propícios a desencadear insegurança. Neste sentido, espaços vazios e sem utilidade efetiva revelam-se mais propícios à prática de delinquência. A teoria de Wood envolvia a reabilitação de áreas residenciais de população da classe baixa, de forma a reforçar a sua qualidade de vida. Nesta senda, desenvolveu diversos princípios orientadores para a promoção de segurança através da intervenção nos espaços (Newman, 1972).

A sua ideia partia da reabilitação de espaços degradados, sobretudo através da construção de novos lugares de encontro e de convívio/lazer. Isto fomentaria a atratividade dos mesmos e a sua utilização, aumentando, desta forma, a vigilância feita pelos seus próprios utilizadores (Coetzer, 2003). Contudo, apesar da pertinência deste tema levantado por Wood, estas conceções de espaço nunca passaram do campo teórico, isto é, nunca foram testadas empiricamente, como afirma Newman (1972).

2.3.2 Os olhos postos na rua – Jane Jacobs

Jane Jacobs, uma jornalista especializada em arquitetura, crítica do moderno urbanismo americano, na sua mais conhecida obra, intitulada *The Death and Life of Great American Cities*¹⁰, datada de 1961, reflete sobre as conceções urbanísticas das grandes cidades americanas, mostrando que a pobreza relativa ao ordenamento do espaço é um dos principais fatores motivadores de desordem e de declínio urbano. No fundo, Jacobs

¹⁰ (Morte e vida de Grandes Cidades Americanas) – tradução da responsabilidade do autor. Disponível em <http://nchchonors.org/wp-content/uploads/2013/10/jacobs-jane-intro-death-and-life-of-great-cities-intro.pdf>

crítica o facto das novas construções desvalorizarem o uso e a criação de espaços públicos, nomeadamente a rua e as calçadas, que funcionam como “barreiras ao crime” (Neto & Palacios, 2012, p. 4) e que, deste modo, assumem a função de segurança urbana.

No seu entender, a falta de interação social e a “segurança natural” eram os pontos fracos das novas cidades (Fernandes, 2007, p. 38). Perante tal cenário, Jacobs estuda a perceção que as pessoas têm da sua cidade em relação aos edifícios e aos espaços públicos, tentando perceber a sua dinâmica aliada à utilização desses espaços por desconhecidos e ao sentimento de segurança.

Para esta autora, o essencial passa por mudar ou conservar as ruas de modo a gerarem formas de integração e acessibilidade. O intuito deste seu ideal passa por dar vida e movimento às ruas, fortalecendo a interação entre moradores (Fernandes, 2007). Para isto, o seu objetivo incide no restabelecimento da vida pedonal, permitindo um controlo natural denominado por “olhos da cidade”¹¹, em que os transeuntes constituem uma rede informal de controlo social, assumindo o papel de vigilantes na própria rua, o que previne a ocorrência de crimes (Fernandes, 2007; Ricardo, Siqueira & Marques, 2013).

Assim, parte-se da premissa que a segurança da cidade, ausente de violência e medo, é assegurada pela movimentação e pela vigilância contínua por parte dos moradores e transeuntes. Esta interação entre atores das cidades fomenta o estabelecimento de relações de vizinhança e cria nos mesmos um sentimento de apropriação e identidade com o espaço. Com isto, incumbe-se nos moradores a necessidade de delimitação clara entre o espaço privado, que mantêm e tomam como seu, e o espaço público. Desta forma, assumem uma função de autopolicimento da sua própria rua. Todavia, alguns autores criticam esta visão de Jacobs, principiando que a existência de mais pessoas na rua pode aumentar as oportunidades de se tornarem possíveis alvos.

2.2.3 Espaço defensável – Oscar Newman

Em 1972, Oscar Newman, na sua obra *Defensible Space: Crime Prevention Through Environmental Design*, veio alargar o âmbito das pesquisas em matéria de prevenção criminal, contribuindo com a sua tese de que a conceção e o ordenamento do espaço público assumem novos contornos ao considerar os espaços como possíveis promotores de segurança (Ricardo, et al., 2013). Newman foi o primeiro a mencionar o *design* como um fator de relevância na explicação do crime. Além disso, enumera um

¹¹ Tradução portuguesa da expressão *Eyes on the Street*.

conjunto de estratégias direcionadas para a reestruturação dos espaços residenciais das cidades, direcionadas para o controlo da segurança e da vigilância pelos próprios residentes. Esta era a solução ideal para o crescimento do sentimento de pertença e territorialidade e, por consequência, um aumento de responsabilidade pela visibilidade do local, dissuadindo a prática de atos criminais ou de incivildades (Newman, 1972).

Nos seus estudos, o mesmo autor verifica que o estado de degradação dos edifícios se deve a causas como a má conceção do espaço e a ausência de manutenção do mesmo. Esse estado deteriorado das habitações e da maior parte dos edifícios das zonas residenciais que compõem esses bairros revelam efetivamente um descontentamento nos residentes e um sentimento de inapropriação ou de desresponsabilização pelos espaços (Fernandes, 2007). Com isto, descobre-se que os pequenos crimes, vulgo, crimes de rua, como o vandalismo, constituem a maior parcela de crimes cometidos, mas que não se encontravam plasmados na criminalidade registada (Saraiva, 2008).

Newman (1996) constata que a existência da delimitação entre espaço privado, semipúblico e público, os torna mais defensáveis (Atlas, 2013). Em locais onde essa delimitação não era evidente, esses espaços eram “impróprios” e “anónimos”, como lhe chamou Heitor (2001, p. 8).

Com esta conceção de espaço defensável parte-se do pressuposto que os residentes adotem uma postura de responsabilidade pela segurança do espaço. Implementam-se assim estratégias de identificação de espaços e de agentes criminais, de incentivo à população para reportar à polícia esses acontecimentos, reduzindo a oportunidade para o cometimento do crime (Atlas, 2013).

Apesar de todas as críticas apresentadas à sua teoria, Newman contribuiu fortemente para o impulso de repensar a segurança através de novas estratégias de prevenção no espaço construído. Nas suas teorias, já abordava princípios¹² como o controlo natural de acessos e o princípio da territorialidade, que, separadamente e no seu conjunto, orientam as observações de Newman. Mais tarde, estes princípios redefinidos por Crowe (1991) vêm compor a estratégia CPTED multidisciplinar, assente numa estrutura de camadas hierarquizadas de delimitação entre espaço público, semipúblico e espaço privado (cfr. Anexo B).

¹² Conjunto de estratégias com capacidade de reestruturar os espaços residenciais que compõem a cidade, tornando-os lugares de partilha da comunidade que os controla (Ricardo, et al. 2013).

2.2.4 Modelo de prevenção situacional – Ray Jeffery

Nos anos 70, surge a denominação de *Crime Prevention through Environmental Design* (CPTED)¹³, pela autoria de Ray Jeffery. Este conceito assume uma nova forma de olhar a prevenção criminal através de duas vertentes: “o lugar onde ocorre o crime e a pessoa que o comete” (Ricardo, et al., 2013, p. 203). Para este autor, deve olhar-se ao espaço como um elemento de controlo social, redutor de oportunidades para a prática de comportamentos desviantes. Deste modo, a premissa prende-se com a forma de controlar a criminalidade através da gestão do meio em que a mesma ocorre.

Robinson (cit in Fernandes 2007, p. 50) acredita que a CPTED tem como “objetivo identificar e intervir sobre as vulnerabilidades decorrentes das condições físicas e sociais do ambiente, que criam oportunidades para a manifestação de comportamentos antissociais ou criminosos”. Face a isto, ressalva-se a importância de manipulação do espaço em que ocorre mais criminalidade ou onde predomine um maior sentimento de insegurança por parte dos moradores ou utilizadores. Neste sentido, o conceito de CPTED abarca o ideal de que “um desenho urbano apropriado bem como a utilização adequada do espaço construído podem reduzir o medo do crime e a criminalidade, conduzindo a uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (Neves, 2012, p. 7).

Para Jeffery (1971), a solução passa pela prevenção situacional¹⁴. Esta tende a mostrar maior eficácia relativamente às medidas direcionadas para a punição e reabilitação do indivíduo (Neves, 2012). Sendo o crime e a insegurança fruto das oportunidades dos espaços e das características do delinvente, em função da escolha racional, segundo as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), esta prevenção assenta na redução das oportunidades de crime, através da potencialização do risco para o possível criminoso, minimizando os benefícios provenientes da sua atividade (DGAI, 2013), manipulando as condições físicas em que o criminoso atua (Townesley, 2010).

O proveito desta teoria apresentada por Jeffery (1971) passa por tornar os espaços menos apelativos para a ocorrência de criminalidade e de incivildades, contrariamente aos ideais das abordagens clássica¹⁵ e positivista¹⁶ da criminologia. Contudo, as teorias

¹³ Conceito surgido na obra *Criminal Behavior and the Physical Environment* (1971). Esta sigla pode ser entendida como uma “abordagem metodológica que prevê a introdução de princípios no desenho e utilização do espaço público,” de modo a torná-lo mais seguro e, por consequente, melhorar a qualidade de vida (Machado & Neves, 2011, p. 30).

¹⁴ Segundo Townesley (2010), pressupõe-se a retirada da oportunidade ao infrator para prevenir a ocorrência de crime. Para Cusson (2002, p. 204), esse impedimento da “passagem ao ato é devido às alterações de circunstâncias particulares em que delitos da mesma natureza são cometidos”

¹⁵ Beccario (2005) defende que deveriam ser criados obstáculos que afastassem a probabilidade de ocorrência de delitos. Era necessário mostrar quais os limites das condutas criminais e a aplicação prática de uma pena proporcional às mesmas, funcionando como fator dissuasor. Para mais informações sobre a corrente positivista pode consultar-se a obra *Dos delitos e das penas* (2005).

de Jeffery não passaram apenas de considerações teóricas acerca da relação entre o meio e o indivíduo para a prática de crime ou de incivildades. Faltou aos seus estudos uma aplicação prática da demonstração de medidas concretas aplicáveis ao espaço físico (Robinson, 1996 cit *in* Fernandes, 2010).

2.2.5 2.ª Geração – Diane Zahm e Timothy Crowe

Apresentadas algumas lacunas ao conceito de CPTED, na sua vertente teórica e prática, faz surgir em 1991, a 2.ª geração de CPTED, de certa forma, um aperfeiçoamento da geração anterior, através de Crowe e Zahm. Nesta nova geração, surge a agregação das características sociais, como um novo fator responsável pela associação da criminalidade ao espaço e ao indivíduo (Cozens, 2008). Com isto, passa-se a considerar o contexto social para se adaptarem as estratégias preventivas (cfr. Anexo A), direcionadas para cada problema individualmente (Esteves, 1999; Atlas, 2013).

Esta nova geração surge alicerçada em princípios como a vigilância natural, o controlo natural de acessos, o reforço territorial e iniciativa de atividades, sendo que, mais tarde, introduz o princípio da manutenção dos espaços, sustentada na teoria do *Broken Windows* (Kelling & Wilson, 1992)¹⁷. Parte-se do ideal de que “uma janela de vidro quebrado é apenas uma janela cujo vidro está partido, no entanto, se este não for reparado, as consequências podem ser bastante mais graves do que apenas um vidro quebrado” (William, cit. *in* Fernandes, 2006), demonstrando a importância da manutenção dos espaços para que atuais degradações ou vandalismos não gerem ainda mais degradação. Ao eliminarem-se sinais de abandono ou negligência, elimina-se também a sensação de ausência de controlo social sobre os espaços, reduzindo-se a oportunidade de gerar novos atos de vandalismo, que podem principiar sobre a forma de pequenas incivildades e vir a evoluir para níveis superiores de insegurança.

Esta nova estratégia CPTED assume cinco princípios fundamentais para a sua aplicabilidade prática de forma integrada, nomeadamente, a vigilância natural, o controlo natural de acessos, o reforço da territorialidade, a manutenção do espaço e o incentivo a atividades (Fernandes, 2006; Gomes, 2007; Fernandes, 2010 e Ferreira, 2013).

A **vigilância natural** pressupõe um conceito de ordenamento do meio físico de modo a que os utilizadores do mesmo atentem a possíveis intrusos. O objetivo não passa

¹⁶ Para Lombroso, as teorias clássicas não passavam de meras conceções teóricas, pois careciam de uma verificação empírica que decifrasse as motivações associadas ao cometimento do crime. Para este autor, importava estudar as características individuais dos criminosos e construir uma tipologia de indivíduos que se mostrassem propensos ao crime, tentando explicar o seu comportamento e construindo novas formas de prevenção criminal. Para mais informação acerca desta temática pode consultar-se a sua obra *The criminal man* (2006).

¹⁷ Wilson e Kelling (1982) contribuíram fortemente com a sua teoria para se perceber a importância da manutenção urbana.

por afastá-los do local, mas sim mantê-los sob observação, permitindo que se consiga ver o espaço que os rodeia, assumindo assim o controlo visual. Parte-se da premissa do ver e ser visto, através de novas formas de atratividade, incentivando novas atividades e o uso continuado do espaço. Esta funcionalidade de uso continuado permite a rapidez de relato na sequência de um acontecimento fora da normalidade.

Face ao exposto, o espaço construído deve assentar em desenhos que permitam o aumento da visibilidade, podendo esta ser potenciada pelo uso correto da iluminação pública, principalmente no período noturno, de zonas com maior movimento pedonal, nomeadamente passeios e entradas e saídas de residências. Em estudos realizados por Bennett, Wright, Jackson e Winchester (cit. in Saraiva, 2008), apura-se que os criminosos, no momento de escolha de alvos, atentam a fatores como a vigilância e a ocupação do espaço. O facto de existirem vizinhos, cães ou alarmes, são por estes considerados obstáculos para que aquele alvo seja o escolhido.

A colocação estratégica de janelas e portas, a escolha da vegetação, uma correta iluminação e a criação de atividades que proporcionem a permanência de pessoas nos locais são exemplos do que pode maximizar a vigilância.

Relativamente ao **controlo natural de acessos**, este baseia-se essencialmente na utilização de barreiras físicas ou psicológicas que limitem o acesso a um espaço, permitindo assim deteção de desconhecidos. Esta situação de vigilância cria no delinquente um risco de ser observado, o que faz com que delibere sobre a opção de concretizar o ato criminal.

Para Gomes (2007), a utilização de pavimento, a paisagem, os portões, a iluminação e os passeios que ajudem a orientar a movimentação do público para as entradas e saídas, parecem ser soluções ideais.

O **reforço da territorialidade** pressupõe que exista uma clara demarcação entre o espaço público, semipúblico e espaço privado. As pessoas, tendencialmente, tendem a cuidar do espaço que sentem ser seu, mantendo-o continuamente, por se identificarem com o mesmo. Desta forma, transmite-se uma imagem de apropriação e de pertença que dissuade a intrusão de desconhecidos. Este reforço consegue-se através da utilização de elementos físicos que demarcam claramente a propriedade.

Medidas como o desenho do espaço, contribuem no seu uso continuado e pretendido, o tratamento de pavimentos, a sinalética, a iluminação e a utilização de barreiras físicas ou psicológicas para a delimitação de lugares cooperam para reforçar a territorialidade.

A **manutenção do espaço** pressupõe que um lugar seguro é aquele que é mantido e requalificado de forma continuada. Uma zona cuidada reforça a sensação de funcionamento, de utilização e de apropriação. Infraestruturas e pavimentos cuidados,

nomeadamente jardins, mobiliário urbano e iluminação, são alguns dos pontos fulcrais deste princípio. Torna-se assim um espaço mais atrativo para a prática de atividades.

Fatores como a iluminação insuficiente, a existência de vegetação mal adaptada às características dos espaços e a falta de manutenção e de limpeza das ruas são alguns dos fatores que nos transmitem a sensação de um espaço rejeitado. Deste modo, aspetos como a constante manutenção dos dispositivos de iluminação pública, da vegetação e os pavimentos resultam em melhorias da qualidade do espaço e impedem que os mesmos fiquem ao abandono de quem os queira mal frequentar. Esta manutenção pode ser exercida pelo poder local ou pela própria comunidade.

O **incentivo a atividades** assenta na capacidade de proporcionar a frequentação dos lugares, reduzindo a probabilidade de ocorrência criminal. Existe, com isto, por parte dos seus utilizadores, um reforço da vigilância natural, aumentando a segurança no espaço, ao mesmo tempo que eleva o risco para os infratores. Perante isto, considera-se a importância do planeamento de espaços que permitam gerar novas atividades. Como defendem Gomes (2006) e Ferreira (2013), a colocação de atividades de risco em locais mais frequentados pode ajudar a reduzir a sua vulnerabilidade.

Com a definição destes princípios o desenho urbano ganha nova significância em matéria de requalificação e organização espacial dos usos e das funções para o qual foi concebido. Denota-se com isto que um espaço construído ou requalificado na ótica da harmonia da construção e da sua definição é hoje um novo lugar de atratividade, munido de um reforço da vigilância natural, da territorialidade, da manutenção e da apropriação de espaços, impedindo deste modo que fiquem ao abandono e se degradem, servindo de lugar de concentração para grupos marginais (Ferreira, 2013).

Face a isto, Zahm (2007) propõe que a avaliação de cada espaço deve estar direcionada para as características sociais e fins a quem se destinam. Para este efeito, recorre-se à análise desses locais através do processo SARA¹⁸. Este método permite identificar isoladamente os problemas específicos de segurança de um determinado espaço, através dos princípios CPTED. Com o estudo dos problemas separado por fases, assegura-se que a aplicação dos passos necessários para um diagnóstico local segue uma sequência adequada. Para a adequação das estratégias CPTED a utilizar na requalificação de um espaço, a solução deve ser apontada numa vertente multidisciplinar, em que intervêm especialistas da área da segurança e do urbanismo.

¹⁸ SARA: *Scanning* (Exploração); *Analysis* (Análise); *Response* (Resposta) e *Assessment* (Avaliação). Para informações complementares consulte o Anexo C.

2.4 PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Com o passar do tempo, surgem novas aceções de (in)segurança relativas aos espaços. Muitos caem no abandono devido à criminalidade objetiva e subjetiva. A sua transformação, em função da sua utilização, reclama por uma urgente requalificação, de forma a ser devolvido à comunidade. Não se frequenta um espaço que não se sabe o que esperar dele. A sensação de imprevisibilidade e de surpresa são elementos de receio e de insegurança para a permanência nos mesmos (Heitor, 2009).

O aparecimento de novos fatores apontados por moradores, relacionados com o sentimento de insegurança, nomeadamente o vandalismo, a falta de iluminação, a presença de estranhos, a falta de contacto com os vizinhos, o lixo, a inexistência de áreas de lazer para jovens e para idosos e a falta de estacionamento parecem ser a grande preocupação para a população. Para Peixoto (2003), os resultados dos seus estudos, demonstram que a relação que se tem com a rua apresenta um “nexo de causalidade com o medo” (*idem*, p. 84).

Sendo certo que o desenho urbano e o uso efetivo dos espaços contribuem para a redução de práticas criminais e, reduzindo o sentimento de insegurança, defende-se que estas estratégias devem tornar-se um impulso inovador para a avaliação da segurança nos espaços, contribuindo para a prevenção situacional. Os espaços mais vulneráveis à prática criminal devem ser avaliados e requalificados em prol da segurança.

Parte-se da premissa que a existência de um instrumento para avaliação dos espaços significa, por si só, um forte contributo para trabalhar os mesmos. Deste modo, na fase de avaliação, deve olhar-se aos fatores constantes na Figura 3.

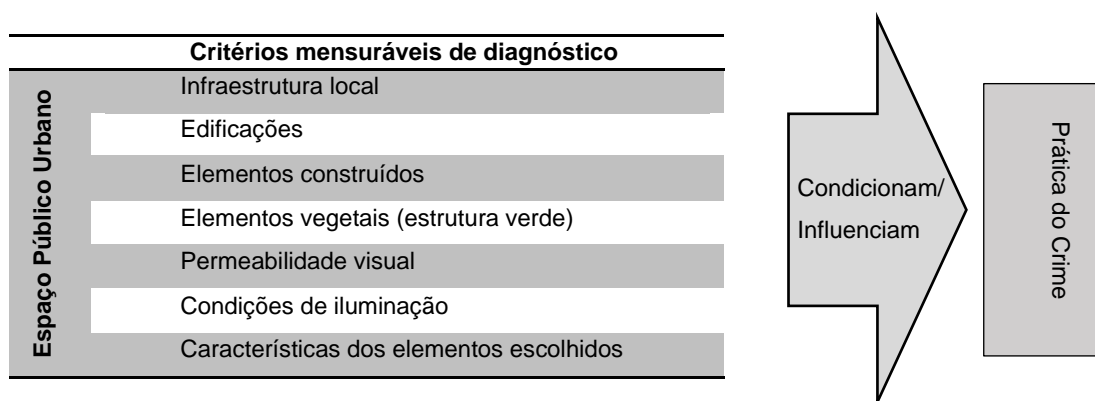


Figura 2: Critérios mensuráveis de diagnóstico da qualidade de vida da estrutura física urbana.

Fonte: Ferreira (2013, p. 127).

Com isto, ressalva-se a importância da existência de equilíbrio na projeção do espaço, entre a sua aparência física e a sua efetiva durabilidade. Um espaço não deve, no entanto, ser construído somente em observância da segurança, sob o risco de se tornar demasiado ostensivo e rígido, de tal forma que iniba a utilização dos mesmos. Os

urbanistas devem encontrar soluções para impedir ou mitigar, num ambiente já construído, o sentimento de insegurança e o acontecimento de ocorrências criminais.

Todavia, estes ideais partem da necessidade de juntar diversas áreas do saber. Técnicos de desenho saberão como projetar o espaço em termos de arquitetura e de *design*; técnicos orientados para a segurança percebem como avaliar os espaços, ou as deficiências que o mesmo possa apresentar em prol da segurança, e, por sua vez, técnicos de manutenção e gestão capacitam como trabalhar a continuidade de junção destes dois ideais (desenho e segurança), proporcionando um melhor serviço à comunidade que beneficia dos espaços (Morais, 2009; Fernandes, 2010).

Partindo-se da ideia de Yancey (cit. in Saraiva, 2008, p. 11), “um mau desenho parece facilitar o crime, um bom desenho não o previne necessariamente. O desenho liberta o comportamento defensivo”. É neste sentido que se procura desenvolver um trabalho que demostre o potencial da avaliação de espaços já construídos em prol da promoção da segurança. É intenção desta investigação demonstrar a possibilidade de agregação das temáticas do desenho e da segurança urbanos dos espaços para apoio à tomada de decisão a nível da prevenção criminal, através da análise de espaços públicos escolhidos para esse efeito. Defende-se que a noção de segurança deve estar explicitamente expressa nas formas construídas.

Depois de implementado em vários países de diferentes continentes, este interesse pelo estudo da segurança de um espaço relativamente ao seu desenho chegou a Portugal através de um *focus group meeting*¹⁹ no MAI, composto por vários especialistas como arquitetos, paisagistas, elementos das FS, sociólogos, e urbanistas, que tentam orientar o conceito inglês de CPTED e reajustá-lo à realidade portuguesa (Neves, 2012; DGAI, 2013). Esta ambição de trazer para Portugal uma nova forma de pensar as causas dos fenómenos criadores de sentimento de insegurança, surge no seguimento dos resultados bastante positivos e duradouros que projetos como este tiveram além-fronteiras, nomeadamente, nos EUA. Em alguns estados, existem até incentivos fiscais deduzidos na redução de impostos municipais para projetos que assentem nestes princípios de CPTED, com o apoio de peritos na matéria²⁰ (Neves, 2012, p. 10).

Em Portugal, a intenção de implementação do CPTED não tem passado de uma tentativa. Não existem incentivos financeiros, nem legislação que se debruce sobre esta matéria (Neves, 2012). A formação direcionada para as FS e para urbanistas devem, no

¹⁹ (Grupo focado de trabalho) – Tradução da responsabilidade do autor.

²⁰ No Reino Unido, desde a década de 80, existem programas financiados pelo Ministério do Interior britânico. Exemplo disso é a unidade espacializada em conceção e ordenamento dos bens mobiliários e imobiliários, designada por *Against Crime Unit*. Nos seus cadernos de encargos existe uma etiqueta denominada de *Secured By Design (SBD)*, que pretende premiar com apoio financeiros os melhores projetos no âmbito da segurança aliada à conceção dos espaços (Gomes, 2007).

seu conteúdo, abraçar estas matérias, que se começam a evidenciar claramente como soluções de prevenção criminal (Machado, 2006). Torna-se cada vez mais importante que a segurança se cruze com a criação de novos espaços, devendo constituir-se como um dos critérios obrigatoriamente contemplados num projeto ambiental.

Atualmente, esta matéria de CPTED começa-se a lecionar no âmbito da formação para os elementos que compõem o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP)²¹, inicialmente criado como Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), projetado pela Diretiva Estratégica (DE) n.º 10/2006, de 15 de maio. Este modelo utiliza-se em vários países da Europa, nomeadamente: Inglaterra²², França, Holanda e EUA. Propõe a articulação integral das várias valências direcionadas para a prevenção criminal, nomeadamente o policiamento de proximidade, as informações policiais²³, a investigação criminal e a ordem pública.

Os elementos que compõem este modelo denominam-se de Agentes de Proximidade. Divididos em Equipas do Programa Escola Segura (EPES) - responsáveis pela segurança e vigilância nas zonas escolares, pela prevenção de delinquência juvenil em comunidades escolares, bem como na deteção de outros problemas que possam afetar a situação de segurança dos restantes cidadãos - ou em Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) - direcionadas para o policiamento de proximidade, nomeadamente a vigilância de áreas comerciais, residenciais, para o acompanhamento de vítimas de crime e da população idosa.

Ambas as equipas têm a missão de policiamento de visibilidade, de prevenção de práticas criminais ou de incividades, trabalhando sempre em contacto direto com o cidadão. Este modelo de proximidade tem a finalidade de promover a redução da taxa de criminalidade e de insegurança a ela associada, aumentando a satisfação da comunidade face ao serviço prestado pela polícia (Carvalho, 2012).

Estes elementos, por constituírem o primeiro nível de intervenção policial²⁴, acabam por ser o elo de ligação entre a população com problemas e as entidades com

²¹ A referência MIPP, em troca da expressão PIPP, criada pela DE n.º 10/2006, encontra-se espalhada por diversos diplomas institucionais, nomeadamente: o Ofício OP n.º 4822, de 12 de Julho de 2010; a Diretiva Operacional n.º 202/2012, de 13 de setembro, a Diretiva Operacional n.º 1/2013, de 31 de janeiro, entre outros documentos da Direção Nacional (DN) da PSP.

²² Desde 1829, com a constituição da *Scotland Yard* e da *Metropolitan Police Force*, por Robert Pell, foi implementado o sistema policial assente no pressuposto da proximidade da polícia ao cidadão e de uma interação continuada (Carvalho, 2012).

²³ Art. 29.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto; art. 5.º, alínea e), da Portaria n.º 338/2008, de 29 de maio. As informações são conhecidas pelo termo *Intelligence*, dado que o processamento das informações recolhidas comporta a missão de orientar a ação operacional. Servem de apoio na tomada de decisão e na gestão do risco, dirigindo o esforço do patrulhamento para a dissuasão de práticas criminais ou de incividades (Elias, 2009). Através das informações, pode proceder-se a uma análise de ocorrências anteriores, antecipando padrões de criminalidade, locais e horas de maior incidência criminal, que podem tornar-se ferramentas úteis para a formulação de programas preventivos direcionados aos grandes fenómenos (Clemente, 2012).

²⁴ Como consta no Anexo D.

responsabilidade nessas matérias. São efetivamente os elementos da linha da frente, no âmbito do diagnóstico e no primeiro nível de intervenção.

Importa, para isto, conhecer a comunidade, criar relações de confiança, recolher informações às quais se tem acesso privilegiado através da população, orientando o policiamento para as causas do problema, como demonstram os trabalhos pioneiros de Herman Goldstein (cit. *in* Sento-Sé, 2011). Esta nova perspetiva de prevenção chama à responsabilidade a própria comunidade, em matérias de segurança dos espaços – prevenção comunitária (Evangelista, 2012; Atlas 2013).

Ressalva-se que, segundo L. F. Fernandes (2007), a aplicação dos princípios propostos pelo CPTED tem como objetivo prevenir tipos específicos de crime e não a criminalidade em geral. Deste modo, é importante reajustar-se as estratégias práticas de avaliação de espaços públicos, construídos em função da tipologia criminal que se pretende avaliar e que está diretamente associada ao espaço em concreto. Clemente (2012, p. 101) defende que uma eficiente atividade policial “deve guiar-se pela geografia do crime e, sobretudo, pelo mapa de receios do cidadão”.

Concluindo, pode-se afirmar que o futuro da prevenção situacional passa por investir no espaço com maior número de ocorrências criminais, frustrando as expectativas de oportunidade e benefício para o criminoso, através do aumento dos riscos e da aplicação de uma punição. Importa pensar em criar espaços defensivos através das características físicas que lhes estão inerentes. Esta nova maneira de olhar a prevenção tem vindo a revelar resultados positivos relativamente à prevenção de crimes contra o património (Sento-Sé, 2011). Tudo leva a crer que o policiamento de proximidade mais visível e eficaz é, neste contexto, o conceito-chave da ação policial para estas matérias (Caiado, 2013; Pereira, 2014).

Importa frisar que apesar de se olhar a estratégias CPTED como ferramentas para a prevenção criminal, devemos atender também às necessidades da polícia em relação ao ordenamento urbano. Como defende Clemente (2012), ainda hoje o próprio ordenamento do espaço é uma das principais condicionantes para a ação policial. Deve-se pensar em espaço construído enquanto promotor de segurança para as pessoas e, ao mesmo tempo, adaptado às necessidades da atuação policial. Para Valente (2007, p. 128), a importância destes dois fatores resulta no sentimento de “um ar de segurança imposto pela arquitetura e pela presença física (fixa ou móvel, auto ou apeada) dos elementos policiais”.

Tal como acontece em outros países, como o Reino Unido e Países-Baixos, as construções dos espaços deviam carecer, num primeiro momento, de uma autorização patenteada num parecer dado pelas FS, pelo papel de um representante da polícia com formação específica para o efeito, e que tome parte junto das câmaras municipais para

emissão desses pareceres técnicos em matéria de segurança e de disposição dos espaços, em prol da atuação policial (Valente, 2007; Machado & Neves, 2011). Face a isto, existe a necessidade de, para além de repensar toda a legislação urbanística, de reconsiderar também toda a regulamentação ao nível de avaliação dos espaços públicos, à semelhança do que existe na legislação francesa, que permite que se estude previamente o impacto, a nível de segurança, que as construções urbanas possam representar (Machado, 2006; Gomes 2007; Caiado, 2013).

Por fim, enumeram-se algumas experiências realizadas em diversos países que atestaram a veracidade e validade do conceito CPTED: Canadá (*Safer Cities* – Cidades mais seguras); Reino Unido (*Secured by Design* – Seguro pelo design); Holanda (Certificado de casas seguras); Chile (Programa Comunas Seguras) e no Brasil – Rio de Janeiro (Programas Espaços Urbanos Seguros – Jogos Pan-americanos), entre outros que se têm vindo a desenvolver (Ricardo, et al., 2013).

2.5 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Para M.C. Fernandes (2007, p. 118), “as cidades de hoje – todas as cidades de hoje – se é que ainda as há e têm algum horizonte, vão-se tornando progressivamente inseguras. E, quando não são de facto, são-no por sentimento!”

Segurança e espaço público são então dois conceitos que se correlacionam mutuamente. Se, por um lado, um espaço deve ser pensado em matérias de segurança, por outro, a segurança que os espaços oferecem também deve ser objeto de estudo. Se o crime e as incivildades aparecem relacionados com o contexto de espaço em que ocorrem, estas, por sua vez, assumem um papel preponderante no sentimento de insegurança.

Devido a esta interligação de conceitos, torna-se relevante compreender-se como é que estes fenómenos são percecionados pelos utilizadores dos espaços públicos e como é que a conceção dos mesmos pode influenciar essa perceção. Desta forma, revela-se pertinente perceber a influência que o meio pode ter na criminalidade objetiva e subjetiva, desde a sua criação ao seu uso.

Face a isto, percebe-se que a função do espaço está interligada com a utilização que os indivíduos lhe conferem. Desta forma, as funções do espaço ou as atividades que entretanto se desenvolvem no mesmo podem não estar de acordo com os objetivos plasmados no momento do seu concebimento. Estas alterações podem ocorrer também devido às necessidades dos utilizadores. Mudanças relativas à demografia, à reconfiguração de outras infraestruturas que envolvem o espaço, ou ainda a desertificação dos espaços, consequência de saída de residentes em busca de melhores

condições de vida, parecem também estar na origem da alteração da função original de determinado espaço (Machado & Neves, 2011).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho prende-se com a criação do espaço físico em função do planeamento e da adaptação do mesmo às necessidades dos utilizadores. Pretende-se avaliar a existência de espaços que relacionem a insegurança com o desenho urbano, através da recolha da opinião de quem passa, habita ou trabalha nas ruas afetas ao presente estudo, pois esses assumem um papel privilegiado para opinar sobre o objeto de estudo. Para além disso, importa analisar a estrutura física do espaço em si através de documentação cartográfica e de reportagens fotográficas. Para terminar, opta-se alcançar a possibilidade das FS se tornarem responsáveis pelo diagnóstico local de segurança.

CAPÍTULO 2:

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

2.1 OPÇÃO METODOLÓGICA

A escolha do método baseia-se na área de pesquisa do Ambiente-Comportamento, firmada no final da década de 60. Este tem como objetivo perceber e relacionar as características físico-espaciais do ambiente construído e o comportamento dos indivíduos (Lang, 1987). Parte-se assim da premissa de estudar os fenómenos contemporâneos na sua complexidade e num contexto natural, preservando as características das situações reais, nos quais o investigador tenha um menor controlo sobre a situação (Yin, 2001), adaptando o estudo à medida que os fenómenos vão decorrendo.

Para cumprimento dos objetivos traçados opta-se pela realização de um estudo de natureza exploratória (Marconi & Lakatos, 2006), através da utilização da estratégia de pesquisa denominada de estudo de casos múltiplos, de tipo misto, empregando abordagens de cariz quantitativo e qualitativo, recorrendo, para o efeito, a instrumentos de recolha e análise de dados diferenciados (Yin, 2001). Reconhecendo-se a dificuldade em gerir e tratar as diferentes fontes utilizadas, Yin (2001) defende que com isto, se podem desenvolver linhas confluentes de pesquisa, através da triangulação de dados de diferentes abordagens que possibilita chegar-se a conclusões mais precisas e detalhadas confirmadas pelo cúmulo das diversas fontes selecionadas.

A preferência pelo estudo de casos múltiplos deve-se ao facto de interessar analisar dentro do mesmo contexto espacial diferentes particularidades de cada caso escolhido, nomeadamente cinco ruas diferentes dentro do mesmo bairro. Neste sentido, considera-se o critério do número de casos selecionados e o da amostragem referentes às variáveis em estudo.

O estudo de caso descrito no presente capítulo consiste em duas etapas. A primeira, objetivada pela seleção dos espaços públicos, ou seja, pela escolha das ruas a analisar, pertencentes à área de estudo, que apresentavam maior índice de criminalidade, tendo especial enfoque os crimes de roubo por esticção e de roubo na via pública (exceto esticção).

Já a segunda etapa visa a investigação detalhada das ruas selecionadas, com base na análise da cartografia referente à zona de estudo, na recolha da perceção de segurança do espaço público que os cidadãos constróem deste e, na verificação da aplicabilidade de um instrumento de apoio à observação e à recolha de informação por

parte dos elementos policiais, acerca dos princípios de CPTED enunciados no guia de boas práticas escolhido para o presente estudo.

A escolha do local de estudo prende-se com o facto de o investigador ter realizado a sua primeira fase de estágio prático de Aspirante a Oficial de Polícia, na 69ª Esquadra da Divisão de Sintra da PSP, que abrange as freguesias de Algueirão e Mem Martins. A opção pela zona da Tapada das Mercês, bairro da área supracitada, justifica-se pela facilidade de acesso continuado a este espaço por parte do investigador.

Sendo que um dos propósitos deste trabalho é trazer à comunidade académica novos conhecimentos com utilidade prática para a resolução de problemas específicos, o estudo alicerça-se na análise estatística da criminalidade, na recolha e análise documental, nomeadamente em cartografia e estatísticas sociodemográficas, na aplicação de inquéritos por questionário e na técnica de observação direta não participante. Frisa-se também a tentativa de perceber a aplicabilidade da *Checklist* apresentada na versão portuguesa do Guia de Boas Práticas, apresentada pelo MAI.

2.2 PARTICIPANTES

Parte dos participantes que se consideram neste estudo fundamenta-se na disponibilização de testemunhos acerca do sentimento de segurança em função dos espaços públicos, fornecida por pessoas que moram, comerceiam ou simplesmente passam pela área de investigação. Importa afirmar que esta recolha se suporta na aplicação de questionários, pelo que se procedeu ao cálculo da amostragem. A constituição da amostra²⁵ aleatória simples pretende ser representativa do universo²⁶ de estudo. Recorre-se ao número total de habitantes do Bairro da Tapada das Mercês, correspondente a 22.000 habitantes (INE, 2011) para se efetuar cálculo da amostra cfr. apresentado no Apêndice A.

Considerando um erro amostral $\epsilon = 5\%$, um nível de confiança $\lambda = 95\%$ e um nível de confiança da distribuição normal $Z_{\alpha/2} = 1,96$, para uma dimensão da população $N = 22.000$, resulta uma dimensão da amostra $n = 378$. Opta-se por dividir irremediavelmente a amostra pelas cinco ruas, obtendo-se uma média aproximada de 76 questionários por rua, culminando num total de 380 questionários aplicados.

Para além dos participantes anteriormente enunciados, conta-se ainda com a participação de nove dos dez elementos²⁷ afetos ao MIPP da 69ª Esquadra da Divisão de

²⁵ Para Sarmiento (2013, p. 71) a amostra pode ser definida como “um conjunto de elementos retirados da população, que é representativo e significativo da população”

²⁶ Para Sarmiento (2013, p. 71) “o universo ou população é o conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) como uma ou mais características comuns, que se retende analisar ou inferir”.

²⁷ Por motivo de baixa médica não foi possível um elemento participar neste estudo.

Sintra que se deslocaram ao local de estudo e procederam à observação direta não participante, apoiada por uma das ferramentas que servem de instrumento a este trabalho, a *Checklist*.

2.3 CORPUS

O *corpus*, segundo Bardin (1977, p. 96), “é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Desta forma, o *corpus* desta dissertação é constituído por: I - material cartográfico referente à área do estudo de caso; II - pelos resultados dos questionários consubstanciados em frequências descritivas e correlações entre variáveis e; III - pelas matrizes de análise dos resultados obtidos pelos elementos do MIPP que procederam ao pré-teste da *Checklist*.

2.4 INSTRUMENTOS

2.4.1 RECOLHA DE DADOS

O processo de colheita de dados sustenta-se na recolha e análise de informação de fontes secundárias, nomeadamente estatísticas criminais, documentos cartográficos, censos e a *Checklist*. Para além disto, recorre-se também a fontes primárias como os inquéritos de perceção de segurança e de condições do espaço público e pela observação direta não participante.

i. Dados estatísticos da criminalidade²⁸

Os dados estatísticos referentes à criminalidade na zona de estudo cingiram-se aos períodos compreendidos entre 2012 e 2014 e apenas aos crimes contra a propriedade, em particular os roubos²⁹ ocorridos em espaço público urbano na área da 69ª Esquadra Algueirão/Mem Martins. Estes dados foram fornecidos pelo Departamento de Informações Policiais (DIP) da Direção Nacional da PSP (DN/PSP), cfr. solicitação em Apêndice B.

A escolha da tipologia do roubo é justificada pelo facto de ser um dos crimes com maior expressão a nível de registo de participações e por conjugar duas dimensões que contribuem em muito para o sentimento de insegurança - a do furto e a da violência física ou psicológica - tornando-se, por isso, relevante para o trabalho. Outra razão para esta

²⁸ Constantes em Apêndice C e D.

²⁹ Art. 210.º do Código Penal Português (CP) – pressupõe a subtração de coisa móvel alheia mediante violência.

preferência é, primeiramente, por ser um crime público³⁰, o qual não depende de queixa, e por outro lado, por se englobar na categoria de criminalidade de massa, ou mais vulgarmente conhecida como criminalidade de rua³¹, que mais afeta o cidadão ao interferir na promoção da qualidade de vida e aumentando o sentimento de insegurança.

Posto isto, escolheram-se as três primeiras ruas com maior número de ocorrências entre os períodos de 2012 a 2014, sendo elas a Avenida Miguel Torga (51 ocorrências), a Rua Almada Negreiros (16 registos) e a Rua Francisco Salgado Zenha (14 ocorrências), cfr. Tabela 2 do Apêndice C. Pelo facto destas três ruas serem paralelas umas às outras, apenas com uma artéria intermédia entre cada uma, optou-se por considerar também a Rua Natália Correia e a Rua Fernando Lopes Graça visto que este núcleo de cinco ruas se encontra direcionado para a estação dos comboios sito na Avenida Miguel Torga, cfr. Fotografia 1 em Apêndice I.

Como defende Pepinsky e Jesilow (1985) citados por Esteves (1999, p. 25) “as estatísticas criminais podem ser um indicador de propensão dos particulares para recorrerem às instâncias oficiais de controlo, mas não um indicador de dimensão do fenómeno criminal”. Como nem todos os crimes chegam ao conhecimento das entidades judiciais ou policiais, há uma série de crimes que constituem as cifras negras³² da criminalidade. Por tal acontecer, verificam-se deturpações entre criminalidade registada e criminalidade factual.

ii. Observação direta não participante através de reportagem fotográfica

A observação permite examinar fenómenos em ambiente real, captando o máximo de pormenores possíveis relativos, por exemplo, ao meio ambiente e a comportamentos passíveis de ser observados (Godoy, 1995). É então um instrumento que fornece mais detalhes ao pesquisador pois baseia-se na descrição dos fenómenos captados pelos cinco sentidos.

A pesquisa qualitativa através de observação permite conhecer o sentimento dos entrevistados sem quantificá-los. O que interessa estudar são as avaliações subjetivas

³⁰ Sempre que o CP nada diga acerca da dependência de queixa para abertura de um inquérito, parte-se do princípio que é crime público. Um crime público pode ser comunicado por qualquer pessoa que tenha notícia dos factos e o início do processo ocorre mesmo contra a vontade do titular dos interesses ofendidos. Procuradoria Geral Distrital do Porto (PGDP), disponível em <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=85&subCtxId=86&faqId=432&show=&offset=>

³¹ Segundo a DE nº 10/2006, o RASI 2004 da PSP ou na Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho e ao Parlamento Europeu no âmbito da Prevenção Criminal (Fernandes, 2006).

³² A existência destas “cifras negras” chega por vezes ao conhecimento através dos Inquéritos Nacionais de Vitimação (INV).

percecionadas e de que forma se podem inferir tendências, identificando pontos comuns ou distintos na amostra selecionada (Gomes, 2005).

Este processo de observação sistemática e controlada permite apreender a complexidade dos fenómenos relacionados com a segurança e o desenho do espaço público, bem como captar um conjunto de imagens, em Apêndice J, relativas às características específicas e individuais de cada rua em estudo.

iii. Material Cartográfico³³

Para melhor se caracterizar o espaço físico em análise, socorre-se da recolha de cartografia referente à área selecionada. Junto da Câmara Municipal de Sintra, através do seu Departamento de Urbanismo (DU/CMS), conseguiu-se aceder desde as primeiras Plantas de Loteamento da área em estudo, datadas de 1978, até à Planta Síntese da alteração de 2009, que neste momento é a mais atualizada. Este material recolhido, permite compreender os ideais de construção do Bairro da Tapada das Mercês, a nível de loteamento e de conceção de espaço público e, ao mesmo tempo, constatar a evolução operada no tempo.

iv. O inquérito por questionário³⁴

“O inquérito é um instrumento de pesquisa, que permite recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de método e análise, originam informações que se consubstanciam em resultados [que podem ser] comparados e comentados” (Sarmiento, 2013, p. 67).

A escolha deste instrumento prende-se com o facto de ser uma ferramenta importante para compreender a situação real de determinado local, através da possibilidade de recolha de informação de um elevado número de inquiridos. Devendo a mesma ser obtida *in situ*³⁵, através da análise dos espaços e da perceção que os cidadãos têm dos mesmos, este instrumento revela-se mais profícuo do que as estatísticas criminais ou do que os dados demográficos, pois fornece uma realidade que nem sempre se encontra espelhada nos anteriores documentos. Através dos inquéritos o investigador consegue estar mais ciente dos problemas e dos espaços mais afetados, bem como da influência destes no normal desenvolvimento da vida em sociedade e de que forma podem ser alterados fisicamente esses espaços culminando na promoção de segurança dos cidadãos (Saraiva, 2008).

³³ Em Anexo G, H, I e J.

³⁴ Em Apêndice E.

³⁵ Expressão latina que significa *no lugar*.

De acordo com Sarmiento (2013) a aplicação de um questionário carece de validação, quanto ao conteúdo e quanto à sua forma e escrita, por um painel de especialistas, tendo o mesmo sido submetido a quatro conhecedores de diferentes áreas.

Após efetuadas as devidas alterações à primeira versão do inquérito, apresentadas pelo painel de validação, submeteu-se o mesmo a um pré-teste através da aplicação a dez cidadãos que se encontravam nas ruas afetadas ao estudo, sendo que em cada rua foram submetidos dois questionários. O pré-teste permitiu que se garantisse a clareza e entendimento das questões e que se apurasse o tempo médio de preenchimento do inquérito. Com isto, percebeu-se que o questionário era perceptível e que se encontrava adaptado ao público, tendo o tempo de preenchimento variado entre os dois a cinco minutos.

O questionário final é composto por três partes. A primeira designada de preâmbulo, onde se indica os objetivos do questionário e a sua finalidade. A segunda parte consiste no enquadramento a nível de local de aplicação do inquérito e da condição do inquirido face à rua em causa, seguindo-se pela caracterização sociodemográfica da amostra constituída num grupo de quatro questões relacionadas com matérias de género, idade, estado civil e habilitações literárias.

A terceira parte do inquérito, denominada de questionário, é composta por um grupo de 12 questões devidamente estruturadas de âmbito geral e específico sobre o tema da nossa investigação. Esta última parte é maioritariamente constituída por questões fechadas de resposta única ou por questões mistas, combinando uma pergunta fechada com uma aberta. Em algumas das perguntas foi colocado um filtro para canalizar o inquirido para a informação que se pretendia recolher, permitindo que o inquirido responda à pergunta imediatamente a seguir, ou, por outro lado, salte para uma outra questão mais à frente. Para além deste tipo de questões contém uma questão fechada de resposta múltipla que permite a escolha das alternativas que considera mais adequadas. Por último, o inquérito termina com uma questão aberta, de modo a que, o inquirido tome uma oposição e opine livremente sobre um assunto, sem limitação de ideias, favorecendo o enriquecimento da informação recolhida.

v. A Checklist³⁶

Uma *Checklist*, tal como o seu nome indica, corresponde a uma lista de verificações que funciona como um instrumento de controlo de condutas, materiais, itens ou tarefas que devem ser seguidas e lembradas. Para Atul Gawande, (2009) uma *Checklist* pode ser entendida como um instrumento de prevenção para que não ocorram enganos ou

³⁶ Em Anexo F.

esquecimentos durante a realização de uma determinada tarefa em função do objetivo definido.

Já no sentido de orientar o projeto e gerir o espaço público, é de realçar o facto de terem surgido diferentes guias de boas práticas com base nos princípios enunciados no CPTED, e que apresentam diversas propostas de *Checklist* a utilizar. Os guias a seguir indicados são, por si só, uma referência: *Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook* (2003); *Designing Small Parks: A Manual for Addressing Social and Ecological Concerns* (Hoboken, New Jersey, 2005).

A utilização desta ferramenta surge no âmbito de testar a própria *Checklist*, pois apesar da mesma ter sido traduzida para português, para servir de modelo de avaliação de boas práticas CPTED em Portugal, a mesma nunca fora testada. De modo que na expectativa de perceber a sua possível aplicabilidade, bem como de que forma esta ferramenta é útil para os elementos policiais, como promotores de segurança que não estudaram arquitetura ou urbanismo, levou-se a cabo a referida testagem.

Aos elementos que fizeram o pré-teste à *Checklist* pediu-se que respondessem a todas as perguntas, sendo que as que não compreendessem, quer os conceitos quer a formulação da pergunta, fizessem a devida anotação junto da questão. Após a aplicação da mesma, houve lugar a conversas individualizadas (Marconi & Lakatos, 2006) com os vários elementos com o intuito de perceber a opinião de cada um relativamente ao instrumento em causa e à sua aplicação prática (Samara & Barros, 2002).

2.4.2 ANÁLISE DE DADOS

Depois de recolhidos os dados é necessário proceder-se ao tratamento dos mesmos, de modo a que o investigador confronte o que recolheu com a abordagem teórica anteriormente elaborada e que fundamente as conclusões do estudo (Sarmiento, 2013). Assim sendo, após a pesquisa inicia-se o processo de análise com o intuito de organizar e sumariar os dados de forma a responder ao problema da investigação (Gil, 1999).

Para efetuar a análise dos inquéritos por questionário procedeu-se à recolha de estatística descritiva. As questões fechadas exploraram-se através da análise descritiva, com base em frequências absolutas e relativas das respostas que se organizaram em tabelas para uma melhor visualização da informação. Relativamente às questões de resposta aberta, realizou-se o agrupamento das respostas com características comuns e a apresentação descritiva das ideias mais dominantes.

Tendo em conta o tipo de variáveis (predominantemente nominais), aplicaram-se testes não paramétricos, tais como o teste Qui-quadrado (χ^2) e o teste *Fisher* de forma a analisar a dependência ou independência das variáveis. Para a variável ordinal, recorreu-se à correlação de *Spearman* (ρ). Foram considerados os resultados estatisticamente significativos quando $p \leq 0,05$.

Para o tratamento destes dados recorreu-se ao *software* estatístico *Statistical Package of Social Sciences* (IBM, @ SPSS), versão 22.0 para *Windows*.

Para análise do conteúdo relativo às conversas informais mantidas com os elementos que aplicaram a *Checklist*, recorreu-se à elaboração de matrizes cromáticas de unidades de contexto e de registo (em Apêndice K), de forma a compilar as opiniões recolhidas. Os dados foram registados em função do número atribuído a cada inquirido, retirando a unidade de contexto e a unidade de registo codificada com: 1 - ponto forte; 2 - ponto fraco e 3 - novas propostas.

Deste processo resultou a construção de uma matriz de pontos fortes e fracos, com representação de novas propostas por parte dos elementos. Esta ferramenta pretende servir de pré-teste à aplicabilidade da *Checklist* como futuro instrumento de trabalho para as FS.

2.5 PROCEDIMENTO

Perante os objetivos a que se propõe o investigador, estabeleceu-se previamente um conjunto de procedimentos para a exploração das fontes de informação que servem de instrumentos para esta investigação, escolhendo também o caminho para a procura de respostas à problemática, não olvidando a adequação e interligação dos diferentes métodos e técnicas para o estudo de caso.

Para o efeito, as pesquisas de campo encontrou-se aprovação na autorização necessária cfr. Apêndice B para o acesso às estatísticas criminais tipificadas como roubos por esticção e roubos na via pública (exceto esticção), referentes aos períodos de 2012 a 2014 na área da 69ª Esquadra – Algueirão/Mem Martins, das quais se suportou o investigador, para delimitar a zona de estudo. Foi assim delimitada a área de estudo de caso.

Depois de selecionada a área de estudo desenvolveram-se várias visitas aos locais, procedendo-se à observação e recolha de imagens e por último, à recolha de material cartográfico junto da Câmara Municipal de Sintra (CMS) da referida área, de modo a permitir fazer-se um enquadramento espacial e urbanístico das ruas pré-estabelecidas anteriormente.

Através dos dados apresentados pelos Censos 2011 (INE), caracterizou-se socio-demograficamente a área de estudo. A recolha do número de população residente na Tapada das Mercês permitiu calcular a amostra necessária para a realização dos inquéritos. Os mesmos foram aplicados entre 01 e 11 de março no decorrer dos períodos da manhã (08H00 às 12H00), da tarde (14H00 às 18H00) e da noite (20H00 às 24H00). Realizaram-se os questionários a transeuntes que se encontravam nas ruas referenciadas na área de estudo, independentemente da sua condição relativa à rua.

Os inquéritos aplicaram-se pelo autor, tendo sido preenchidos pelo mesmo. Garantiu-se que todos os inquiridos fossem informados antecipadamente do tema do inquérito e dos pressupostos de anonimato e de confidencialidade. Respeitou-se a não disponibilização por parte de alguns cidadãos para responder ao inquérito, bem como a não identificação como estudante no Curso de Oficiais de Polícia da PSP por parte do investigador, garantindo assim a livre escolha e a imparcialidade das respostas.

Posteriormente foi solicitado aos elementos do MIPP da 69ª Esquadra da Divisão de Sintra, que se deslocassem aos locais de estudo para aplicar a *Checklist*, cfr. Apêndice H. Depois da aplicação procedeu-se à construção da matriz de pontos fortes, pontos fracos e novas propostas baseada nos testemunhos recolhidos.

De frisar que ao investigador coube o processo de observação ao longo de toda a investigação, tendo um papel ativo na reportagem fotográfica da área de estudo, bem como na recolha, aplicação e análise dos restantes instrumentos selecionados para o presente estudo.

CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO

3.1 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA



A zona em estudo designada de Tapada das Mercês representa um bairro característico da freguesia de Algueirão/Mem Martins, pertencente ao concelho de Sintra cfr. assinalada na figura 3. Sintra situa-se na Costa Ocidental da Europa e cobre uma superfície total de aproximadamente 319,2 km², representando 9,9% da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Figura 3: Localização da área de estudo.

Fonte: Adaptado de <https://www.google.pt/search?>

Segundo os resultados do Recenseamento Geral da População de 2011, do Instituto Nacional de Estatística (INE), Sintra é o segundo concelho mais populoso a nível nacional com 377 249 habitantes, significando um aumento de 3,71% relativamente ao ano de 2001. A sua densidade populacional corresponde a 1 193 habitantes/km², detendo 10,5% dos residentes da Região de Lisboa e Vale do Tejo (INE, 2011).

Relativamente à freguesia de Algueirão/Mem Martins, área de atuação da 69ª Esquadra da Divisão de Sintra da PSP, esta assume uma extensão de área de aproximadamente 16,37 km². Atualmente tem uma população residente de 66 250 habitantes³⁷ e uma densidade populacional de 4 047 habitantes/km², tornando-se deste modo a freguesia do concelho com maior número de residentes, representando 17,2% da população total do concelho. A parcela de estrangeiros da população desta freguesia apresenta um valor de 8,7%, que se divide em cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), representando estes 46,6%, em população brasileira (31,4%) e população do leste europeu (13,2%). De ressaltar que estes

³⁷ Segundo o relatório final do programa avaliação estratégica do quadro de referência estratégico nacional (QREN) de 2007-2013.

indicadores populacionais têm vindo a demonstrar um constante crescimento ao longo dos anos (INE, 2011).

Esta vila de Algueirão/Mem Martins³⁸ é caracterizada por duas zonas distintas, uma mais rural composta por oito povoações e uma outra urbana composta por três povoações, nomeadamente Algueirão, Mem Martins e Mercês. A povoação das Mercês é então composta pelo Bairro da Tapada das Mercês, local sobre o qual incide esta investigação. Este bairro apresenta uma área de 40 hectares (há) e atualmente, segundo dados apurados pelos Censos (INE, 2011), abarca uma população residente de aproximadamente 22 637 habitantes.

A zona da Tapada das Mercês é caracterizada por uma significativa diversidade étnica, cultural e social, fruto de uma parte da população habitante ser, como já se referiu anteriormente, emigrante. Importa também salientar que, de forma global, a população é caracterizada por uma média de idades baixa e com poucas habilitações literárias (INE, 2011). É uma zona economicamente mais acessível onde o nível socioeconómico da população é médio-baixo.

3.1.2 CARACTERIZAÇÃO TOPOGRÁFICA E ARQUITETÓNICA

A projeção do Bairro da Tapada das Mercês, datada de 1978, foi pensada como uma construção em grande escala com loteamentos para albergar 250 hab./ha, ou seja, num total aproximado de 10 000 habitantes e a sua oferta era dirigida à população de classe média-alta³⁹. A construção é caracterizada pela sua localização e pelas grandes áreas de cada habitação. No entanto, aquilo que fora projetado em 1978 foi crescendo e o aglomerado de loteamentos aumentou com o passar dos anos, como pode comparar-se entre a planta de loteamento de 1978 e a alteração de 1986, cfr. Anexo G e H. A parca legislação sobre ordenamento do território e urbanismo da altura, pode ter contribuído para a impossibilidade de contornar o cenário que atualmente se contempla.

A conceção deste bairro pretendia oferecer à população, não só um grande leque de habitações, como também diversos espaços públicos e equipamentos que promovessem a qualidade de vida para quem nele habitasse. Foram desenhados espaços ajardinados bem como espaços destinados à prática de desporto e de lazer mas que, como se pode constatar, nunca passaram de desenho em papel cfr. projetado em Anexo G.

Com o passar dos anos, novas gentes de diferentes culturas foram ocupando as habitações, levando a que a população que inicialmente lá morava se deslocasse para

³⁸ Freguesia criada em 5 de janeiro de 1962 e elevada a vila apenas em 2 de fevereiro de 1988.

³⁹ Dados fornecidos pela Junta de Freguesia de Algueirão/Mem Martins.

outras zonas da freguesia ou fora dela. Atualmente, este bairro apresenta-se como um lugar de concentração de grande parte da população da freguesia, sendo que se estima que ultrapasse, em larga escala, o número de habitantes em relação ao que era inicialmente a sua capacidade prevista. Muitos lotes foram adaptados a esta nova proliferação da crescente populacional e prova disso é, por exemplo, existirem focos habitacionais em pisos que tinham sido concebidos para garagens das habitações.

Denota-se também uma certa desorganização de loteamento, tendo cada um a sua tipologia, cor e altura, evidenciando de forma clara a construção faseada e muito pouco planeada. Os edifícios encontram-se com necessidades de requalificação, devido a fraturas que foram espoletadas com o tempo. As cores de outrora, são hoje substituídas por outras mais pálidas e pela arte urbana sem contexto e sem padrão, constatando-se que alguns dos lotes que ficaram ao abandono passaram a ser ponto de encontro de marginais, transformando-se em locais de utilização para a prática de vandalismo, cfr. Fotografias 9, 10 e 11 constantes no Apêndice J.

Estes fatores desencadearam nos habitantes um sentimento de medo e de insegurança, levando ao descuido das áreas verdes, devido a uma falta de apropriação e de reforço da territorialidade. Não existe uma clara delimitação entre áreas privadas, semipúblicas e públicas, originado que ninguém se aproprie do espaço que está para “lá da sua porta” (Silva, 2014). Isto contemplou a necessidade de a CMS intervir em alguns desses espaços, denominados de logradouros⁴⁰, junto aos lotes, devido à ausência de manutenção dos mesmos pela entidade responsável (construtora), como se constata nas Fotografias 15 e 31 em Apêndice J.

As ruas estão sujas, cheias de veículos estacionados nos dois lados de cada uma delas, a vegetação cresce de forma desordenada e encontra-se mal cuidada. Em alguns casos até, existe plantação que não é característica das cidades. Por todas as ruas encontram-se alinhamentos de pinheiros junto aos passeios que dão um ar de cidade inserida dentro do pinhal.

Perante este cenário aterrador entre o que foi planeado e desenhado, construído e utilizado, o que se perdeu entre estes dois processos, o bairro da Tapada das Mercês hoje não é mais o bairro ideal que originou a exploração dessa área que até então era terreno baldio. O expoente que o caracterizava, hoje não passa de um “monstro em queda” (Guerra, 2003, p. 17) aos olhos de quem nele mora, trabalha ou simplesmente passa.

⁴⁰ Podem entender-se por logradouros os espaços destinados à serventia da casa.

3.1.3 CARACTERIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE

A realidade criminal em Portugal ao longo dos anos tem vindo a mostrar-se constante e sem grandes alterações, colocando Portugal na 13ª posição dos países mais seguros da Europa e o 18º país mais seguro do mundo, num total de 162 países, segundo o *Global Peace Index* de 2014⁴¹, mantendo a sua posição face a 2013 e descendo um lugar face a 2012. Segundo o estudo do Eurobarómetro – “*Public Opinion in the European Union*” publicado em 2013, para os portugueses o crime/segurança surge na 8ª posição (3%) como um dos problemas mais importantes, acima da média da Europa que surge em 5º lugar (RASI, 2013, p. 38).

De acordo com informações disponibilizadas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) referente a 2013 foram registadas 368 452 participações de natureza criminal, representando uma diminuição de 6,9% relativamente ao ano de 2012, constatando-se que 2013 registou o valor mais baixo de participações criminais desde o ano de 2003, ficando a sua média muito abaixo da média dos últimos 11 anos, tendência esta que se verifica mais uma vez no RASI 2014. A categoria dos crimes contra o património, na qual se inclui os crimes contra a propriedade, continua a representar mais de metade do total das participações (54,6%).

Quanto à criminalidade de massa destaca-se o roubo na via pública (exceto esticção) e o roubo por esticção como sendo os tipos de crime mais comuns, representando conjuntamente cerca de 65% da totalidade da criminalidade violenta e grave (RASI, 2013, p. 58). No entanto, comparativamente com o ano de 2012, o roubo por esticção registou uma diminuição de 16,8% e o roubo na via pública (exceto esticção) uma descida de 2,8%.

Relativamente à criminalidade registada, em estudo nesta dissertação, referente a toda a área de atuação da 69ª Esquadra, denota-se em 2013 um aumento de 3 crimes registados relativamente ao ano de 2012 e um aumento de 2013 até 2014 de 9 ocorrências no total de roubos, incluindo aqui todas as tipologias de roubo, cfr. Tabela 1 em Apêndice C. Mais especificamente, o valor de roubos por esticção e na via pública por ano, apresentam um decréscimo pouco significativo entre 2012 e 2013 (8 ocorrências e 11 respetivamente), voltando a subir no ano de 2014 (6 ocorrências e 10 respetivamente), demonstrado pela Tabela 1 em Apêndice C.

Mais concretamente áreas correspondentes ao presente estudo, estes tipos de crime têm vindo a mostrar uma tendência de valores aproximados relativamente ao período compreendido entre 2012 e 2014. Nos anos de 2012 e 2013 os roubos por

⁴¹ O *Global Peace Index* tenta medir a posição que cada nação ocupa relativamente ao critério da paz. Este documento encontra-se disponível em <http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/2014%20Global%20Peace%20Index%20REPORT.pdf>. Para informações complementares, consultar o Quadro 6 do Anexo E acerca do *Ranking* da Paz Global de 2008 a 2014.

esticação e roubo na via pública (exceto esticação) apresentam um total de 23 e 25 ocorrências correspondentemente, tendo sofrido um ligeiro aumento em 2014 para 38 ocorrências criminais, perfazendo uma amostra total de 86 ocorrências ao longo dos três anos, cfr. Tabela 1 em Apêndice C.

Em relação à distribuição de crimes por rua, na Tabela 3 do Apêndice D, denota-se claramente que a Av. Miguel Torga apresenta o maior número de ocorrências registadas (51), representando assim mais de 50% das ocorrências registadas totais. Este facto pode ser justificado por se tratar de uma avenida com grande extensão, que concentra em si um grande volume de serviços e pequeno comércio e ainda pelo facto de ser o acesso à estação de comboios da linha de Sintra, Mercês. Por outro lado, a Rua Natália Correia e Rua Fernando Lopes Graça apresentam números residuais, nomeadamente 1 e 4 ocorrências registadas, cfr. Tabela 4 e 6 em Apêndice D. A explicação para estes resultados pode estar associada ao facto de serem ruas de acesso às principais artérias do bairro.

Quanto à sua variação por meses, é importante ressaltar que as estações do ano podem ser um fator potencializador de ocorrências criminais. Os resultados demonstram uma estabilidade de número total de ocorrências registadas ao longo dos três anos, sendo que os meses de agosto (11 ocorrências registadas), de setembro (9) e de outubro (10) evidenciam a influência que o verão e início de outono podem ter nestes fenómenos. Contudo, importa referir que em 2012 e 2013 essa tendência não se verifica, tendo sido apontada para os meses de janeiro e setembro em 2012 e para março em 2013, sendo que 2014 contribuiu quase na totalidade para a tendência do número total dos três anos, apresentado no Gráfico 2 do Apêndice C.

Face à distribuição de ocorrências por dia da semana, existe uma distribuição mais heterogénea entre os três anos em estudo, embora em números totais a 3^a feira, a 4^a feira e o sábado apresentarem-se como os dias com maior número de ocorrências na soma dos três anos, sendo a 6^a feira e o domingo os dias com menos ocorrências registadas (9), demonstrado pelo Gráfico 3 em Apêndice C.

No que concerne a períodos horários, foram agrupados por classes, nomeadamente: período da madrugada (00H00 – 05H59), período da manhã (06H00 – 11H59), período da tarde (12H00 – 17H59) e período de noite (18H00 – 23H59). Num total de 86 ocorrências registadas ao longo dos três anos nas ruas em estudo, sem dúvida que em cada ano o maior número acontece no período da noite (35 participações), demonstrando uma clara associação entre o escurecer do dia e a propensão para a prática de delitos. Com um número aproximado, apresenta-se o período da tarde com um total de 31 ocorrências registadas, sendo que o horário

correspondente à madrugada é aquele em que se denotam menos ocorrências (apenas 8 ocorrências), constante no Gráfico 4 em Apêndice C.

Após a localização, a caracterização espacial e criminal, importa compreender o que as pessoas que fazem usufruto deste bairro sentem acerca do mesmo a nível de segurança e de desenho urbano. Para isto, nada melhor que falar com quem de direito e recolher esse testemunho na primeira pessoa, com apoio na cartografia do local.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS GLOBAIS DOS QUESTIONÁRIOS⁴²

Admitindo-se que a relação dos inquiridos com o espaço pode influenciar o comportamento e o sentimento de segurança em relação à rua, define-se a categoria da condição do inquirido sendo que, 47,1% são moradores nas ruas em que foram inquiridos, 43,9% são visitantes ou transeuntes e 8,9% correspondem à categoria de comerciantes e os restantes, cfr. Tabela 9.

Em função do género, 56,1% do sexo feminino e os restantes 43,9% do sexo masculino. No que se refere à idade e considerando-se que a maturidade possa influenciar a perceção do espaço, verifica-se que o grande grupo etário de inquiridos corresponde a idades compreendidas entre os 26 e os 46 anos, representando 37,9% da amostra. Quanto aos restantes grupos etários, os menores de 15 anos apresentaram uma percentagem de 10%, 19,5% entre os 15 e os 25 anos, 18,2% entre os 47 e os 57 anos e 14,5% referentes a mais de 57 anos, constante em Tabela 10 e 11.

Outro dos elementos tidos em conta foi o estado civil, revelando que a maioria dos inquiridos é solteira, apresentando uma referência de 45,5%, seguindo-se os casados com 36,8%, os divorciados com 9,7%, a união de facto 4,5% e os viúvos com um resultado de 3,4%.

Quanto às habilitações literárias, perante os resultados apresentados na Tabela 13 a maioria apresenta o 3º ciclo completo (9º ano) representando 30,5% dos inquiridos. Segue-se o ensino secundário (12º ano) com 25,3%, o 2º ciclo (6º ano) com 18,4%. Já o ensino superior corresponde a 8,7% dos inquiridos e os restantes níveis apresentam resultados mais residuais, como o curso profissional com 1,6%, como quem não sabe ler com 1,3% e apenas 0,3% os que sabem ler e escrever, cfr. Tabela 12.

De modo geral, no conjunto das cinco ruas, obtém-se 50,5% da população que considera a rua insegura, o que indica que as opiniões se dividem quase que irremediavelmente. Relativamente à vitimação de crime, apenas 15,5% responderam afirmativamente e

⁴² Tabelas de resultados apresentadas em Apêndice F.

dessa percentagem 33,9% confessam não ter apresentado denúncia dos factos, como demonstram os resultados apresentados nas Tabelas 14 a 17.

Relativamente ao cruzamento de diversas variáveis e considerando que os valores aferidos pelo teste do Qui-Quadrado (χ^2), constante na Tabela 30, não permitem que os resultados deste cruzamento sejam significativos, vai-se apenas referir os resultados dos mesmos, sem fazer qualquer inferência. Desta forma pode-se dizer que quem não considera a rua segura e que não foi vítima de crime, em função da sua condição perante a rua e o seu género, os resultados apresentados mostram um intervalo entre 39,7% e 60,3%. No que toca ao facto de terem sido vítimas de crime, os valores vão de 37,5% a 62,5%, representados pela Tabela 31.

Por outro lado, o sentimento de segurança em função da não vitimação representa porções entre os 21,4% e os 78,6%. Para quem acha a rua segura e foi vítima de crime, os valores não ultrapassam os 3 casos, o que não é difícil de entender visto que o sentimento de (in)segurança parece estar relacionado com a vitimação, cfr. Tabela 30.

3.2.1 INDIVIDUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE RESULTADOS POR RUA

Após a abordagem generalizada dos resultados, considera-se pertinente estreitar a análise individualizada dos resultados obtidos por cada rua seleccionada como objeto de estudo, através da análise cartográfica e dos dados dos inquéritos.

AVENIDA MIGUEL TORGA

Análise Cartográfica



Figura 4: Evolução da Avenida Miguel Torga (1978, 1986 e 2009).

Fonte: Adaptado de DU/CMS.

A Av. Miguel Torga é a principal artéria de acessos que compõe o espetro espacial da amostra. Nela concentra-se a maior parte dos serviços e do comércio, para além de ser a avenida em que se localiza a estação de comboios das Mercês. É um local constantemente movimentado, sobretudo nos períodos horários da manhã e do final da tarde, relacionado com as deslocações para o trabalho. Para além da estação, nesta rua está também localizado o mercado municipal diário e semanalmente recebe a tradicional feira nas traseiras da estação.

Esta artéria é caracterizada pela sua imagem de manutenção e de limpeza quer a nível dos pavimentos quer a nível da vegetação. É considerada uma das avenidas desta zona com melhor aspeto visual, no entanto também é a que apresenta maior número de lotes emparedados ou degradados.

Relativamente à existência de espaços verdes, constata-se que a zona de separação das vias de trânsito junto à estação são a única aproximação que existe ao que se pode considerar como espaços verdes. Existem, no entanto, pequenos espaços públicos de convívio com disposição de mobiliário urbano entre alguns lotes (ver nº 247 no Anexo I), mas com base no que foi observado a sua função não se reflete no seu uso. Os mesmos encontram-se degradados e em alguns casos apenas se encontram marcas de que os mesmo lá existiram.

Analisando a evolução cartográfica denota-se que a intenção explanada no primeiro projeto de 1978 era a construção de estacionamentos ao longo da rua e no centro da faixa de rodagem, do lado esquerdo da estação cfr. constatado na figura 4. Já nos projetos seguintes (1986 e 2009) é bastante perceptível que esse espaço foi substituído pelo aumento acentuado de construção de edificado, ficando o estacionamento meramente restrito aos lados da faixa de rodagem, junto aos passeios.

No que concerne à ocupação espacial da estação de comboios, é clara a diferença entre o que foi projetado nas plantas de 1978 e de 1986 da figura 4 e o que atualmente se encontra em vigor, correspondendo à parcela de 2009. Denota-se que houve uma diminuição do espaço ocupado, permitindo assim uma requalificação das acessibilidades e a construção de uma rotunda oval que separa as vias de trânsito (corresponde à forma amarela latente na planta de 2009 da figura 4).

A iluminação nesta rua está razoavelmente bem disposta, aparenta ser resistente, carecendo, contudo, de troca de lâmpadas. Repare-se que o facto de existir uma grande concentração de vegetação, nomeadamente pinheiros e outras árvores de grande porte, as mesmas, durante o período de crescimento, acabam por comportar grandes portes na sua copa, o que origina em alguns casos a obstrução dos próprios dispositivos de iluminação. Assume-se com isto, que este tipo de plantação não foi considerada a opção mais correta para um local urbano. Neste tipo de locais, deve atender-se às

características próprias de cada espécie vegetal, pois fatores como o porte, a forma da copa e o tipo de folha e as suas necessidades de manutenção devem ser alvo de reflexão prioritária.

Análise dos questionários⁴³

Da totalidade dos inquiridos na Avenida Miguel Torga importa ressaltar que 55,3% são visitantes ou transeuntes, 30,3% dos inquiridos são moradores da rua, e os restantes são comerciantes, cfr. Tabela 32. A maior parte dos inquiridos são do sexo feminino, correspondendo a 57,9%. A faixa etária mais inquirida corresponde a idades compreendidas entre os 15 e os 25, com 26,3% das respostas, sendo que as restantes categorias apresentam percentagens muito semelhantes, à exceção da faixa com menos de 15 anos (3,9%), apresentados na Tabela 34. O estado civil predominante é o casado com 39,5%, logo seguido do solteiro com 38,2%. Relativamente às habilitações literárias, o 3º ciclo (9º ano) apresenta uma prevalência de 35,5%, em Tabela 35 e 36, respetivamente.

Nos resultados constantes nas Tabelas 37 a 41, esta avenida é considerada insegura para 51,3% dos inquiridos e 88,2% dos inquiridos afirma não ter sido vítima de crime, não obstante de 36% afirmar ter medo de o vir a ser. Importa frisar que quatro dos inquiridos nesta avenida afirmam ter presenciado ou conhecer alguém que o tenha sido. Já dos 11,8% que foram vítimas de crime, 88,9% admite sentir receio de o voltar a ser, contudo, 22,2% não o denunciou, como demonstram as Tabelas 40 e 41. Estes resultados podem explicar a sugestão dada por 25% dos inquiridos para o aumento do policiamento nesta avenida de passagem constante, apontada na Tabela 52.

De salientar que 100% dos inquiridos que acham a rua segura não foram vítimas de crimes, o que pelo coeficiente de correlação entre estas duas variáveis dependentes os dados apontam para uma relação inversa – $(\rho) = -0,357$; $p\text{-value} = 0,002$ cfr. Tabela 58. Isto significa que quanto mais uma variável aumentar, mais tendência tem a outra para diminuir.

É curioso constatar que perante os dados apresentados nas Tabelas 54 a 56, que o sentimento de insegurança refletiu-se nos moradores e comerciantes (61,5%) em que os mesmos foram as condições com mais vítimas de crime (oito em nove das vítimas). Para os visitantes/transeuntes 73% acreditam que a rua é segura e apenas um foi vítima de crime. Valores representados pela associação linear positiva fraca entre as variáveis condição e segurança $(\rho) = 0,299$; $p\text{-value} = 0,009$ que mostram, no entanto, uma relação

⁴³ Tabelas de resultados em Apêndice G.

inversa, e as variáveis segurança e vítima (ρ) =0,238; p- value=0,013, confirmadas pelas Tabelas 53 e 55 respetivamente.

Relativamente à existência de restrição de uso ou utilidade de um espaço nesta avenida, a maioria dos inquiridos (48,5%) apontam as “escadarias junto ao café” (cfr. Fotografia 7 em Apêndice J) como a principal zona que mais receio ou evitação lhes provoca.

Quanto às situações que mais incomodam os inquiridos, evidenciam-se o vandalismo (18,2%), a criminalidade (16,8%) e drogas (12,1%). Perante estas causas apontadas constantes na Tabela 45, não será de estranhar que 25% dos inquiridos tenham sugerido o aumento do policiamento como sugestão, mostrando com isto que tanto a criminalidade como as incividades aparentam ter repercussões no sentimento de insegurança, cfr. Tabela 52.

Na opinião dos inquiridos a rua é sempre frequentada. Contudo, 56,6% afirma que o período com maior incidência entre as 18H00 – 23H59, devido ao horário de regresso às residências de quem trabalha nas áreas limítrofes e utiliza o comboio como meio de deslocação, constante na Tabela 46.

Quase na sua totalidade, os inquiridos não reconhecem nesta avenida qualquer local de lazer, de convívio ou de desporto, sendo que grande parte das sugestões para a avenida incide na criação de espaços de lazer/convívio com 13,2% dos inquiridos.

RUA NATÁLIA CORREIA

Análise Cartográfica

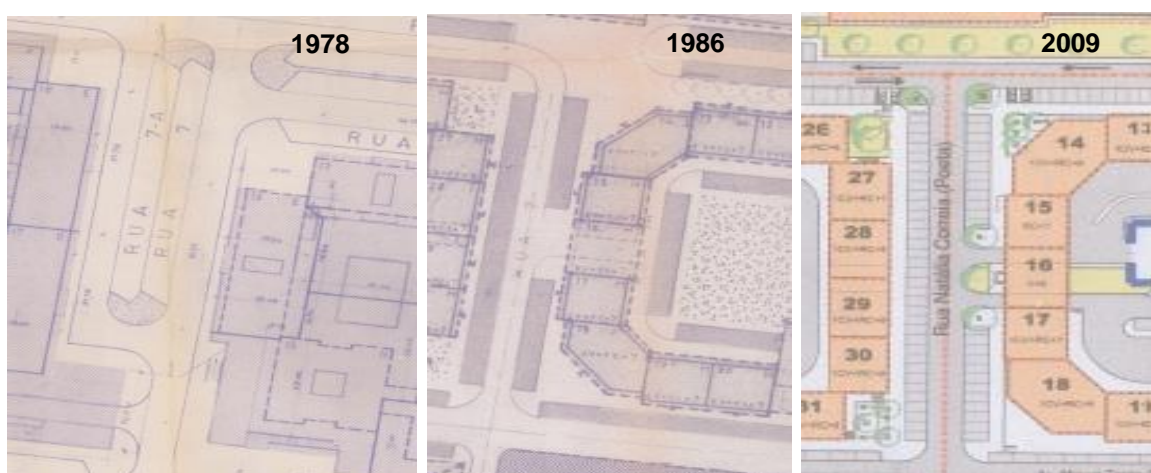


Figura 5: Evolução da Rua Natália Correia (1978, 1986 e 2009).

Fonte: Adaptado de DU/CMS.

Esta rua é um dos principais pontos de passagem para quem mora na Tapada das Mercês e vai para a estação de comboios e vice-versa. A mesma, apesar de pequena, comporta em si uma considerável concentração de habitações e ainda alguns pontos de comércio. Não é uma rua de permanência de pessoas porque não tem espaços que a proporcionem.

Em relação à sua projeção inicial de 1978 na figura 5, até aos dias de hoje, denotam-se algumas alterações. A sua configuração pressupunha a existência de uma zona central de estacionamento, com ligação à rua Professor Luís Gomes (Rua 4) que era suposto configurar também uma zona central na faixa de rodagem de estacionamentos. No entanto, se se olhar para a planta de 1986 observa-se que existiu uma mudança na disposição dos locais de estacionamento, passando para os limites dos passeios e ficando a faixa de rodagem no centro.

Além disso, aquilo que hoje se contempla no término da rua, nomeadamente as encostas arborizadas sobre a Rua Professor Luís Gomes, que não tinha sido refletida para aquele local, apenas se projetou na planta de 1986, feitas após o projeto e desenhada à mão, e que mais tarde na de 2009 vem finalmente projetada.

No final da rua em direção descendente, em relação às imagens, denota-se que um recanto existente na esquina desta rua com a Avenida Miguel Torga foi aproveitado para a implementação de vegetação e de algum mobiliário urbano, cfr. planta de 2009 da figura 5.

Relativamente ainda a esta rua mas agora no interior dos loteamentos, de ambos os lados existem zonas interiores referentes a esses loteamentos com aberturas em forma de galerias para a rua Natália Correia, sendo que do lado esquerdo (ver parcela 246 em Anexo I) da imagem vislumbra-se um campo de jogos e um parque de diversões e dos lados direitos das figuras um espaço aberto com desnível de terreno que é utilizado para estacionamento de carros (ver parcela 248 em Anexo I). Esse último espaço aparece na Planta de 1986 com a projeção de uma igreja, se bem que a mesma nunca foi construída e até ao presente dia, esse espaço continua baldio e por utilizar.

Tratamento dos questionários⁴⁴

Da totalidade dos inquiridos na Rua Natália Correia 46,1% dos inquiridos são visitantes/transeuntes e apenas 10,5% comerciantes. 61,8% dos inquiridos que responderam ao questionário nesta rua são do sexo feminino (61,8%), sendo a faixa etária mais inquirida a das idades compreendidas entre os 26 e os 46 anos, com 44,7%

⁴⁴ Tabelas de resultados em Apêndice G.

das respostas. O estado civil mais predominante é o solteiro, com 50%. Em relação às habilitações literárias, a maioria continha o ensino secundário (12º ano), correspondendo a 26,3% da amostra. Resultados confirmados nas Tabelas 59 a 63.

Perante os valores da Tabela 64 esta rua não é considerada segura para 59,2% dos inquiridos, e apesar de 81,6% afirmar não ter sido vítima de crime nesta rua, 6,5% afirmam já ter presenciado um crime ou conhecerem alguém que já tenha sido vítima naquela rua (Tabelas 65 e 66). Da totalidade de pessoas que afirmam ter sido vítimas de crime, 50% assume que não apresentou denúncia do mesmo cfr. Tabela 67, reforçando que os dados relativamente à criminalidade relativa a esta rua não reflitam a realidade, representada no Gráfico 1 do Apêndice C. Não obstante a este facto, todas as pessoas que dizem ter sido vítimas sentem receio de voltar a sê-lo.

Existe apenas registo de uma ocorrência de roubo registada⁴⁵, no entanto, os sete inquiridos que afirmam ter sido vítimas de crime e terem denunciado, pode indicar que o crime de que foram vítima não corresponde à tipologia abordada neste estudo. Quanto aos que responderam que não foram vítimas de crime, 54,8% assumem ter medo de o vir a ser, cfr. Tabela 69.

Quanto ao sentimento de segurança da rua, denota-se uma clara diferença comparativamente à Av. Miguel Torga. Os resultados da Tabela 80 demonstram que existe uma maior consciência de insegurança por parte dos visitantes/transeuntes (57,8%). Os resultados dos testes (ρ) = -0,306; p -value=0,007 demonstram assim existir dependência entre variáveis e uma associação linear positiva fraca.

Analogamente à Av. Miguel Torga, 93,5% dos inquiridos que acham a rua segura não foram vítimas de crime, no entanto, dos inquiridos que registaram tê-lo sido, apenas dois deles continuam a achar a rua segura cfr. Tabela 82 Existe uma associação linear negativa fraca em que (ρ) = -0,256; p -value=0,025, demonstrando que há uma relação inversa entre estas duas variáveis.

Relativamente à existência de locais de evitação, 51,3% dos inquiridos apontam as “galerias entre prédios,” (cfr. Fotografias 9 e 12 em Apêndice J) apontadas por 69,2% destes mesmos como um desses locais cfr. Tabela 71. Note-se que a falta de cuidados de conservação deste local pode ser motivo suficiente para as pessoas o evitarem, daí grande parte das sugestões dos inquiridos remeterem para a renovação do espaço em si. Aqui pode-se vislumbrar uma estreita relação entre a qualidade do espaço e o sentimento de segurança que ele transmite às pessoas.

Relativamente ao que mais incomoda os inquiridos, na Tabela 72 é apontado com a maioria o vandalismo (18,2%), a criminalidade (13,4%), o lixo (13%) e o consumo de

⁴⁵ Conforme Tabela 4 em Apêndice D.

drogas (12,1%), pelo que se compreende o pedido de aumento de policiamento (17,1%), a limpeza da rua (15,8%) e a requalificação do edificado (13,2%) cfr. Tabela 78.

Por ser uma rua maioritariamente de passagem entre o bairro e a estação, o horário em que a rua é mais frequentada é entre as 18H00 – 23H59 (50%). Destaca-se que a rua à noite (12,8%), enquanto zona de evitação dos inquiridos que afirmam a existência de um destes locais, apoiada pela carência de iluminação (11,3%), é apontada como um problema para quem nela passa ou mora, ressaltando que este também é considerado um ponto a melhorar por 7,9% dos inquiridos, constante nas Tabelas 71 e 78.

Resultante dos dados apresentados na Tabela 74, 67,1% afirmam não saberem da existência de espaços de lazer ou convívio, no entanto, 32,9% asseguram existir uma área de uso público direcionada para o desporto (Tabela 74 e 75). Contudo, essa área (campo de futebol) é mencionada por 72% dos inquiridos como não tendo utilidade para o público devido ao facto de não ser corretamente utilizado (61,1%), carecendo de requalificação por parte de 13,2% dos inquiridos, em Tabela 76 e 77. Deixa-se a referência que para este local a CMS já tem aprovado um projeto para a requalificação desta área cfr. pode ser consultada no Anexo J, sendo que a mesma está programada iniciar ainda este ano, segundo fontes oficiais desta entidade.

RUA ALMADA NEGREIROS

Análise Cartográfica

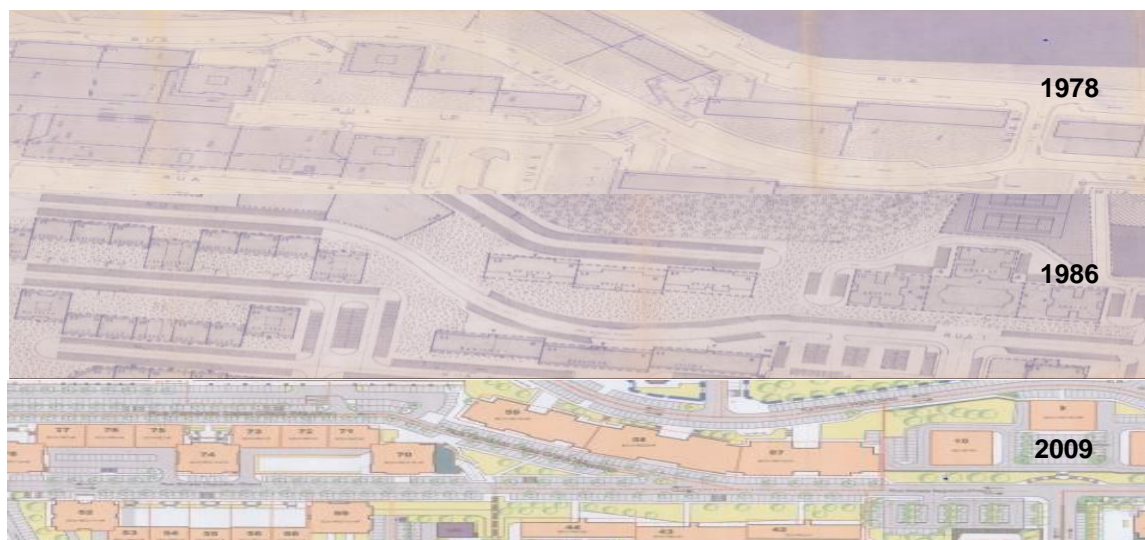


Figura 6: Evolução da Rua Almada Negreiros (1978, 1986 e 2009).

Fonte: Adaptado de DU/CMS.

A Rua Almada Negreiros é a principal rua desta zona da Tapada das Mercês. Ressalta facilmente à vista o grande número de lotes habitacionais construídos de ambos os lados da rua. Esta conceção de construção em bruto está plasmada logo na planta inicial, tendo ao longo do processo de construção desta zona havido algumas mudanças a nível de organização no espaço face ao que estava planeado.

Relativamente à configuração da própria rua, ressalva-se que a mesma inicialmente continuava em sentido ascendente e que fora projetada uma artéria sem saída até ao interior dos lotes. No entanto, na planta de 1986 da figura 6, essa artéria fora perdida em prol da criação de espaços verdes ficando apenas com uma direção. Ainda assim, na mesma planta pode-se observar que essa via foi recuperada através do corte de espaço ajardinado e que se prolonga por entre os lotes e abre cruzamento com a via perpendicular Aristides de Sousa Mendes. Passou então a dar-se outro nome à continuidade da rua que corria em sentido ascendente em relação às figuras, sendo construído no local de cruzamento entre as mesmas umas zonas ajardinadas em forma triangular, como podemos perceber na planta de 2009 da figura 6.

Quanto ao edificado habitacional, denota-se que o que fora projetado inicialmente não foi cumprido no momento da sua construção. Devido às alterações constantes da configuração da rua houve necessidade de retirar ao espaço livre área para o processo de alinhamento das fachadas, como se reflete na planta de 2009, em Anexo I.

Constata-se a existência de lugares ajardinados em frente aos lotes, no interior da rua, que estão a cargo da empresa construtora dos loteamentos. Contudo, estes espaços têm sido alvo de intervenção permanente por parte da Junta de Freguesia, pelo facto de que como são espaço semipúblico os proprietários assumem como não sendo da sua responsabilidade. Este sucedâneo de ideias culmina em lixo e em falta de manutenção, colocando em causa a saúde pública e a segurança cfr. Fotografia 15 em Apêndice J.

Ao longo de toda a rua encontra-se junto ao estacionamento que fica encostado aos passeios, um alinhamento de árvores, constituído essencialmente por pinheiros de grandes portes que acabam por esconder os dispositivos de iluminação pública existentes. Como se pode constatar nas Fotografias 16 e 17 em Apêndice J este tipo de planos e plantação não é o mais apropriado para zonas urbanas, que durante todo o ano ajuda a contrariar a limpeza das ruas.

Realce ainda para a existência de uma escadaria que liga esta artéria à Rua Professor Luís Gomes e que apresenta um estado de falta de manutenção da vegetação extremo. A mesma cresce de ambos os lados e começa a formar uma espécie de túnel em redor da escadaria, fechando com isto os campos de visão para quem desce, proporcionando a oportunidade para a prática criminal ou para a habitual concentração de grupos que perturbam o normal funcionamento da vida em sociedade.

Tratamento dos questionários⁴⁶

Da totalidade dos inquiridos na Rua Almada Negreiros 52,6 % deles são visitantes ou transeuntes e apenas 7,9% comerciantes. 64,5% dos inquiridos são do sexo feminino e a faixa etária mais inquirida corresponde a idades compreendidas entre os 26 e os 46 anos, com 43,4% das respostas. O estado civil mais predominante corresponde ao solteiro, com 47,4%. Relativamente às habilitações literárias, a maioria detém o 3º ciclo (9º ano), correspondendo a 30,3% da amostra (Tabelas 83 a 87).

A maioria dos inquiridos (57,9%) não reconhece a rua como sendo segura, embora 77,6% afirmar não ter sido vítima de crime e não impedindo que 10,6% destes confirmem ter presenciado ou conhecerem alguém que já tenha sido vítima, cfr. Tabelas 88 a 93. 52,5% assume que sente medo de poder ser vítima de crime. Os 22,4% de inquiridos que são vítima de crime, quase na totalidade (94,1%) confessam que têm receio de ser novamente vítima de algum crime, como constante nas Tabelas 89 e 92. Desse número total de vítimas continua a observar-se que uma parte dos mesmos não prestou denúncia às autoridades, mais concretamente 23,5%, correspondentes a 4 crimes, contribuindo assim para o aumento das cifras negras (Tabela 91).

Pela associação linear negativa fraca (apresentada na Tabela 105) as variáveis segurança e vítima apresentam valores $(\rho) = -0,330$; $p\text{-value} = 0,004$. Estes resultados demonstram que 93,8% dos inquiridos que acham a rua segura não são vítimas de crime, mas por outro lado 49,2% não foram vítimas e consideram a rua insegura. Dos inquiridos que responderam ter sido vítima de crime, a maioria correspondente a 88,2% acha a rua insegura, denotando-se, mais uma vez, a possível relação entre o sentimento de segurança em função do facto de ter sido vítima ou não de um crime, resultados apresentados na Tabela 104.

Nesta rua a vitimação e a condição são variáveis dependentes com uma associação linear negativa fraca em que $(\rho) = -0,272$; $p\text{-value} = 0,018$. Esta correlação demonstra que os moradores foram as principais vítimas de crime, tendo 11 casos assinalados (64,7%) em função do número total de vítimas (17).

A maior parte dos inquiridos, representando 64,5% afirmam a existência de um local de não fruição total pelo facto de lhes causar evitação ou medo. O local mais indicado por 70% dos inquiridos corresponde à “escadaria” que liga a Rua Professor Luís Gomes à Rua Almada Negreiros, cfr. Fotografia 18 em Apêndice J. Este indício surge muito associado ao facto de que neste local existe uma grande densidade de vegetação ao longo da escadaria, o que obstrói o campo de visão e, de certa forma, acaba também por esconder os dispositivos de iluminação. Esta situação é confirmada pela sugestão da

⁴⁶ Tabelas de resultados em Apêndice G.

manutenção de vegetação que comportou 13,2% dos pedidos, ocupando o primeiro lugar de sugestões, apresentadas na Tabela 102.

Quanto ao que mais incomoda os inquiridos, a grande causa é a falta de iluminação, apresentando 16,5% dos resultados que ocupa também o terceiro lugar na tabela das sugestões. Relativamente a outras causas, a criminalidade e a droga são mais uma vez referidas, deixando, ainda assim, espaço para novos fenómenos surgirem nesta rua, como a falta de manutenção da via e dos pavimentos (26,7%) que juntos se tornam um fator de peso e a considerar.

De ressaltar que a maioria das sugestões se direciona para a criação de espaços para crianças (13,2%), para a criação de espaços verdes (11,8%) e para a criação de espaços de convívio/lazer (7,9%), demonstrando a necessidade de conceção de espaços de utilização pública, de concentração de gentes e de gerações, que até ao momento não existem, sendo esta situação confirmada por 96,1% dos inquiridos.

Uma nova sugestão apontada a esta rua prende-se com a disposição dos ecopontos. 10,5% sugere a rua reposição em termos de local e de disposição, anunciando o facto de os mesmos se tornarem um local propício para que desconhecidos se escondam e surpreendam um cidadão quando o mesmo vai despejar o lixo (ver Fotografia 20 em Apêndice J).

Igualmente às ruas referidas anteriormente, a Tabela 97, demonstra que o período das 18H00 – 23H59 é o mais frequentado nesta rua para os inquiridos (53,9%), sendo também este representativo da sugestão de melhoria da iluminação.

RUA FERNANDO LOPES GRAÇA

Análise Cartográfica

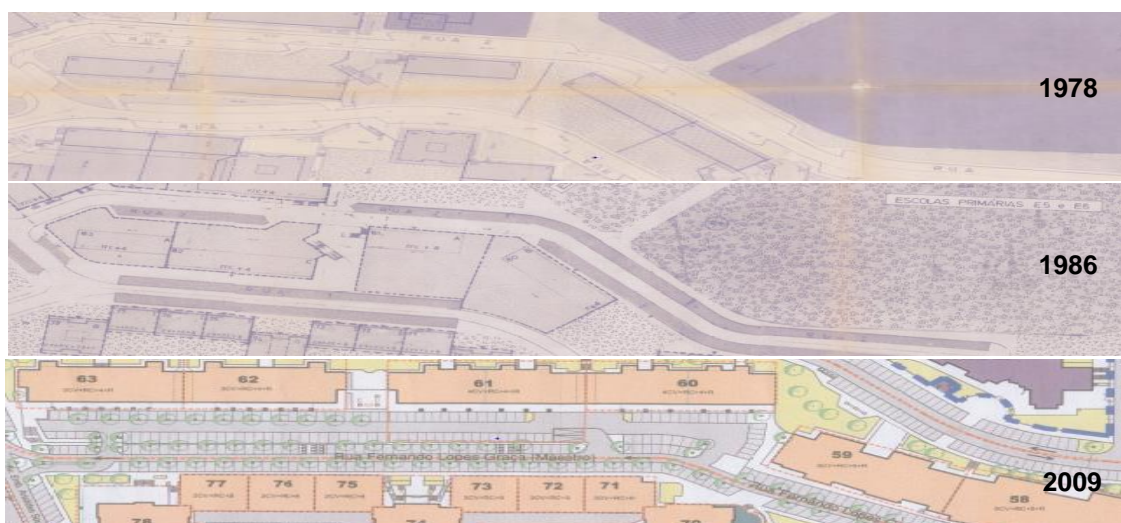


Figura 7: Evolução da Rua Fernando Lopes Graça (1978, 1986 e 2009).

Fonte: Adaptado de DU/CMS.

A Rua Fernando Lopes Graça é meramente uma rua habitacional. Caracteriza-se fundamentalmente por um nível de comércio e de serviços bastante baixo e pela existência de uma zona central à via para estacionamento.

O edificado é composto por lotes de grandes dimensões e com um grande número de fogos⁴⁷, como se contempla na Fotografia 21 em Anexo J. É uma rua caracterizada pela sua estrutura de fachada antiga que ainda comporta o uso de arcadas em frente às portas de acesso principal dos prédios, ilustrado na Fotografia 22 em Apêndice J. O movimento diário nesta rua consiste nas horas de saída e de regresso dos empregos. Não tem grande espaço livre nem zonas verdes. Existe um parque de estacionamento subterrâneo privativo, mas o mesmo não se encontra em atividade.

É especialmente caracterizado pela existência de diversas escadas entre lotes que dão acesso direto à rua paralela, a Rua Francisco Salgado Zenha. Estas passagens encontram-se bastante deterioradas e possuem pouca iluminação, apresentando um declive bastante acentuado que dificulta a sua subida.

Como se pode verificar pela comparação de plantas da figura 7, esta rua não sofreu grandes alterações na sua morfologia, pelo que houve apenas uma mudança de orientação dos estacionamentos, pois era previsto que estivessem encostados aos passeios mas passaram para o centro da artéria, cfr. Plantas de 1986 e 2009.

Relativamente ao edificado, no projeto-piloto não estavam previstos tantos fogos habitacionais. Esse aumento foi projetado só em 1986 na segunda fase de aumento das construções, como se pode constatar, na figura 7.

Nesta rua salienta-se a existência de um espaço entre o lote 61 e 62, constantes na planta de 2009, que fora concebido como um local de convívio no qual implementaram algum mobiliário urbano. O acesso ao mesmo é feito através de uma rampa de inclinação acentuada e apresenta três patamares de declive, ilustrado pelas Fotografias 26 e 27 em Apêndice J. Hoje, esse local, encontra-se completamente destruído, de tal forma que nas várias idas ao local, não foi perceptível a sua função e a interpretação da intenção dada no projeto à construção daquele espaço.

Tratamento dos questionários⁴⁸

Da totalidade dos inquiridos na Rua Fernando Lopes Graça importa ressaltar que 68,4% são moradores, 25% dos inquiridos são visitantes/transeuntes e os restantes são comerciantes, cfr. Tabela 107. A maioria dos inquiridos é do sexo masculino (55,3%), sendo a faixa etária dos 26 aos 46 a mais representada, com 47,4% das respostas. O

⁴⁷ Por fogos entende-se o número de habitações por cada piso do lote.

⁴⁸ Tabelas de resultados em Apêndice G.

estado civil predominante é o solteiro (44,7%). Relativamente às habilitações literárias o 3º ciclo (9º ano) prevalece com 38,2% (Tabela 111).

A nível de sentimento de segurança da rua, neste caso obtém-se uma proporção de 50% entre o sim e o não, demonstrado em Tabela 112. Relativamente ao facto de ter sido vítima de crime, 86,8% afirmam não ter sido, ressalvando-se que 15,8% “informam ter presenciado ou conhecerem alguém que tenha sido, contudo, 56,1% confirma não ter medo de vir a ser. Quanto aos 13,2% que foram vítima de crime, 50% (5 pessoas) confirma não ter apresentado denúncia cfr. Tabela 115 e que 80% sente receio de voltar a ser confrontado com um ato criminoso.

Mais uma vez se comprova pela Tabela 128, que a maior parte das pessoas que são vítimas de crime não acham a rua segura (90%), no entanto, ressalva-se um sentimento semelhante para quem não é vítima de crime (43,9%). Estas aferições simbolizam-se pela dependência entre as duas variáveis com uma associação linear negativa fraca sendo que $(\rho) = -0.311$; $p\text{-value} = 0,006$, cfr. Tabela 127. Os dados revelam assim uma relação inversa entre as duas variáveis, isto significa que quanto mais uma variável aumentar, mais tendência para a outra diminuir.

Quanto à existência de um espaço que se restrinja a sua utilização, 52,6% dos inquiridos nesta rua afirma sentir evitação a algum sítio. Na recolha desses locais em concreto resulta a referência a um “pátio existente ao lado de um café” (ver Fotografias 25 a 27 em Apêndice J) por parte de 45% dos inquiridos. Um outro local enunciado refere-se às “traseiras dos prédios” (40%), muito associado à concentração de lixo e de vandalismo que os mesmos aportam. Face a este cenário, os inquiridos ressaltam a importância da gestão do lixo (16,9%), a manutenção da rua (15,3%) e o vandalismo (12,2%) como principais focos a considerar a sua melhoria, constantes na Tabela 126.

É de salientar que nesta rua não foi demonstrado por parte dos inquiridos uma grande preocupação relativamente à criminalidade, contrariamente à maioria das outras ruas. Foram apontados essencialmente aspetos relativos a incivildades que perturbam o normal funcionamento da vida em sociedade e que colocam em causa a qualidade de vida. No entanto, contrapondo esta ideia, 19,7% dos inquiridos reclama por mais policiamento, tornando-se esta a principal sugestão. Este indicador vem demonstrar que a insegurança sentida pode ser também refletida por outros fenómenos não criminais.

Mais uma vez, o horário mais prevalente de utilização da rua incide entre as 18H00 – 23H59, com 48,7% das respostas, apresentado na Tabela 121.

96,1% dos inquiridos não reconhecem nesta rua qualquer local de lazer, de convívio ou de desporto, sendo que o terceiro e o quarto ponto apontado como sugestão para a rua incidem na criação de espaços verdes, de lazer/convívio e para crianças, que cumulativamente representam 31,6% das sugestões dadas na Tabela 126.

RUA FRANCISCO SALGADO ZENHA

Análise Cartográfica

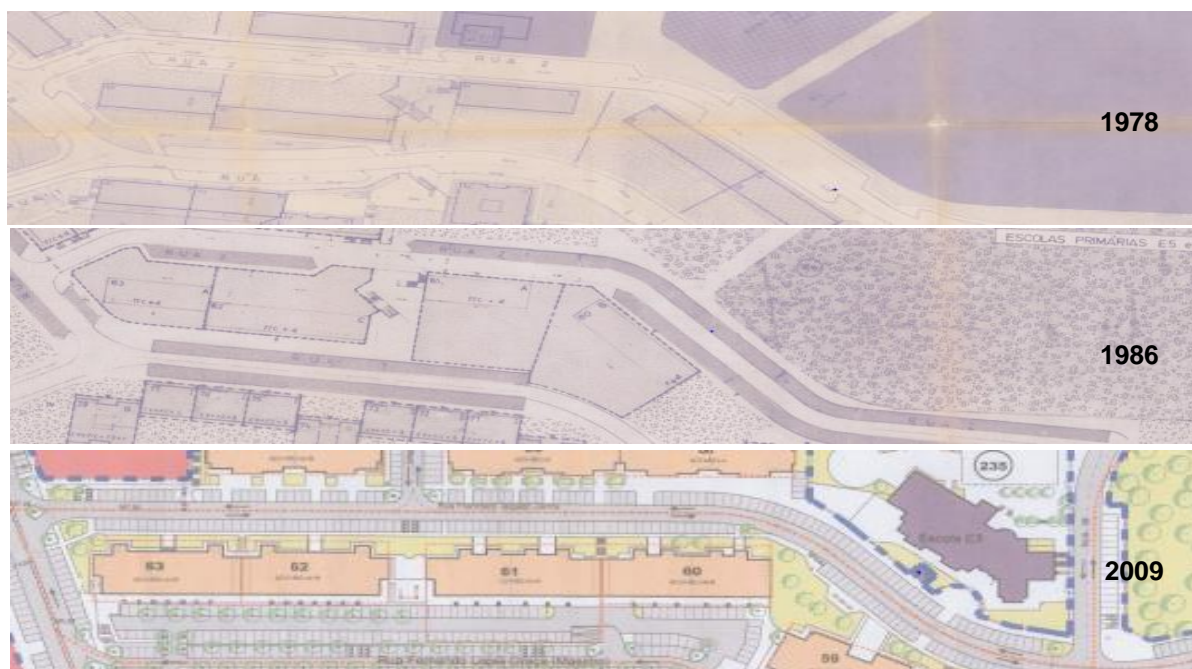


Figura 8: Evolução da Rua Francisco Salgado Zenha (1978, 1986 e 2009).

Fonte: Adaptado de DU/CMS.

Esta rua apresenta alterações morfológicas pouco significativas. Realça-se a continuidade desta rua apresentada na Planta de 2009 da figura 8 em relação ao projeto de 1986.

Quanto ao edificado, denota-se um claro de aumento entre o que foi planeado em 1978, e o número de lotes na primeira expansão em 1986, como demonstra a figura 8. Contudo, em relação ao projeto de 1978, nas seguintes evidencia-se a perda de logradouros para a construção imóvel.

Esta rua apresenta uma estrutura morfológica bem organizada, com parques de estacionamento orientados em posição vertical e com pouca vegetação cfr. Fotografia 29 em Apêndice J. Ao longo dos estacionamentos aparecem os tão característicos pinheiros mas que apresentam melhor estado de manutenção em relação às restantes ruas. A nível de iluminação esta parece apenas carecer da mesma nas escadarias que dão acesso à Rua Fernando Lopes Graça, tal como já enunciado anteriormente.

Quanto ao edificado, esta rua apresenta uma particularidade em relação às restantes - na frente de cada apartamento de um dos lados da rua, são apresentados pequenos espaços verdes mal mantidos e ao abandono, sendo que os moradores não se apropriam dos mesmos. Constantes na Fotografia 31 do Apêndice J, esses locais

apresentam em regra uma elevada concentração de lixo o que contrasta com a organização e especto visual da estrutura morfológica da rua.

Ao fundo da rua encontra-se uma escola primária, apresentada na Fotografia 32 do Apêndice J, que de certa forma ajuda a dar movimento a esta rua. Caso contrário, é muito pouco frequente ver transeuntes em horário fora das horas de ponta. Esta situação pode estar relacionada com o facto de existir uma fraca concentração, quase residual, de comércio e serviços.

Tratamento dos questionários⁴⁹

Da totalidade dos inquiridos na Rua Francisco Salgado Zenha 53,9% dos inquiridos são moradores, apenas 5,3% comerciantes e os restantes visitantes/transeuntes. 51,3% dos nossos inquiridos são do sexo feminino e a faixa etária mais inquirida corresponde a idades compreendidas entre os 26 e os 46 anos, com 31,6% das respostas. O estado civil mais predominante corresponde ao solteiro, com 47,4%. Em relação às habilitações literárias 50% possuem o 2º ou 3º ciclo (6º ano e 9º ano respetivamente) - Tabelas 129 a 133.

De modo geral esta rua foi considerada segura por 65,8% dos inquiridos e a maioria correspondente a 88,2% afirma não ter sido vítima de crime, mas 8,2% desses inquiridos afirmam que viram ou que conhecem alguém que tenha sido. Quanto aos 11,8% de vítimas de crime, 22,2% confirmam que continuam a existir crimes por denunciar, cfr. Tabela 137. Relativamente ao medo de vir a ser vítima 59,7% afirma não ter, contrariamente a quem já tinha sido vítima de uma ocorrência pois demonstra um claro receio que o mesmo lhe volte a acontecer (88,9%).

Face aos resultados apresentados na Tabela 146, apesar de nunca terem sido vítimas de crime, 28,4% acredita que a rua não é segura. Este sentimento mais uma vez pode estar relacionado com a consciência de outros fenómenos não criminais que foram apontados como problemas para os inquiridos ($\rho = -0,337$; $p\text{-value} = 0,003$).

Relativamente à questão que aborda a existência de zonas de evitação, 53,9% respondem sentir-se tentados a evitar certas zonas, nomeadamente as “escadarias entre prédios” que foi apontada por 65,9% como o principal local de evitação, ilustrada pela Fotografia 33 do Apêndice J.

Quanto ao que mais incomoda os inquiridos, temas como o vandalismo (14,8%), o lixo (14,1%), a falta de manutenção da rua (12,3%) e a iluminação (11,7%) foram apontados como os principais problemas. Estas situações têm reflexo nas sugestões apontadas no questionário. Reclama-se por limpeza das ruas em primeiro lugar (17,1%),

⁴⁹ Tabelas de resultados em Apêndice G.

seguido da criação de espaços de convívio/lazer (13,2%) já que 100% dos inquiridos reconhece não existir nenhum espaço para esse efeito. A criminalidade é também uma causa apontada e um dos fatores que faz com que seja reivindicado o aumento do policiamento em 11,8% dos inquiridos, demonstrado pela Tabela 142.

Diferentemente do que acontece nas ruas anteriormente abordadas o período horário que mais evidencia a frequência da rua incide sobre o período compreendido entre as 12H00 – 17H59 (42,1%) – Tabela 143 - sendo que nesta rua se situa uma escola e os horários de final de atividades letivas se encontram dentro deste intervalo horário.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de explanados os presentes resultados pode-se entender que a sugestão mais apresentada pelos inquiridos é o aumento do policiamento. Como é constatável, na maior parte dos casos essa proposta não corresponde a fracos níveis de sentimento de segurança relativamente à rua, nem ao facto de os respondentes serem vítimas de crime. Este pedido surge sim associado a causas de receio de vitimação ou a fatores que mais incomodam os cidadãos, sendo elas maioritariamente relacionadas com incivildades.

Para o comum cidadão mais do que a criminalidade objetiva, condições como atos não cívicos começam a ser alvo de reclamação por parte da população. Grande parte dessas preocupações prende-se com as carências que a rua oferece em prol da qualidade de vida. É curioso observar-se que a segurança reclamada se prende não com o que acontece efetivamente na rua, mas com o facto do que a rua não oferece.

Relativamente aos resultados gerais, depreende-se a existência de uma estreita relação entre o sentimento de insegurança e aquilo que é percecionado do espaço público. No levantamento das fragilidades do espaço físico feito pelo investigador, verifica-se a concordância por alguns indicativos apontados pelos inquiridos, tais como zonas de evitação ou de sentimento de medo que cada rua parece oferecer.

Desta forma, sendo que se reclama por polícia, verifica-se a opinião dos elementos do MIPP da esquadra da área em relação à recolha de diagnósticos locais de segurança em função da caracterização urbanística. Para o efeito, recorreu-se à aplicação da *Checklist* com um pré-teste e recolheram-se os *feedbacks* em relação à mesma, de maneira a conferir a sua aplicabilidade num futuro trabalho estreitado entre a segurança e o desenho dos espaços públicos.

Perante isto, recolheram-se os aspetos considerados mais importantes e que devem ficar demonstrados através do pré-teste realizado. Assim feito, apresentam-se os resultados no Quadro 3:

Quadro 3: Matriz de pontos fortes, pontos fracos e de novas propostas para a Checklist

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Novas Propostas
<ul style="list-style-type: none">-Utilização de instruções iniciais acerca dos objetivos do instrumento e dos pressupostos de preenchimento.- Importância da temática para as forças de segurança como um novo modelo de prevenção criminal- A existência de formação na área, com base na aplicação deste instrumento.- A existência de notas de rodapé permite clarificar conceitos e direcionar o objetivo do que é pretendido.- A diversidade de fenómenos observáveis pela aplicação da <i>Checklist</i> permitindo uma maior abrangência da compreensão do panorama securitário e urbanístico.	<ul style="list-style-type: none">- Alguns conceitos são demasiados técnicos para quem estuda segurança e não urbanismo ou arquitetura.- Algumas das perguntas apresentam um carácter abstrato, redundante e demasiado abrangente.- As perguntas não devem pedir a opinião do inquirido. As mesmas devem cingir-se aquilo que realmente é observável por todos de modo igual.- As opções de resposta são redutoras ou insuficientes.- A excessiva extensão do questionário pode levar a uma exaustividade de quem o preenche. Isto pode refletir-se na qualidade e validade do diagnóstico recolhido.	<ul style="list-style-type: none">- Parcerias com outras entidades, nomeadamente autarquias locais e especialista em urbanismo.- Alteração dos conceitos técnicos para conceitos policiais.- As questões devem ser curtas, claras, concisas e objetivas.- As opções de resposta devem contemplar a opção Não se Aplica (N/A) ou em alguns casos, uma escala de <i>Likert</i>, permitindo assim uma graduação do fenómeno.- A formação dever ser dirigida aos elementos EPAPV, responsáveis pelo diagnóstico e aos Comandantes de esquadra, com nível de decisão.

Diante dos resultados apresentados, denota-se que esta ferramenta é considerada útil para uma nova forma de prevenção situacional assente em novos paradigmas, como o do urbanismo. Contudo, recomenda-se uma revisão e, que sejam efetuadas algumas alterações à mesma de forma a torná-la um instrumento de aplicação mais simples e mais enriquecedor.

Como conclusão, salienta-se a importância que este tema comporta para o desenvolvimento da prevenção criminal. Este estudo de caso demonstra que mais do que a prevenção da criminalidade importa olhar a soluções urbanísticas para a requalificação das ruas, de forma a serem devolvidas à comunidade. Estas soluções passam pela integração de estratégias CPTED assentes nos princípios enumerados na parte teórica. Posto isto, para a área em estudo propõe-se a intervenção das entidades locais em matérias de manutenção da vegetação, dos dispositivos de iluminação, dos pavimentos e da criação de áreas de convívio/lazer.

Para locais como as “escadarias junto ao café” na Av. Miguel Torga (cfr. Fotografia 7 em Apêndice J), a solução poderá passar pela manutenção dessas infraestruturas e pela manutenção da vegetação. Ressalva-se ainda a necessidade de aumentar a iluminação naquela zona e de recorrer à utilização de barreiras arquitetónicas, como pilares ou mobiliário urbano que, por um lado, não facilitem a concentração de grupos indesejados naquele local, e por outro, possibilitem a criação de uma área de permanência e de convívio nos espaços ajardinados que ladeiam essa escadaria. Assim, a concentração de pessoas deslocar-se-á, à partida, para esses espaços e não para a escadaria, proporcionando que as mesmas retomem a sua função de ligação entre ruas.

Relativamente às “galerias entre os prédios” na Rua Natália Correia (cfr. Fotografias 9 e 12, em Apêndice J), a proposta para aqueles locais recai na limpeza e na manutenção da iluminação de ambas as galerias. Deixa-se a sugestão de colocar aos jovens o desafio de personalizarem as paredes que as compõem com ornamentos que reflitam o que aquele espaço significa para eles. Recomenda-se também que esta remodelação aconteça no momento em que o campo de futebol receba a sua requalificação, como planeada para acontecer ainda este ano.

Já na Rua Almada Negreiros, a “escadaria entre esta rua e a Professor Luís Gomes” (cfr. Fotografia 18 em Apêndice J), é o principal foco de evitação. É compreensível pois a referida escadaria encontra-se envolta numa densa vegetação, a qual fecha quase na totalidade o campo de visão para quem vem a descer mas não para quem vem no sentido oposto. Esta dinâmica pode representar uma vantagem para o possível criminoso, pois potencia o fator de oportunidade para a prática de um crime. Para além disto, durante o período noturno esta passagem dispõe de pouca iluminação, reduzindo mais ainda o campo de visão e perdendo, desta feita, todo o seu efeito de vigilância natural.

Recomenda-se que se instale iluminação adequada de modo a proporcionar boa visibilidade à noite. Isto, aliado à manutenção ou requalificação dos planos de plantação adjacente à escadaria, de forma a também impedir a obstrução dos dispositivos de iluminação, possibilitará que o referido local deixe de ser um lugar de evitação e passe a oferecer a sua verdadeira utilidade novamente.

Ainda nesta rua, alguns dos espaços ajardinados existentes permitem a colocação de mobiliário urbano, nomeadamente bancos, bebedouros e até dispositivos para manutenção física, pelo que se sugere a aplicação dos mesmos como mote para se viabilizar a permanência de pessoas no local e, assim, potenciar o desencorajamento da ocupação destes espaços por grupos indesejados e a promoção da vigilância natural.

No que toca à delimitação de sinalização de estacionamento, seria importante realçar as marcações de forma a reorganizar o mesmo.

No que concerne à Rua Fernando Lopes Graça, o único ponto a propor é a conceção de um projeto para o “pátio junto ao café” (cfr. na Fotografia 25, em Apêndice J), como por exemplo, a criação de um parque infantil para incentivar a utilização do mesmo.

Quanto “às escadarias entre prédios” apontadas nesta rua e na Rua Francisco Salgado Zenha (cfr. Fotografia 28, em Apêndice J) propõe-se a melhoria da iluminação, pois os dispositivos que lá se encontram não são os mais adaptados às necessidades do local. Este espaço deve ser alvo de uma limpeza dos *graffitis* que lá se encontram e, à semelhança do proposto na Rua Natália Correia, estes locais poderiam servir também de tela para os artistas do bairro.

Face a estas propostas, acredita-se que pequenas manipulações no espaço possam vir a espelhar um novo sentimento de segurança, identidade e pertença à rua. Um espaço cuidado reflete nos utilizadores um maior sentido de responsabilidade na manutenção do mesmo. Perante estas soluções, ressalva-se a importância da requalificação dos espaços e do estudo posterior do impacto que a mesma causa no sentimento de segurança dos cidadãos. Estando o estudo feito e apurados os seus resultados, tornar-se-ia imprescindível averiguar se eles se refletem também na segurança efetiva dessas ruas. Ou seja, verificar se a criminalidade aumenta, mantém ou diminui - apurando se o número de ocorrências de roubo por esticção e na via pública (exceto por esticção) sofrem alguma oscilação - após a aplicação das novas medidas e consequente investigação do efeito que elas transmitem na sensação de segurança das pessoas.

CONCLUSÃO

Com o período da globalização surge o novo paradigma da conceção e planeamento do espaço urbano. Fatores como a crescente migração e o deslocamento das pessoas para as periferias dos grandes centros urbanos, como a degradação dos espaços, o vandalismo e o desuso de alguns espaços públicos, são causas que têm contribuído para que a cidade perca a sua identidade e se transforme de acordo com as características de quem nela permanece.

A forma como as cidades se organizam, como estão dispostas e como são utilizadas carrega a ausência de segurança como produto de si mesmas. O urbanismo passa a ser uma das causas essenciais que contribuem em grande parte para esta carência. A organização funcional do espaço e as respostas às necessidades dos seus utilizadores tornam-se elementos proporcionadores de desencadear práticas criminais e desvios comportamentais. A realidade urbana desta investigação demonstra inquestionavelmente que existe um longo caminho a percorrer, assente na requalificação e reestruturação desses espaços através dos ideais de CPTED confrontados.

Sendo a CPTED uma estratégia integrada de conceção e utilização do espaço, possível de ser operacionalizada para o modelo de prevenção situacional, parte-se do princípio que o incentivo à utilização dos espaços, a promoção de novos índices de segurança e o restabelecimento das relações interpessoais, através da manipulação eficaz em contexto físico, devolva a cidade a quem dela faz uso. Assume-se que a redução das oportunidades para a prática de crime e de incivildades reduzam em grande escala o sentimento de insegurança, trazendo aos cidadãos novos modelos de qualidade de vida.

Para tal, e porque apenas o reforço do policiamento não será suficiente nem significa necessariamente a redução do crime, para a supressão de fenómenos para além da manutenção da ordem pública, retira-se como conclusão preliminar que, neste âmbito, a segurança parte essencialmente na imposição de ela própria, através das FS, em todo o processo de conceção dos espaços. No entanto, assume-se como necessária e positiva a colaboração dos vários agentes sociais na promoção desta segurança, sendo esta uma missão que parte de todos individualmente e para todos em conjunto - esta nova estratégia de policiamento comunitário afigura-se como uma nova valência que certamente trará frutos.

Defende-se desta forma, o policiamento de proximidade orientado para o problema através das informações (*Intelligence-Led Policing*), que determine padrões de ocorrência criminal, e investigue a ligação entre série de crimes e de incidentes, de forma a propor

medidas preventivas, pois o crime parece não ser um fenómeno aleatório. Esta estratégia de identificação e padronização permite identificar as causas, as relações e as consequências da totalidade do fenómeno em si e não do crime como unidade.

Desta forma, existe a necessidade de formar as entidades policiais e sensibilizar as comunidades para esta temática. O trabalho desenvolvido entre estes dois agentes promotores de segurança, auxiliados pela participação de urbanistas e apoiados pelos poderes locais, certamente que será o caminho a percorrer neste âmbito. Este ideal de cooperação, em que cada ator assume uma missão em diferentes fases do projeto, culmina no restabelecimento do espaço urbano através de novas formas de atratividade, utilização e preservação. Esta chamada à responsabilidade de cada interveniente está inteiramente relacionada com o posterior comprometimento de continuidade deste processo. Importa lembrar que as pessoas, de forma geral, mantêm aquilo que sentem ser seu.

No caso específico da Tapada das Mercês, a solução passa pela valorização das potencialidades do espaço e a supressão de algumas fragilidades detetadas no mesmo. Através da recolha do sentimento das pessoas em relação ao espaço, permite-se direccionar a sua requalificação nesse sentido. Mais do que reorganizar o espaço, importa devolver às pessoas o sentimento de pertença e de identidade pelo mesmo. Sendo este um dos pontos críticos para a alteração dos índices de criminalidade e de incivildades a nível de freguesia, toma-se a liberdade para sensibilizar a autarquia local para a urgente intervenção neste espaço.

Tendo em conta que o objetivo desta investigação se prende com a gestão do espaço construído em função da especificidade sociodemográfica do mesmo, há lugar para uma reflexão sobre as possíveis soluções para a criação de novas formas de espaço público, restituindo à comunidade aquilo que outrora foi planeado mas não foi transportado para a construção. Tomando-se como princípio que nada se pode fazer a nível de redução das infraestruturas habitacionais, admitem-se, então, novas soluções impostas em espaços existentes sem uso ou com função atribuída.

Parte-se assim da realidade demonstrada através do estudo empírico que a segurança deste bairro, em grande parte, não depende da criminalidade efetiva. Para as pessoas, a conceção de insegurança assenta numa vertente mais direccionada para a falta de espaços de lazer/convívio, para a parca manutenção dos espaços públicos, nomeadamente os pavimentos, a vegetação e a iluminação, provocando nas pessoas, em casos extremos, a evitação de certos locais que assumem como especialmente vulneráveis.

Apesar da clemência por reforço de policiamento, assume-se a posição que a solução para este problema passa pela intervenção prioritária nas características físicas.

Desta forma, assume-se como resultado encontrado na investigação, a mais-valia das FS como atores responsáveis pelo primeiro nível do processo SARA (Zahm, 2007), nomeadamente o diagnóstico e a definição do problema ou ativo crítico. Este levantamento só se torna possível se houver uma aproximação à população e se isto se refletir num levantamento exaustivo das causas dos problemas. Sendo a PSP dotada deste modelo de policiamento de proximidade, defende-se que a solução se encontra nesse paradigma, auxiliada, indubitavelmente, pelo desenvolvimento de programas específicos ou grupos de trabalho apoiados na estratégia CPTED, à semelhança do que acontece um pouco por todo o mundo. Tenta-se com esta sensibilização alertar que não se está a inventar nada de novo, simplesmente esta conceção existe e a sua aplicação tem denotado resultados profícuos.

Concluído o estudo, constata-se o cumprimento dos objetivos propostos, assente em diversas fases do estudo de campo, refletindo um levantamento proveitoso de perceções individuais e coletivas da segurança em função do espaço, que auxiliam na apresentação de propostas de solução para esses problemas específicos. Relativamente ao segundo objetivo específico, dá-se cumprimento ao mesmo aquando da indagação junto das pessoas sobre o que sentem em relação ao espaço e ao que nele acontece e existe, comparando com a evolução da criminalidade participada.

Como já explicitado anteriormente, percebe-se com o presente estudo que o sentimento de insegurança se deve, em grande parte, às características físicas dos espaços públicos e não tanto devido à criminalidade de rua. Quanto ao último objetivo, deixa-se plasmada a nossa opinião relativamente às potencialidades das FS como participantes deste processo, através da recolha de opinião dos próprios intervenientes e através da análise do instrumento de sinalização de vulnerabilidades do espaço público, apresentada pelo MAI, que rege toda a atividade policial.

Depois de cumpridos os objetivos específicos, dá-se resposta ao objetivo geral, chegando-se à altura de responder à pergunta de partida:

Será que a articulação entre o desenho, a função e o uso do espaço público se repercute na (in)segurança urbana?

Perante os resultados apresentados pela investigação, denota-se uma clara interligação entre o desenho urbano, ligado ao sentido para o qual foi construído, e a sua utilização. Percebe-se que um lugar que não corresponda às expectativas da população é sempre um lugar em desuso e, por isso mesmo, potencializador de apropriação por parte de delinquentes. Esta ação combinada com o fator da motivação do delinquente e com a oportunidade, favorecem a prática de atos criminais ou de incivildades, que se repercutem na (in)segurança urbana. Sendo que a insegurança não assenta só na

criminalidade efetiva, como observado, parte-se também da avaliação do espaço físico como nova forma de aparecimento de insegurança urbana.

Apesar das soluções encontradas pela CPTED não extinguirem a ocorrência criminal e as incividades, estas contribuem para a diminuição das oportunidades do cometimento destes atos, reduzindo o número da criminalidade. Com a mesma relevância, se o espaço for devolvido à comunidade, para ser utilizado em função das suas pretensões, certamente que se verificará a descida dos níveis de insegurança urbana.

Posto isto, entende-se que o espaço concebido assenta numa visão triangular entre desenho, uso e função para a promoção de segurança urbana e conseqüente qualidade de vida.

Perante os resultados apresentados, deve-se realçar a pertinência desta investigação como novas formas de prevenção criminal para as FS. Assentes na avaliação espacial e sociodemográfica, traduz-se num trabalho de responsabilização e de cooperação entre os diversos atores formais e informais, no qual a PSP é a primeira linha de intervenção.

Alguns dos problemas e levantamentos apresentados revêm-se como contributos, sugestões e recomendações para uma primeira abordagem a este tema. Ciente que esta abordagem à prevenção assenta num processo demorado e oneroso para o poder local, considera-se que os resultados que possam advir da mesma ultrapassem positivamente todas as outras soluções que passem apenas pelo aumento da segurança através de meios humanos ou materiais.

Sendo que a dinâmica entre os espaços e as pessoas encontram-se em permanente evolução, reconhece-se como limitação que as necessidades dos utilizadores às quais se responde, implica um trabalho continuado e de permanente adaptação, por forma a permitir a atualidade e pertinência das mesmas, de modo a não se correr o risco de todo este processo voltar ao início.

Como limitação, aponta-se também a dimensão da amostra dos questionários que se deveria aumentar de forma a dilatar a sustentabilidade dos resultados. Além disso, a testagem da *Checklist* realizada por um universo pequeno pode ser considerada outra limitação.

Como sugestões para futuras investigações de forma a dar continuidade a esta investigação sugere-se:

1. A testagem da *Checklist* apresentada pelo MAI a todos os elementos MIPP a nível nacional, de forma a recolher uma maior apreciação da mesma. Depois, replicá-la após esses elementos terem tido formação e comparar os resultados de forma a validar a pertinência e fiabilidade da mesma;

2. Sendo que este tipo de investigação de índole prática não deve ficar apenas pela teorização da mesma, sugere-se que exista uma continuidade deste trabalho no âmbito de percorrer todo o percurso desde o levantamento das necessidades, até à proposta e aplicação prática da requalificação dos espaços. Este processo permite fazer uma comparação entre os resultados de insegurança apresentados antes e após essa intervenção, permitindo confirmar o potencial da estratégia CPTED.

LISTA DE REFERÊNCIAS

- Alves, A. C. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, F. (2003). *Avaliação da Qualidade o Espaço público Urbano: Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Araújo, C., Pinto, M. F., Lopes, J., Nogueira, L. & Pinto, R. (2008). *Estudo de Caso*. (Trabalho realizado na área de métodos de investigação em educação). Minho: Universidade do Minho. Retirado de http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf
- Atlas, R. I. (2013). *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention* (2ª ed.). Boca Raton: CRC Press Taylor & Francis Group.
- Barañano, A. M. (2004). *Métodos e técnicas de investigação em gestão – Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação*. Lisboa: Sílabo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Basso, J. (2001). *Investigação de factores que afectam o desempenho e a apropriação de espaços abertos ao público*. (Dissertação de mestrado em arquitectura). Porto Alegre: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Rio Grande do Sul.
- Brandão, A. (2002). *A avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Lisboa: CESUR-IST para a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).
- Brandão, P., Carreto, M., & Águas, S. (2002) *O Chão da cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*. Lisboa: Centro Português do Design.
- Brantingham, P. J. & Brantingham P.L. (1993). Nodes, Paths and Edges: considerations on the complexity of crime and the physical environment. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 3-28.
- Brites, J. A. (2010). Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social. *Psicologica*, 52(1), 315-325.
- Brookman, F., Maguire, M., Pierpoint, H. & Bennett, T. (2010). *Handbook on Crime*. London: Willian Publishing.

- Buendia, H. G. (1989). *Urban Crime: Global trends and policies*. Tokyo: The United Nations University.
- Caiado, R. A. (2013). *O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade*. (Dissertação de mestrado em ciências jurídicas e políticas). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Camara, P. B., Guerra, P. B., & Rodrigues, J. V. (2013). *Humanator XXI: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial* (6ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Carvalho, M. I. (2012). *O roubo a residências: Uma abordagem direccionada a esclarecer e prevenir*. (Projecto de graduação para a obtenção do 1º Ciclo de Estudos em Criminologia). Porto: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Chambel, É. (2000). *A videovigilância em locais de domínio público de utilização comum*. (Dissertação final de licenciatura em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Clemente, P. J. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da seguridade pública, 2*. (Tese de doutoramento não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Clemente, P. J. (2012). Políticas de Segurança – Desafios e Rumos. In A. Lara (Coord.), *Caos Urbano*. (pp. 91-117). Lisboa: Pactor.
- Coetzer, C. (2003). *Crime Prevention in Neighbourhoods*. Pretoria: University of South Africa.
- Corrêa, L. R. (1995). O espaço urbano. (3ª ed.). *Série Princípios*, 174, 1-16.
- Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (1987). Understanding Crime Displacement: An Application of Rational Choice Theory. In H. Stuart & W. Einstader (Eds.), *The Criminology Theory Reader*. (pp. 45-56). New York: University Press.
- Cozens, P. (2008). *Crime Prevention Through Environmental Criminology and Crime Analysis*. William Publishing.
- Crawford, A. (1998). *Crime prevention & community safety. Politics, policies & practices*. Edinburgh Gate: Longman.
- Crowe, T. D. (1991). *Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts*. Boston: Butterworth-Heinemann.

- Cunha, R. (2013). *Arrumadores de automóveis: do sentimento de insegurança à utilidade social*. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia* (2ª ed.). Lisboa: Casa das Letras.
- Direcção Geral da Administração Interna. (2013). *CPTED: Prevenção criminal através do espaço construído. Guia de boas práticas*. (A. Neves e F. Teodorico, trad.). Lisboa: Direcção Geral da Administração Interna. Retirado de https://intranet.mai.pt/sites/dgai/us/Manuais%20de%20Boas%20Prcticas/CPTED%20%20Prevencao%20Criminal%20atraves%20do%20Espaco%20Construido_%20guia%20de%20boas%20praticas.pdf.
- Dias, J. F & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia: O Homem delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psi/v21n2/v21n2a03>.
- Elias, L. (2007). Princípios e fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. In M. Valente (Coord.), *Estudos de Homenagem ao Juíz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 465-536). Coimbra: Almedina.
- Elias, L. M. (2009). A (nova) Governança da Segurança numa Contemporaneidade Complexa. In M. Valente (Coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCP/ em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*. (pp. 751-770). Coimbra: Edições Almedina.
- Elias, L. M. (2014, outubro). *Dimensões securitárias na contemporaneidade*. Lição apresentada na abertura solene do ano letivo 2014/2015. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Esteves, A. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Evagelista, F. C. (2012). A criminalidade de rua e o planeamento ambiental urbano. *Veredas do Direito*, 17(9), 197-211. Retirado de <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/245/215>.
- Felson M. & Clarke, R. (1998). Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention. *Police Research Series*. London: Home Office. Retirado de <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130128103514/http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/prgpdfs/fprs98.pdf>.
- Fernandes, D. (2010). *Urbanismo e Segurança: contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal. Uma abordagem ao Bairro da Bela*

Vista, em Setúbal. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas: Etnografia das drogas numa periferia urbana.* Lisboa: Editorial Notícias.

Fernandes, L.F. (2006). Prevenção da Criminalidade. In M. Valente (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna.* (pp. 69-120). Coimbra: Edições Almedina.

Fernandes, L. F. (2007). Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade. In M. Valente (Coord), *Urbanismo Segurança e Lei.* Tomo I, (pp-33-60). Coimbra: Edições Almedina.

Fernandes, L. & Pinto, M. (2008). A Juventude Urbana pobre e cidade predatória, O guna como figura da ameaça. In M. Cunha (Org.), *Aquém e Além da Prisão: cruzamentos e perspectivas.* Porto: 90 Graus Editora.

Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do meso à cidade. *Etnográfica*, 15(1), 167-181.

Fernandes, M. C. (2007). Urbanismo arquitectura e segurança. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo Segurança e Lei.* Tomo I (pp. 97-120). Coimbra: Edições Almedina.

Fernandes, T. (2009). *Contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública.* (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Ferreira, E. M. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: a dialética proactiva entre o desenho urbano e uso seguro.* (Tese de doutoramento em urbanismo). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Ferreira, S. (2010). *Sentimento de Insegurança; Contributos para a Construção de Indicadores de Medida.* (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica.* Lisboa: Monitor.

Foddy, W. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionário.* Oeiras: Celta.

Freitas, W. (2002). *Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago.* São Paulo: Método.

- Garnier, J. B. (1997). *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: causes and consequences. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 27(2), 839-859.
- Gawande, A. (2009). *The Checklist Manifesto: How to Get Things Right*. London: Metropolitan Books.
- Ghiglione, R & Matalon, B. (1993). *O inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia* (6ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, B. (2009). *Mobilidade pedonal no espaço público. Caso de Estudo e Aplicação ao Projecto em Sete Rios*. (Dissertação de mestrado em arquitectura). Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Gomes, I. M. (2005). *Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG.
- Gomes, P. (2006, janeiro). *Segurança e reformas policiais na Europa. O caso de Portugal*. I Seminário internacional de gestão e segurança pública e justiça criminal. Rio de Janeiro. Retirado de <http://www.propi.uff.br/ineac/curso/nufep/art.s/palestrantes/18/91.pdf>.
- Gomes, P. V. (1998). A Prevenção Situacional na Moderna Criminologia. *Polícia Portuguesa*, 109, 25-28.
- Gomes, P. V. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídios para uma agenda nacional. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I (pp. 61-80). Coimbra: Edições Almedina.
- Gomes, P.V. (2012). *Grandes Opções Estratégicas da PSP 2013-2016*. Retirado de <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Grandes%20Op%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas%202013-2016.pdf>
- Guerra, A. (2003). [Prefácio]. In A. Peixoto (Ed.), *Cartografia dos medos. Estudo Sociológico*. (pp. 13- 21). Ponta Delgada: Polícia de Segurança Polícia.
- Guinote, H. B. (2006). O sentimento de insegurança e os diversos poderes. *Politeia*. III (1), 29-62. Coimbra: Almedina.

- Heitor, T. V. (2001). *A Vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma abordagem sintáctica*. (Textos universitários de ciências sociais e humanas). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Heitor, T. V. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Psicologia*, 21(2), 31-44.
- Heitor, T. V. (2009). (In)Segurança em Zonas de Residência. O Espaço da Oportunidade. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo II (pp. 129-144). Coimbra: Edições Almedina.
- INE (2011). *Census 2011*. Acedido de www.ine.pt.
- Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of great American Cities*. Vintage Books: New York. Retirado de <http://nchchonors.org/wp-content/uploads/2013/10/jacobs-jane-intro-death-and-life-of-great-cities-intro.pdf>
- Jeffery, C. R. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Ketele, J. M., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observações, de questionário, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lang, J. (1987). *Creating Architectural Theory: The Role of the Behavioral Sciences in Environmental Design*. New York: Van Nostrand Reinhold Company.
- Leal, T. (2011). *O contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: o fenómeno da toxicodependência*. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Leitão, J. (2000). Sentimentos de Insegurança. *Polícia Portuguesa*, 125, 2-13.
- Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimentos de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? *Revista Angolana de Sociologia*, 5-20.
- Machado, J. P. (1997). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (3ª ed.). vol. VI. Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, P. (2006). Insegurança Urbana: Questões de proximidade e distanciamento ao problema social. *Encontro Cidade para o cidadão. O planeamento de pormenor em questão – Textos de opinião*, 9. Ordem dos Arquitectos.

- Machado, P. & Neves, A. (2011). Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano. A prevenção do crime através do espaço construído. *Política de Cidades 7*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Malheiros, J. M., & Costa, N. M. (1991, janeiro). Aspectos geográficos da criminalidade urbana. Os casos de Lisboa e Barcelona. *Actas do V Colóquio Ibérico de Geografia*. 429-442.
- Manguire, M., Morgan, R. & Reiner, R. (1997). *The oxford handbook of criminology* (2ª ed.). Oxford: Clarendon press.
- Marconi, M. A & Lakatos, E. M. (2006). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (6ª ed). São Paulo: Atlas.
- Maslow, A. H. (1943). *A Theory of Human Motivation*. Retirado de <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>.
- Morais, D. (2009). Padrões de criminalidade e espaço público: o centro do Rio de Janeiro. *Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina*. 10-31. Retirado de http://www2.pucpr.br/sssccla/papers/SessaoA_A28_pp10-31.pdf
- Moreira, M. J. (2012). *Incivildades e sentimento de insegurança: Estudo exploratório sobre a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Narciso, C. (2009). Espaço Público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e precedências. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 9(2), 265-291.
- National Crime Prevention Council de Singapura. (2003). *Crime Prevention Through Environmental Design – Guidebook*. Singapura. Retirado de <http://www.ncpc.gov.sg/pdfCTED%20Guidebook.pdf>.
- Neto, E. & Palacios, M. (2012). Vitalidade urbana em Jane Jacobs. *Bicentros: morte e vida dos centros urbanos*, 3. Retirado de <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST238.pdf>.
- Neves, A. (2012, outubro). *A criminalidade de rua e o contexto*. VII Congresso Português de Sociologia. Porto: Universidade do Porto. Retirado de http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0541_ed.pdf.
- Newman, O. (1972). *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*. New York: MacMillan Publishing.

- Newman, O. (1976). Design Guidelines for Creating Defensible Space. *National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice*. Washington, U. S. Government Printing Office.
- Newman, O. (1996). *Creating Defensible Space*. Institute for Community Design Analysis. US Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research. Washington. Disponível em http://www.popcenter.org/responses/closing_streets/pdfs/newman_1996.pdf.
- Oliveira, J. F. (2000). O fenómeno da violência urbana. *Polícia Portuguesa*, 123, 23-25.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Peixoto, A. (2003). *Cartografia dos medos. Estudo sociológico*. Ponta Delgada: Polícia e Segurança Pública.
- Pereira, A. (2014). A sensação de insegurança racializada. *Identidade!* 19(1), 12-22. Retirado de <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/1159/>.
- Pinheiro, C., Leitão, M., Lopes, P. C. et al. (2009). *Mónaco*. In Diciopédia 2010 [DVD_ROM]. Porto: Porto Editora.
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132. Revisão do artigo de J. Ponto. *Quadrante*, 3(1), 3-18.
- Programa do XXVII Governo Constitucional (2005-2009). Retirado de <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf>.
- Rêgo, X. (2007). *A cidade, espaço produtor de desordem: Relações entre a mobilidade residencial e o sentimento de insegurança no centro/baixa do Porto*. Retirado de <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=114&cf=3->.
- Reis, J. L., Salvador, R., Cardoso, S. & Marques, B. P. (2012). Urbanicity: dialogue between Sociology, Architecture, Economics and Geography - the Master I Metropolization, Strategic Planning and Sustainability experience. *Munich Personal RePEc Archive*, 41316(17), 1-13. Retirado de <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/41316/>.
- Relatório Anual de Segurança Interna* (2004). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Relatório Anual de Segurança Interna* (2013). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

- Relatório Anual de Segurança Interna* (2014). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ricardo, C., Siqueira, P. & Marques, C. (2013). Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. *Revista Brasileira de Segurança Pública* 7(1), 200-216. Retirado de revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/.../13.
- Roché, S. (1993). *Le sentiment d'insécurité*. Presses Universitaires de France.
- Roché, S. (1998). *La société incivile: Qu'est-ce que l'insécurité?* Paris: Editions du Seuil.
- Samara, B. S. & Barros, J. C. (2002). *Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia*. São Paulo: Makron Books.
- Sani, A. & Nunes, L. (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 2(21), 185-195.
- Santo, P. E. (2010). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Gênese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Sílabo.
- Santos, F. C. (2008). *Características físicas e sociais do espaço público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa*. (Dissertação de mestrado em arquitectura). Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Saraiva, M. (2008). *Planeamento e concepção de espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade*. (Relatório de projecto submetido para satisfação parcial dos requisitos de grau de mestre em engenharia civil – especialização em planeamento). Porto: Faculdade de Engenharia do Porto da Universidade do Porto. Retirado de <http://www.veiling-ontwerp-beheer.nl/publicaties/planeamento-e-concepcao-dos-espacos-publicos-na-optica-da-prevencao-da-criminalidade>.
- Sarmiento, M. (2013) *Metodologia científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sento-Sé, J. T (2011). Prevenção ao crime e teoria social. *Lua Nova*, 83, 9-40. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a02n83.pdf>.
- Serdoura, F. M. (2007). As dimensões do Espaço Urbano Público. *Artitextos*, 5, 144-156.
- Silva, S. C. (2013). A criminalidade e a insegurança – Influência da malha urbana. *Revista GeoPlanUM* (2ª ed.), 3-9.
- Silva, C. (2014). *Segurança urbana. A arquitetura ao serviço da diversidade: olhares paralelos entre Portugal e Brasil*. (Tese de doutoramento em arquitetura). Lisboa: Faculdade de arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Skolnick, J. & Bayley, D. (2006). Policiamento Comunitário. *Série Polícia e Sociedade*, 6.
- Teixeira, F. (2010). *Desenho do espaço público urbano. Perspectivas Sócio-Espaciais*. (Dissertação de mestrado em arquitectura paisagista). Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
- Townsley, M. (2010). *Crime patterns and analysis: Visualising space time patterns in crime: The hotspot plot* (3ª ed.). J. Walker (Ed.). University of Arkansas. USA: Little Rock.
- Valente, M. G. (2007). A legislação urbanística: lacuna da intervenção prévia das forças de segurança. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I, (pp. 123-135). Coimbra: Edições Almedina.
- Valente, M.G. (2005). *Teoria Geral do Direito Policial* (1). Coimbra: Almedina.
- Vieira, A. (2011). *Sistemas de videovigilância CCTV*. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Walsh, E. (1999). Crime Prevention Through Environmental Design. *Journal of Housing Community Development*, 56(4). Retirado de <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=2718494&lang=pt-br&site=ehost-live>.
- Wilson, J.Q., & Kelling, G. (1982). Broken Windows. *Atlantic Monthly*, 211, 29-38.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zahm, D. (2007). Using crime prevention environmental design in problem solving. *U.S Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services, Problem-solving tools series*, 8. Retirado de <http://www.popcenter.org/tools/pdfs/cpted.pdf>
- Zahm, D. (2007). *Using crime prevention environmental design in problem solving*. (E. Ferreira, trad.). Porto. (2012). Polícia de Segurança Pública.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa.

Código Penal Português.

Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, da Direção Nacional da PSP.

Diretiva Operacional nº 202/2012 de 13 de Setembro, da Direção Nacional da PSP.

Diretiva Operacional n. 1/2013 de 31 de Janeiro, da Direção Nacional da PSP.

Ofício OP nº 4822 de 12 de Julho de 2010, da Direção Nacional da PSP.

Sítios da internet:

<http://www.cpted.cl>

<http://www.designagainstcrime.com>

<http://securedbydesign.com>

http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Peace_Index

<http://www.ine.pt>

ANEXOS

Anexo A: Estratégias policiais para a redução da criminalidade

Quadro 4: Estratégias policiais para redução da criminalidade.

Estratégia	Hipótese	Resultado
Aumentar os efetivos policiais.	Mais polícia, menos crime.	Impacto indeterminado.
Incrementar o patrulhamento aleatório.	Mais patrulhamento visível evita a prática criminal na via pública.	Ineficaz.
Aumentar as detenções.	Mais delinquentes são detidos, menos criminalidade se regista.	Eficaz para certos crimes, contraproducentes no desvio de menores.
Assegurar a resposta pronta ao pedido urgente.	Quanto mais curto o trajeto entre o local de posicionamento dos meios policiais e o lugar do crime, menos criminalidade se regista	Inconclusivo, embora se registre um impacto positivo marginal na resolução de furtos.
Sinalizar os crimes mais graves.	Quanto maior a taxa de detenção de delinquentes habituais e violentos, menor a taxa de criminalidade grave ou violenta registada.	Impacto assinalável, salvo a menor eficácia no mercado da droga.
Afetar o patrulhamento a certos locais e tempos.	Quanto mais as patrulhas se encontram em locais em tempos de maior atividade criminal, menor é a criminalidade registada nesses locais e momentos.	Eficaz, para regular os problemas locais de segurança, porém induz à deslocalização da prática criminal.
Reforçar a colaboração entre diferentes organismos	Prevenção da criminalidade pela polícia depende do trabalho de parceria com outros atores, em especial com as autarquias locais.	Positivo e útil.
Ação policial adaptada aos problemas a resolver.	Se a polícia identificar certas práticas específicas de criminalidade, pode aplicar as melhores soluções para reduzir os atos criminosos.	Testado positivamente em pequena escala, resta fazê-lo em escala maior.

Fonte: Adaptação de Ferret, por Clemente (2012, p. 107).

Anexo B: Delimitação entre espaços públicos, semipúblicos e privados nas áreas residenciais

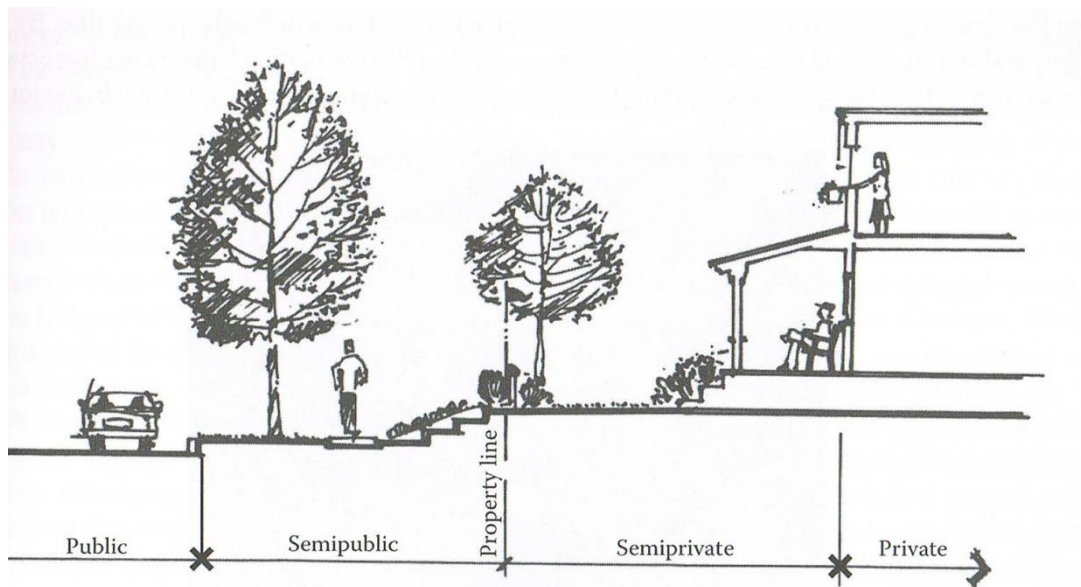


Figura 9: Delimitação entre espaços públicos, semipúblicos e privados nas áreas residenciais.

Fonte: Atlas (2013, p. 65)

Anexo C: Políticas orientadas para a resolução de problemas - SARA

Quadro 5: Políticas orientadas para a resolução de problemas - Processo SARA.

Processo SARA	
EXPLORAÇÃO	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar, definir e investigar um problema existente ou emergente.2. Identificar as partes interessadas que devem ser envolvidas na resolução do problema.3. Decidir sobre a combinação de reuniões e atividades que serão necessárias para a resolução do problema e criar uma agenda para o desenvolvimento dos trabalhos ao longo do processo.
ANÁLISE	<ol style="list-style-type: none">4. Reunir com as partes interessadas para clarificar o problema e para definir os objetivos pretendidos com o processo.5. Recolher e analisar os dados e as Informações acerca do problema.6. Avaliar quaisquer ligações ou relações existentes entre o(s) problema(s) e as condições ambientais.
RESPOSTA	<ol style="list-style-type: none">7. Estabelecer os objetivos a serem alcançados através da implementação da prevenção criminal pela conceção ambiental, ou outras estratégias.8. Identificar estratégias alternativas para conseguir alcançar os objetivos propostos.9. Avaliar a praticabilidade social, política, legal, financeira, ou tecnológica da implementação de cada estratégia.10. Selecionar as estratégias mais promissoras e criar e adotar um plano para o melhoramento daquelas estratégias específicas identificadas, definir as necessidades financeiras e de outros recursos, atribuir responsabilidades pela implementação e supervisão, destacar uma agenda para a implementação do planeado, e estabelecer os indicadores do sucesso.11. Colocar em ação a(s) medida(s) mais promissora(s). Poderá ser necessário uma combinação de respostas imediatas, melhoramentos a curto prazo, e investimentos a longo prazo.
AVALIAÇÃO	<ol style="list-style-type: none">12. Monitorizar o progresso relativo aos indicadores de sucesso especificados no passo n.º 10.13. Decidir se o processo necessita de ser repetido devido à falta de progresso, ou à emergência de novos problemas.

Fonte: "A Manual for Crime Prevention Through Planning and Design", Kruger, Landman, e Liebermann (2001). Retirado de Ferreira (2012, p. 16).

Anexo D: Modelo de atuação policial





















Figura 10: Modelo de atuação policial.

Fonte: Diretiva Operacional n.º 01/2011, de 31 de Janeiro, da DN/PSP.

Anexo E: Ranking da paz global (2008-2014)

Quadro 6: Ranking da paz global (2008-2014).

País	2014 ¹		2013 ²		2012 ³		2011 ⁴		2010 ⁵		2009 ⁶		2008 ⁷	
	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação	Posição	Pontuação
 Islândia	1	1.189	1	1.162	1	1.165	1	1.152	1	1.190	1	1.203	1	1.107
 Dinamarca	2	1.193	2	1.207	2	1.207	2	1.236	6	1.290	6	1.263	5	1.238
 Áustria	3	1.200	4	1.250	6	1.310	9	1.317	5	1.260	3	1.240	10	1.291
 Nova Zelândia	4	1.236	3	1.237	3	1.235	3	1.258	2	1.200	2	1.227	2	1.190
 Suíça	5	1.258	5	1.272	4	1.258	8	1.309	9	1.310	11	1.349	4	1.234
 Finlândia	6	1.297	7	1.297	5	1.298	6	1.303	7	1.300	7	1.297	7	1.273
 Canadá	7	1.306	8	1.306	9	1.328	13	1.355	15	1.410	9	1.324	6	1.264
 Japão	8	1.316	6	1.293	7	1.320	5	1.298	5	1.260	4	1.243	3	1.230
 Bélgica	9	1.354	10	1.339	10	1.366	14	1.380	13	1.370	13	1.365	13	1.368
 Noruega	10	1.371	11	1.359	14	1.385	4	1.275	9	1.310	8	1.324	9	1.288
 República Checa	11	1.381	14	1.404	15	1.406	12	1.347	14	1.390	16	1.430	18	1.435
 Suécia	11	1.381	9	1.319	8	1.320	7	1.306	3	1.250	5	1.253	8	1.282
 Irlanda	13	1.384	12	1.370	11	1.372	16	1.407	12	1.360	14	1.393	11	1.310
 Eslovênia	14	1.398	13	1.374	13	1.374	11	1.338	11	1.330	10	1.343	13	1.370
 Austrália	15	1.414	16	1.438	19	1.466	17	1.429	18	1.440	19	1.440	16	1.421
 Butão	16	1.422	20	1.487	20	1.515	40	1.715	44	1.750	43	1.722	19	1.440
 Alemanha	17	1.423	15	1.431	18	1.451	18	1.440	18	1.440	17	1.443	15	1.406
 Portugal	18	1.425	18	1.467	17	1.440	15	1.386	16	1.420	15	1.426	14	1.385

Fonte: Global Peace index rankings 2014, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_Global_da_Paz.

Anexo F: Checklist

ANEXO A: CHECKLIST

Anexo A



CHECKLIST

Este *checklist* fornece informações sistematizadas sobre soluções CPTED, permitindo uma sucinta revisão de um qualquer projeto de desenho urbano..

1. Ampliação dos campos de visão
2. Iluminação adequada
3. Redução de locais recônditos ou isolados
4. Zonas vulneráveis / perigosas / inseguras
5. Isolamento
6. Uso misto
7. Geradores de atividades
8. Sentimento de pertença, manutenção e gestão
9. Sinalética e Informações
10. Conceção global

ANEXO A: CHECKLIST

Guia de revisão do projeto – CHECKLIST

1. AMPLIAÇÃO DOS CAMPOS DE VISÃO

- As esquinas com oportunidades de criar um efeito surpresa por parte dos delinquentes podem ser modificadas ou requalificadas?
- O *design* permite amplos campos de visão nas áreas desejadas? **SIM** **NÃO**
- Os locais de maior preocupação como escadas, entradas (receções) ou edifícios altos têm campos de visão amplos? **SIM** **NÃO**
- Se os campos de visão estiverem obstruídos, é possível proceder-se à instalação de materiais transparentes ou mesmo espelhos, bem como câmaras de vigilância? **SIM** **NÃO**
- O *design* possibilita que o crescimento da vegetação impeça futuramente a visibilidade ou um amplo campo de visão? **SIM** **NÃO**
- Os acessos às áreas mais vulneráveis como passagens subterrâneas ou parques de estacionamento têm amplos campos de visão? **SIM** **NÃO**

2. ILUMINAÇÃO ADEQUADA

- É necessária iluminação mesmo nos percursos ou locais que não são frequentados à noite? **SIM** **NÃO**

- As condições de iluminação permitem que uma pessoa reconheça outra a uma distância de 10 metros? **SIM** **NÃO**
- A iluminação fornece uma visibilidade uniforme e reduz o contraste entre as áreas iluminadas e com sombras? **SIM** **NÃO**
- A luminosidade é demasiado brilhante ao ponto de perder a sua eficácia? **SIM** **NÃO**
- Os dispositivos de iluminação fornecem a visibilidade ideal para os percursos pedonais e para as zonas de maior insegurança? **SIM** **NÃO**
- Os dispositivos de iluminação estão protegidos contra o vandalismo ou são concebidos com materiais resistentes ao vandalismo? **SIM** **NÃO**
- A iluminação utilizada durante a noite é adequada, por exemplo nos parques de estacionamento, junto aos edifícios habitacionais? **SIM** **NÃO**
- A iluminação nas traseiras das habitações é obrigatória? **SIM** **NÃO**

3. LOCAIS RECÔNDITOS OU ISOLADOS

- O caminhos pedonais isolados como passagens aéreas ou subterrâneas, podem ser eliminados³⁰? **SIM** **NÃO**

³⁰ Tratando de potenciais locais de oportunidades para comportamentos indesejados ou mesmo ilícitos (nota adicional da versão portuguesa).

ANEXO A: CHECKLIST

- As zonas vulneráveis estão entre 50 a 100 metros (do fim) de um percurso isolado ou recôndito? **SIM** **NÃO**
- Existe um percurso alternativo que evite passar por estes locais vulneráveis³¹? **SIM** **NÃO**
- Se um frequentador do espaço não conseguir ver o fim de um percurso isolado ou recôndito, pode ser melhorada a vigilância natural através da iluminação? **SIM** **NÃO**
- O percurso isolado ou recôndito encontra-se uniformemente iluminado? **SIM** **NÃO**
- Existe vigilância natural proporcionada por pessoas ou pelas atividades que resultam da variedade de utilização do espaço? **SIM** **NÃO**
- Existe vigilância formal³²? **SIM** **NÃO**
- A informação sobre localização dos alarmes, telefones de emergência e sinalética em geral, está acessível? **SIM** **NÃO**

4. ZONAS VULNERÁVEIS / PERIGOSAS / INSEGURAS

- Existe alguma área vulnerável e esta pode ser eliminada? **SIM** **NÃO**

³¹ Trata-se de locais isolados e o objetivo é perceber se foram pensadas as questões dos "caminhos obrigatórios" sem hipótese de escolha. O objetivo é que não obrigar os destinatários a utilizarem sempre o mesmo percurso. Está relacionado com a "teoria das actividades de rotina" ou da "escolha racional". Nota adicional da versão portuguesa.

³² Proporcionada pelas forças de segurança; dispositivos de videovigilância; segurança privada (nota adicional da versão portuguesa).

- As áreas vulneráveis podem ser encerradas após o período de utilização? **SIM** **NÃO**
- A área vulnerável está visível através de vigilância formal ou natural? **SIM** **NÃO**
- O *design* contemplou a utilização de percursos alternativos? **SIM** **NÃO**

5. ISOLAMENTO

- O *design* contempla vigilância natural³³? **SIM** **NÃO**
- As áreas inseguras como percursos isolados e parques de estacionamento permitem vigilância natural? **SIM** **NÃO**
- Na inexistência de vigilância natural estão acessíveis alarmes, telefones de emergência, ou outras formas de pedido de auxílio? **SIM** **NÃO**
- Com o objetivo de aumentar a utilização do espaço, podem ser desenvolvidas atividades compatíveis adicionais no mesmo? **SIM** **NÃO**

³³ A "vigilância natural" é um dos quatro conceitos-chave da CPTED, para além de: "reforço territorial", "controlo natural dos acessos" e "manutenção". A "vigilância natural" baseia-se na ideia de que a desobstrução dos campos de visão permite um melhor controlo do espaço, quer seja voluntário ou não (nota adicional da versão portuguesa).

ANEXO A: CHECKLIST

6. USO MISTO

- Os diferentes usos do espaço são compatíveis? **SIM** **NÃO**
- Os usos dos espaços com maior probabilidade de situações de insegurança (bares, pubs, discotecas), podem ser localizados onde os impactes sejam mais reduzidos? **SIM** **NÃO**

7. GERADORES DE ATIVIDADES

- Podem ser providenciados usos complementares que promovam a vigilância natural? **SIM** **NÃO**
- O *design* proporciona o desenvolvimento de usos complementares? **SIM** **NÃO**
- O *design* contribui para reforçar as atividades? **SIM** **NÃO**
- A área possibilita ou contribui para o desenvolvimento de eventos e atividades variadas? **SIM** **NÃO**
- As variadas funções do espaço apoiam a atividade pretendida no mesmo? **SIM** **NÃO**
- O *design* (ao nível da superfície/solo) está em conformidade com o objetivo daquele espaço? **SIM** **NÃO**
- As áreas podem ser concebidas de forma a facilitar um aumento das atividades? **SIM** **NÃO**

8. SENTIMENTO DE PERTENÇA, MANUTENÇÃO E GESTÃO

- O *design* permite o reforço territorial³⁴? SIM NÃO
- O *design* contempla uma fácil manutenção? SIM NÃO
- Existe sinalética e informação de fácil acesso para reportar necessidades de manutenção pelos utentes? SIM NÃO
- A gestão do espaço dá prioridade à manutenção, designadamente à remoção de *graffitis* ofensivos à reparação de mobiliário urbano vandalizado, manutenção da vegetação, e operações de limpeza dos pavimentos e revestimentos³⁵? SIM NÃO

9. SINALÉTICA E INFORMAÇÃO

- A sinalética está visível e é legível? SIM NÃO
- A sinalética transmite a informação de forma clara? SIM NÃO
- A informação é adequada? SIM NÃO
- A sinalética está estrategicamente localizada de forma a maximizar a visibilidade? SIM NÃO

³⁴ Outro conceito-chave da CPTED. Parte-se da noção de que através das características físicas do espaço, é possível informar os cidadãos relativamente à natureza dos espaços: público ou privado. O sentimento de apropriação do espaço é materializado através de uma gestão do espaço que pode implicar uma diferente orientação do pavimento; uma utilização de cor diferente ou mesmo um pavimento de material desigual. O objetivo é orientar as utilizações dadas a esses espaços. Baseia-se na ideia de que os indivíduos protegem o espaço que consideram como seu e respeitam o espaço dos outros. Nota adicional da versão portuguesa.

³⁵ Nota adicional da versão portuguesa.

ANEXO A: CHECKLIST

- A sinalética está bem conservada? **SIM** **NÃO**
- Existem mapas de orientação em áreas amplas como passagens subterrâneas, espaços verdes, etc? **SIM** **NÃO**
- A sinalética contempla o horário de funcionamento dos espaços? **SIM** **NÃO**

10. CONCEÇÃO GLOBAL

- A qualidade e a estética dos espaços construídos põem em causa a segurança dos espaços? **SIM** **NÃO**
- A escala de construção é consistente com os espaços adjacentes para evitar áreas de vazio urbano? **SIM** **NÃO**
- O *design* do espaço construído é facilmente perceptível? **SIM** **NÃO**
- Existem espaços que se podem tornar em zonas mortas / sem vida? **SIM** **NÃO**
- O espaço é adequadamente utilizado durante o período noturno? **SIM** **NÃO**
- Os materiais de construção utilizados contribuem para a segurança³⁶? **SIM** **NÃO**

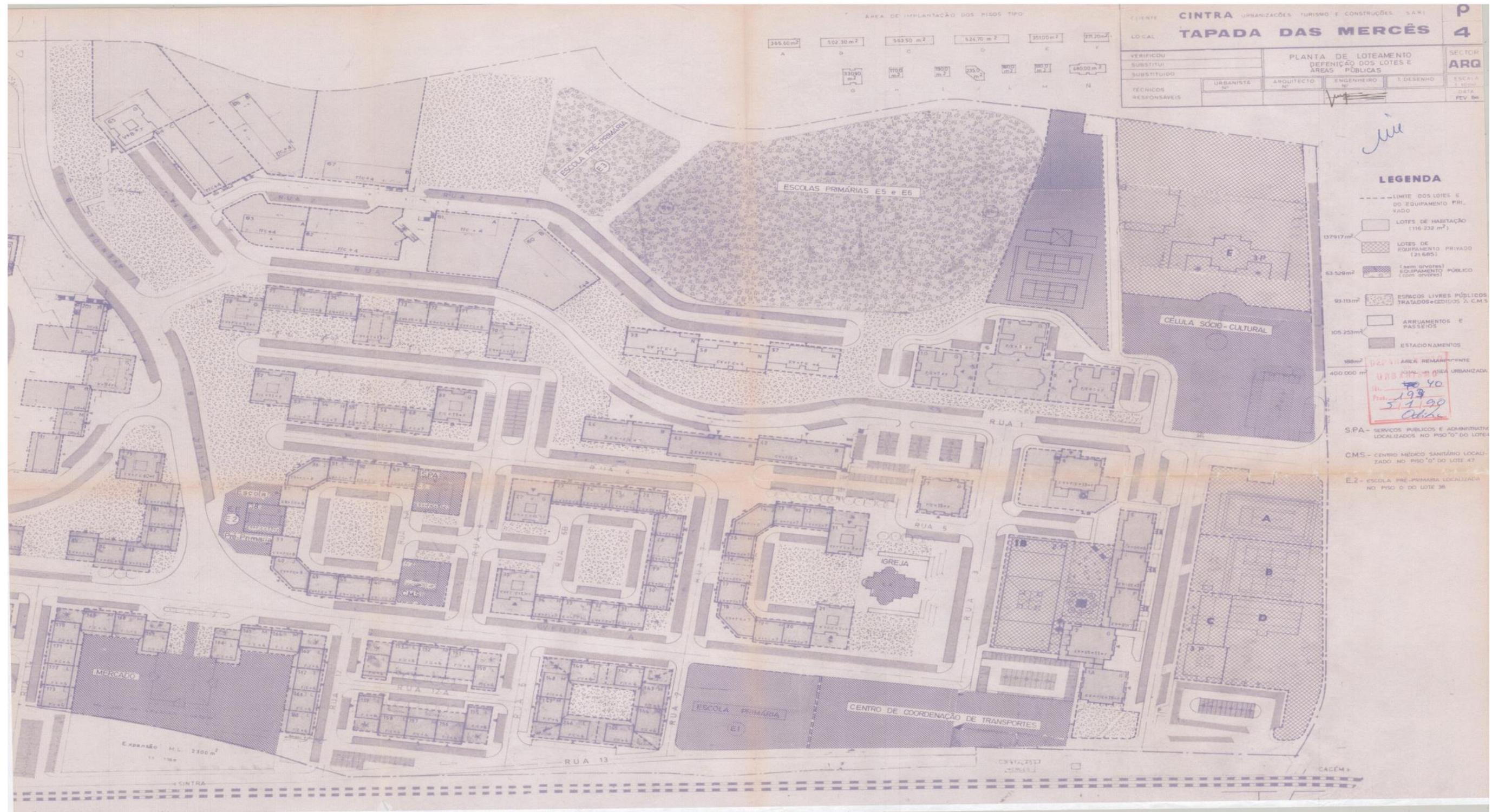
³⁶ Importa perceber se estão de acordo com os princípios da abordagem CPTED. Nota adicional da versão portuguesa.

Anexo G: Planta de Loteamento de 1978 – Projeto inicial



Fonte: DU/CMS

Anexo H: Planta de Loteamento de 1986 – 1ª Alteração



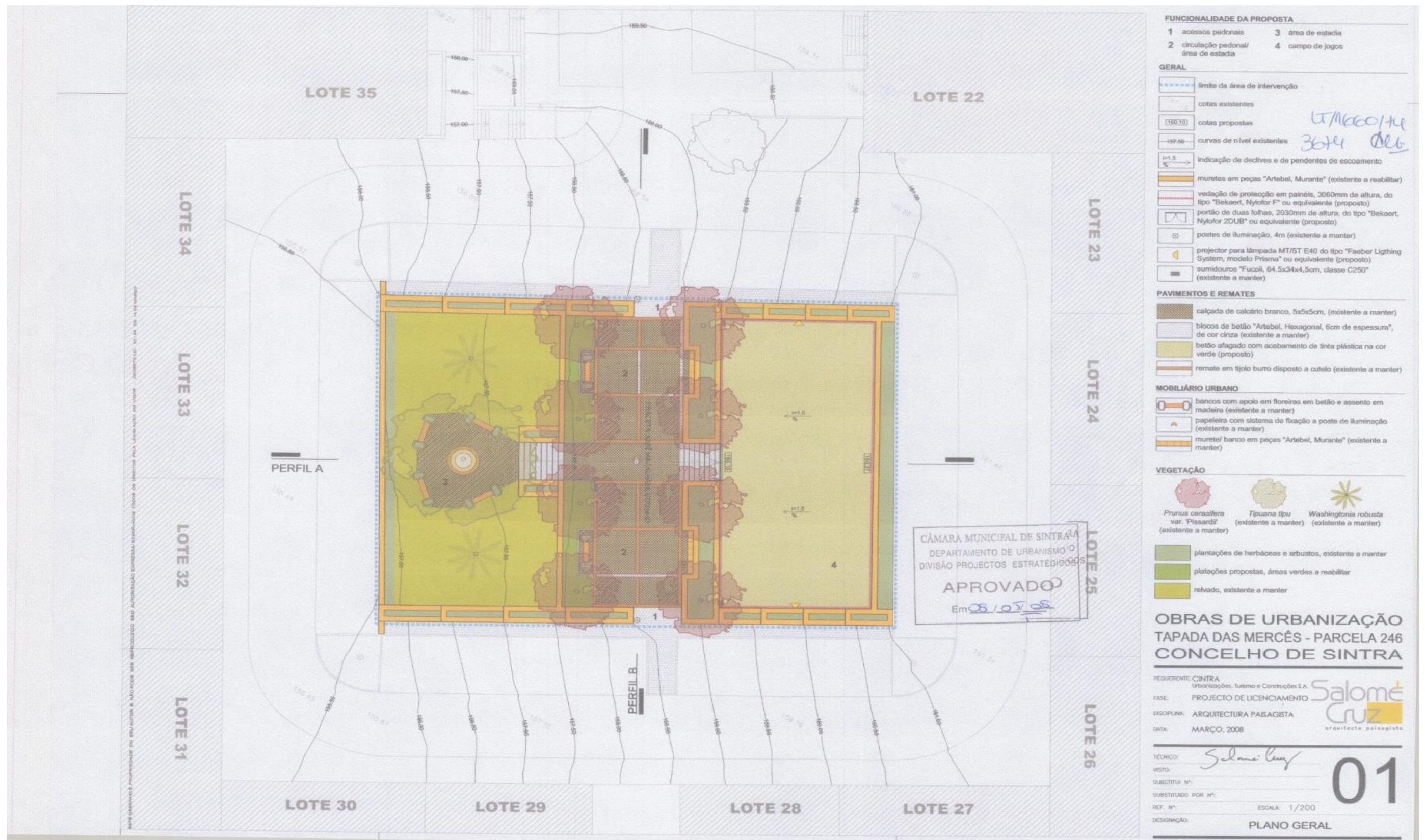
Fonte: DU/CMS

Anexo I: Planta de Loteamento de 2009 – Última atualização



Fonte: DU/CMS

Anexo J: Projeto de requalificação do campo de futebol



Fonte: DU/CMS

APÊNDICES

Apêndice A: Cálculo da amostra aleatória simples

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

$$n = \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{\frac{0,05^2}{(1,96)^2} + \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{22000}}$$

$$n = 378$$

Apêndice B: Pedido de autorização para recolha de dados criminais



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica
de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		403/SECDE/2014	2014-11-18
		Processo:	
		Classificador: 080.10.02	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano – Estágio – compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Catarina Carvalho irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas subordinado ao tema “A segurança urbana e o desenho do espaço público: Contributos para a prevenção do crime e de incivildades”, do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Elisabete Moura Ferreira.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para o acesso a dados registados na Subsecção de Informações da Divisão Policial de Sintra e na Divisão de Investigação Criminal, do COMETLIS, sobre crimes de roubo, ocorridos na área da 69.ª Esquadra, Algueirão/Mem Martins, da Divisão Policial de Sintra, entre os anos de 2012 e 2014.

4. A necessidade da consulta prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.ª Ex.ª que a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Carvalho se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

Apêndice C: Criminalidade registada na área de estudo (DIP/PSP)

Tabela 1: Evolução do total de crime contra a propriedade – Roubo

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE					
	2012	2013	Var	2014	Var
Total de roubos (Todas as tipologias)	219	222	3	231	9
Tipos de Roubo					
Roubo por esticção	91	83	-8	89	6
Roubo a pessoas na via pública (exceto esticção)	105	94	-9	104	10
Total	196	177	-36	209	16

Fonte: DIP/PSP.

Tabela 2: As 5 ruas com mais ocorrências de roubos por esticção e roubos na via pública (exceto esticção).

Rua	Total 2012-2014
Avenida Miguel Torga	51
Rua Almada Negreiros	16
Rua Francisco Salgado Zenha	14
Rua dos Bombeiros Voluntários	13
Rua Aristides de Sousa Mendes	10

Fonte: DIP/PSP.

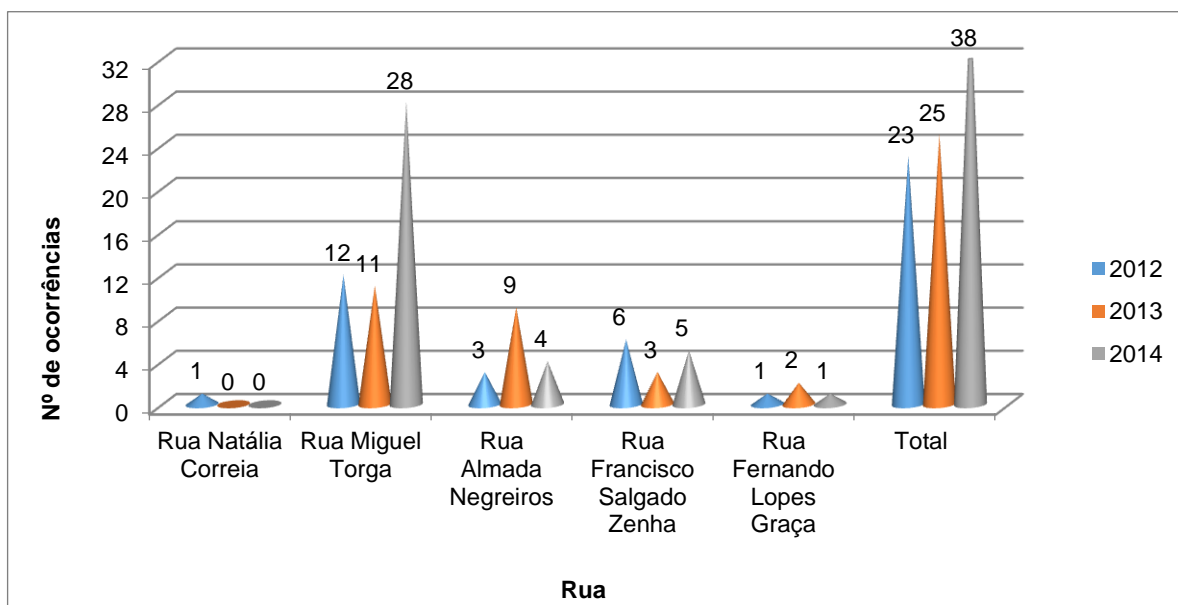


Gráfico 1: Distribuição de roubos por rua (2012-2014).

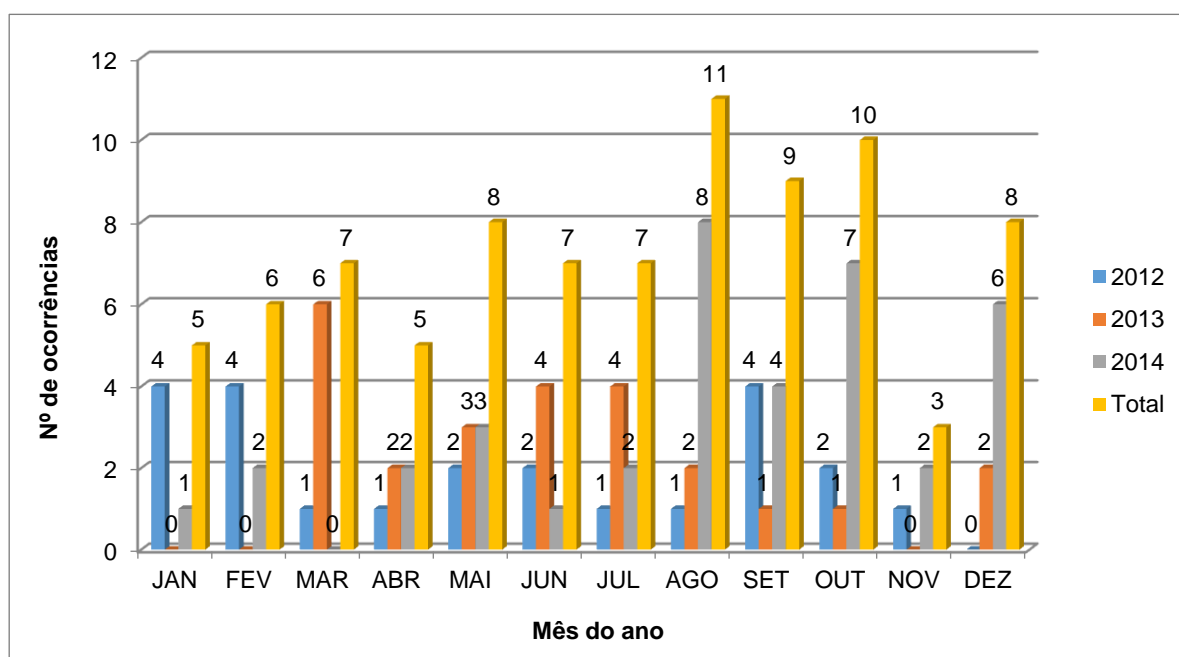


Gráfico 2: Distribuição de roubos por mês (2012 - 2014).

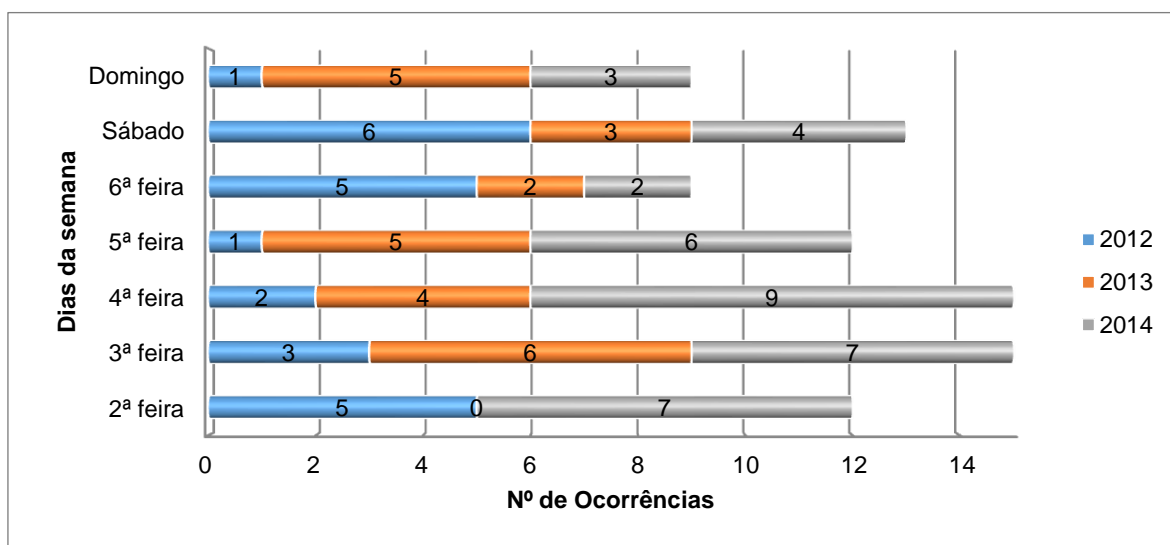


Gráfico 3: Distribuição de roubos por dias da semana (2012 - 2014).

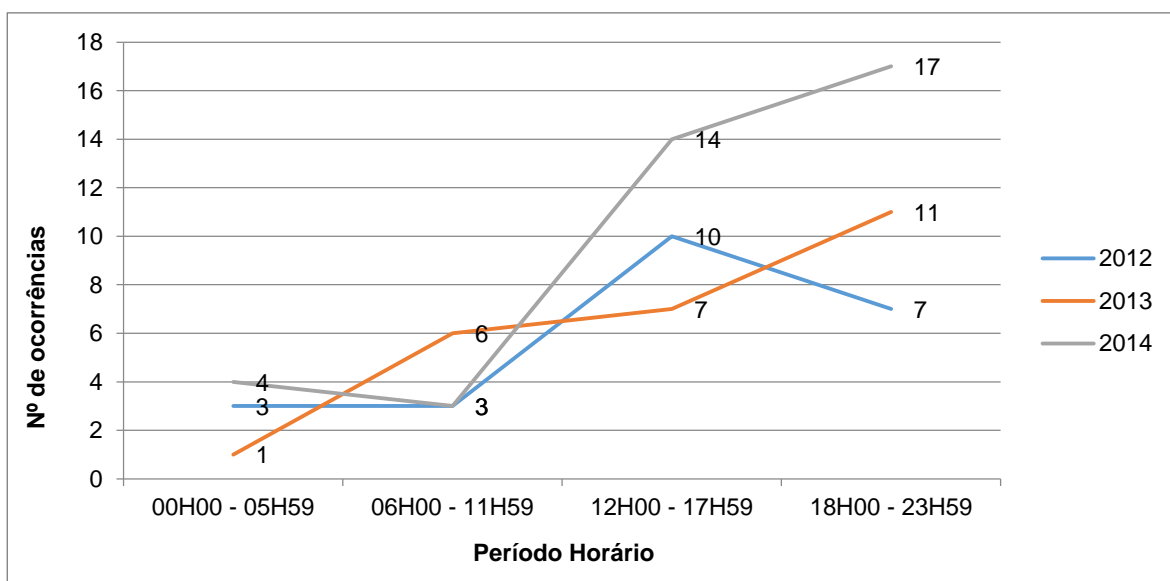


Gráfico 4: Distribuição de roubos por período horário (2012 - 2014).

Apêndice D: Criminalidade registada na área de estudo por rua (DIP/PSP)

Tabela 3: Ocorrências de roubo na Avenida Miguel Torga.

2012	2013	2014	Total
12	11	28	51

Distribuição por mês do ano

	2012	2013	2014	Total
JAN	2		1	3
FEV	3		2	5
MAR		3		3
ABR			2	2
MAI		2	3	5
JUN	2	1	1	4
JUL		2		2
AGO		2	4	6
SET	3	1	2	6
OUT	1		6	7
NOV	1		1	2
DEZ			6	6
Total	12	11	28	51

Distribuição por dia da semana

	2012	2013	2014	Total
2ª feira	1	0	5	6
3ª feira	2	2	4	8
4ª feira	0	3	8	11
5ª feira	1	3	4	8
6ª feira	3	1	2	6
Sábado	5	1	3	9
Domingo	0	1	2	3
Total	12	11	28	51

Distribuição por período horário

	2012	2013	2014	Total
00H00 - 05H59	2	0	4	6
06H00 - 11H59	3	2	2	7
12H00 - 17H59	5	4	8	17
18H00 - 23H59	2	5	14	21
Total	12	11	28	51

Tabela 4: Ocorrências de roubo na Rua Natália Correia.

2012	2013	2014	Total
1	0	0	1

Distribuição por mês do ano

	2012	2013	2014	Total
JAN	1			1
FEV				0
MAR				0
ABR				0
MAI				0
JUN				0
JUL				0
AGO				0
SET				0
OUT				0
NOV				0
DEZ				0
Total	1	0	0	1

Distribuição por da da semana

	2012	2013	2014	Total
2ª feira				0
3ª feira				0
4ª feira				0
5ª feira				0
6ª feira				0
Sábado	1			1
Domingo				0
Total	1	0	0	1

Distribuição por período horário

	2012	2013	2014	Total
00H00 - 05H59				0
06H00 - 11H59				0
12H00 - 17H59				0
18H00 - 23H59	1			1
Total	1	0	0	1

Tabela 5: Ocorrências de roubo na Rua Almada Negreiros.

2012	2013	2014	Total
3	9	4	16

Distribuição por mês do ano

	2012	2013	2014	Total
JAN				0
FEV				0
MAR		2		2
ABR		2		2
MAI		1		1
JUN	1	1		2
JUL	1	2		3
AGO			1	1
SET			1	1
OUT	1		1	2
NOV			1	1
DEZ		1		1
Total	3	9	4	16

Distribuição por dia da semana

	2012	2013	2014	Total
2ª feira	1		1	2
3ª feira		3	2	5
4ª feira	1		1	2
5ª feira		1		1
6ª feira	1			1
Sábado		2		2
Domingo		3		3
Total	3	9	4	16

Distribuição por período horário

	2012	2013	2014	Total
00H00 - 05H59		1		1
06H00 - 11H59		2	1	3
12H00 - 17H59	1	2	2	5
18H00 - 23H59	2	4	1	7
Total	3	9	4	16

Tabela 6: Ocorrências de roubo na Rua Fernando Lopes Graça.

2012	2013	2014	Total
1	2	1	4

Distribuição por mês do ano

	2012	2013	2014	Total
JAN				0
FEV	1			1
MAR				0
ABR				0
MAI				0
JUN		2		2
JUL				0
AGO			1	1
SET				0
OUT				0
NOV				0
DEZ				0
Total	1	2	1	4

Distribuição por dia da semana

	2012	2013	2014	Total
2ª feira				0
3ª feira			1	1
4ª feira		1		1
5ª feira				0
6ª feira	1			1
Sábado				0
Domingo		1		1
Total	1	2	1	4

Distribuição por período horário

	2012	2013	2014	Total
00H00 - 05H59				0
06H00 - 11H59		1		1
12H00 - 17H59		1	1	2
18H00 - 23H59	1			1
Total	1	2	1	4

Tabela 7: Ocorrências de roubos na Rua Francisco Salgado Zenha.

2012	2013	2014	Total
6	3	5	14

Distribuição por mês do ano

	2012	2013	2014	Total
JAN	1			1
FEV				0
MAR	1	1		2
ABR	1			1
MAI	2			2
JUN				0
JUL			2	2
AGO			2	2
SET	1		1	2
OUT		1		1
NOV				0
DEZ		1		1
Total	6	3	5	14

Distribuição por dia da semana

	2012	2013	2014	Total
2ª feira	3		1	4
3ª feira	1	1		2
4ª feira	1			1
5ª feira		1	2	3
6ª feira		1		1
Sábado			1	1
Domingo	1		1	2
Total	6	3	5	14

Distribuição por período horário

	2012	2013	2014	Total
00H00 - 05H59	1			1
06H00 - 11H59		1		1
12H00 - 17H59	4		2	6
18H00 - 23H59	1	2	3	6
Total	6	3	5	14

Apêndice E: Inquérito por questionário



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Questionário sobre a perceção de segurança da rua

Este questionário tem objetivos académicos e destina-se a recolher informação que permita a realização de um estudo no âmbito da Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais.

Com este estudo pretendemos aferir aquilo que as pessoas percecionam do espaço físico público, nomeadamente a sensação de segurança ou medo que a rua lhes transmite, de modo a que possamos propor uma intervenção sobre a mesma, alertando para a necessidade de utilização de princípios e de boas práticas para a construção de espaços.

É fundamental que as suas respostas sejam sinceras para a validade do presente estudo. Garantimos o anonimato das suas respostas e as mesmas serão tratadas de forma agregada, não permitindo a sua identificação individual.

Todas as questões devem ser respondidas.

Agradecemos a sua colaboração!

Enquadramento

A. Rua em que se encontra:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1) Avenida Miguel Torga | <input type="checkbox"/> | 4) Rua Fernando Lopes Graça | <input type="checkbox"/> |
| 2) Rua Natália Correia | <input type="checkbox"/> | 5) Rua Francisco Salgado Zenha | <input type="checkbox"/> |
| 3) Rua Almada Negreiros | <input type="checkbox"/> | | |

B. A sua condição nesta rua:

- | | | | |
|----------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1) Morador | <input type="checkbox"/> | 3) Visitante/Transeunte | <input type="checkbox"/> |
| 2) Comerciante | <input type="checkbox"/> | | |

Parte 1 – Dados Sociodemográficos

1) Sexo

- | | | | |
|----------------|--------------------------|---------------|--------------------------|
| 1.1) Masculino | <input type="checkbox"/> | 1.2) Feminino | <input type="checkbox"/> |
|----------------|--------------------------|---------------|--------------------------|

2) Idade

- | | | | |
|--------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| 2.1) < 15 | <input type="checkbox"/> | 2.4) 47 a 57 | <input type="checkbox"/> |
| 2.2) 15 a 25 | <input type="checkbox"/> | 2.5) > 57 | <input type="checkbox"/> |
| 2.3) 26 a 46 | <input type="checkbox"/> | | |

3) Estado Civil

- | | | | |
|-----------------|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| 3.1) Solteiro | <input type="checkbox"/> | 3.4) Viúvo | <input type="checkbox"/> |
| 3.2) Casado | <input type="checkbox"/> | 3.5) União de facto | <input type="checkbox"/> |
| 3.3) Divorciado | <input type="checkbox"/> | | |

4) Habilitações literárias

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| 4.1) Não sabe ler | <input type="checkbox"/> | 4.5) 3º Ciclo (9º ano) | <input type="checkbox"/> |
| 4.2) Sabe ler e escrever | <input type="checkbox"/> | 4.6) Ensino Secundário (12º ano) | <input type="checkbox"/> |
| 4.3) 1º Ciclo (4º ano) | <input type="checkbox"/> | 4.7) Curso Profissional | <input type="checkbox"/> |
| 4.4) 2º Ciclo (6º ano) | <input type="checkbox"/> | 4.8) Curso Superior | <input type="checkbox"/> |

5) Acha que esta rua é segura? Sim Não

6) Já foi vítima de algum crime nesta rua? Sim Não

6.1) Não mas já viu Não mas conhece quem tenha sido

6.2) Se sim, denunciou esses crimes à polícia? Sim Não

6.3) Sente receio de voltar a ser vítima de um crime nesta rua? Sim Não

7) Se não foi vítima de crime nesta rua, tem medo de o vir a ser? Sim Não

8) Na sua opinião há algum local ou espaço nesta rua que lhe transmita medo a ponto de o evitar? Sim Não

8.1) Se sim, qual? _____

9) Indique o que mais o incomoda nesta rua. (Escolha uma ou mais opções assinalando com uma cruz)

9.1) Abandono dos edifícios

9.6) Criminalidade

9.2) Degradação dos edifícios

9.7) Consumo/tráfico de drogas

9.3) Degradação dos pavimentos

9.8) Falta de iluminação na rua

9.4) Vandalismo (grafitis)

9.9) Falta de manutenção da rua

9.5) Lixo

9.10) Outra: _____

10) Na sua opinião, qual o período horário em que esta rua é mais frequentada?

10.1) 00H00 – 05H59

10.3) 12H00 – 17H59

10.2) 06H00 – 11H59

10.4) 18H00 – 23H59

11) Sabe da existência de zonas de lazer/tempos livres nesta rua? Sim Não

11.1) Se sim, quais:

11.1.1) Largos/Praças

11.1.3) Áreas de desporto

11.1.2) Jardins

11.1.4) Outra: _____

11.2) Esses espaços têm utilidade para os utilizadores? Sim Não

11.2.1) Se não, porquê?

11.2.1.1) Não são pensados para a população que habita nesta rua

11.2.1.2) Não são corretamente utilizados

11.2.1.3) Não são utilizados pela população alvo ao qual se destinam

12) O que acha que se deveria mudar nesta rua? _____

Obrigada pelo seu contributo!

Apêndice F: Tabelas de resultados estatísticos globais

Tabela 8: Ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Av. Miguel Torga	76	20
Rua Natália Correia	76	20
Rua Almada Negreiros	76	20
Rua Fernando Lopes Graça	76	20
Rua Francisco Salgado Zenha	76	20
Total	380	100

Tabela 9: Condição face às ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	179	47,1
Comerciante	34	8,9
Visitante/Transeunte	167	43,9
Total	380	100

Tabela 10: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	167	43,9
Feminino	213	56,1
Total	380	100

Tabela 11: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
<15	38	10
15 a 25	74	19,5
26 a 46	144	37,9
47 a 57	69	18,2
> 57	55	14,5
Total	380	100

Tabela 12: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	173	45,5
Casado	140	36,8
Divorciado	37	9,7
Viúvo	13	3,4
União de facto	17	4,5
Total	380	100

Tabela 13: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
Não sabe ler	5	1,3
Sabe ler e escrever	1	0,3
1º Ciclo (4º ano)	53	13,9
2º Ciclo (6º ano)	70	18,4
3º Ciclo (9º ano)	116	30,5
Ensino Secundário (12º ano)	96	25,3
Curso Profissional	6	1,6
Curso Superior	33	8,7
Total	380	100

Tabela 14: Segurança das ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	192	50,5
Sim	188	49,5
Total	380	100

Tabela 15: Vítimas de crime nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	321	84,5
Sim	59	15,5
Total	380	100

Tabela 16: Não foi vítima de crime mas já assistiu/conhece quem tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	56	100
Sistema	324	
Total	380	

Tabela 17: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Não	20	33,9
Sim	39	66,1
Total	59	100
Sistema	321	
Total	380	

Tabela 19: Não foi vítima de crime nas ruas mas tem medo de vir a ser.

	Frequência	Percentagem válida
Não	164	51,1
Sim	157	48,9
Total	321	100
Sistema	59	
Total	380	

Tabela 18: Receio de voltar a ser vítima de crime nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	6	10,2
Sim	53	89,8
Total	59	100
Sistema	321	
Total	380	

Tabela 20: Existência de locais de evitação nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	178	46,8
Sim	202	53,2
Total	380	100

Tabela 21: Locais de evitação nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Rua à noite	12	5,9
Campo aberto após galerias	1	0,5
Campo de futebol	5	2,5
Escadarias	36	17,7
Escadarias entre prédios	25	12,3
Escadarias junto ao café	16	7,9
Junto ao Shopping Sol	7	3,4
Galerias	27	13,3
Estação à noite	3	1,5
Pátio junto ao café	15	7,4
Pinhal junto à escola	3	1,5
Traseiras da Estação	9	4,4
Traseiras dos prédios	44	21,7
Total	203	100
Sistema	177	
Total	380	

Tabela 22: Fatores das ruas que mais incomodam.

	Frequência	Percentagem válida
Abandono	53	4,20
Degradação	125	9,90
Pavimentos	135	10,70
Vandalismo	186	14,80
Lixo	178	14,10
Criminalidade	157	12,50
Drogas	123	9,80
Iluminação	147	11,70
Manutenção	155	12,30
Outra	0	0
Total	1259	100,00

Tabela 23: Horário mais frequentado das ruas.

	Frequência	Percentagem válida
00H00 - 05H59	1	0,3
06H00 - 11H59	88	23,2
12H00 - 17H59	110	28,9
18H00 - 23H59	181	47,6
Total	380	100

Tabela 24: Existência de zonas de lazer/convívio nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	346	91,1
Sim	34	8,9
Total	380	100

Tabela 25: Tipo de zonas de lazer/convívio existentes nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Jardins	2	5,9
Áreas de Desporto	29	85,3
Outras	3	8,8
Total	34	100
Sistema	346	
Total	380	

Tabela 26: Outras zonas de lazer/convívio existentes nas ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Jardim mal mantido	1	,3
Zona de convívio entre prédios	2	,5
Ausente	377	99,2
Total	380	100,0

Tabela 27: Utilidade das zonas de lazer/convívios das ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não	23	67,6
Sim	11	32,4
Total	34	100,0
Sistema	346	
Total	380	

Tabela 28: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívios das ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Não pensados para a população que habita	1	4,3
Não são corretamente utilizados	15	65,2
Não são utilizados pela população alvo	7	30,4
Total	23	100,0
Sistema	357	
Total	380	

Tabela 29: Sugestões de mudança para as ruas.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	33	8,7
Criar espaços para idosos	5	1,3
Criar espaços verdes	23	6,1
Criar espaços de lazer/convívio	40	10,5
Criar espaços para desporto	4	1,1
Implementar serviços	11	2,9
Manutenção da via pública	18	4,7
Limpeza das ruas	44	11,6
Limpeza das galerias	3	0,8
Limpeza dos <i>graffitis</i>	13	3,4
Manutenção da vegetação	23	6,1
Aumento da iluminação	36	9,5
Colocar bancos e bebedouros nos passeios	7	1,8
Colocar caixotes do lixo pelas ruas	7	1,8
Delimitação do estacionamento	10	2,6
Aumento do policiamento	58	15,3
Requalificar os edifícios/infraestruturas	24	6,3
Disposição dos ecopontos	14	3,7
Melhor relação de vizinhança	9	1,9
Total	380	100

Tabela 30: Teste do Qui-Quadrado e p-value das correlações entre variáveis.

			Segurança		
			Não Vítima	Sim Vítima	
Condição	Morador	Sexo	Qui-quadrado	,300	,090
			Sig.	,584	,764
	Comerciante	Sexo	Qui-quadrado	,087	-
			Sig.	,769	-
Visitante /Transeunte	Sexo	Qui-quadrado	,025	,053	
		Sig.	,873	,818	

Tabela 31: Correlações entre variáveis.

		Segurança							
		Não Vítima				Sim Vítima			
		Não		Sim		Não		Sim	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Morador	M	29	46%	12	40%	3	53,1%	3	60%
	F	34	54%	18	60%	38	46,9%	2	40%
Comerciante	M	6	32,9%	3	50%	3	21,4%	0	0%
	F	8	57,1%	3	50%	11	78,6%	0	0%
Visitante /Transeunte	M	25	39,7%	6	37,5%	36	41,9%	1	50%
	F	38	60,3%	10	62,5%	50	58,1%	1	50%

Apêndice G: Tabela de resultados estatísticos por rua

Avenida Miguel Torga

Tabela 32: Condição face à Av. Miguel Torga.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	23	30,3
Comerciante	11	14,5
Visitante/Transeunte	42	55,3
Total	76	100

Tabela 33: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	32	42,1
Feminino	44	57,9
Total	76	100

Tabela 34: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
<15	3	3,9
15 a 25	20	26,3
26 a 46	17	22,4
47 a 57	17	22,4
> 57	19	25
Total	76	100

Tabela 35: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	29	38,2
Casado	30	39,5
Divorciado	6	7,9
Viúvo	7	9,2
União de facto	4	5,3
Total	76	100

Tabela 36: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
Não sabe ler	3	3,9
Sabe ler e escrever	1	1,3
1º Ciclo (4º ano)	18	23,7
2º Ciclo (6º ano)	6	7,9
3º Ciclo (9º ano)	27	35,5
Ensino Secundário (12º ano)	18	23,7
Curso Profissional	1	1,3
Curso Superior	2	2,6
Total	76	100

Tabela 37: Segurança da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	39	51,3
Sim	37	48,7
Total	76	100

Tabela 38: Vítimas de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	67	88,2
Sim	9	11,8
Total	76	100

Tabela 39: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	4	100
Sistema	72	
Total	76	

Tabela 40: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Não	2	22,2
Sim	7	77,8
Total	9	100
Sistema	67	
Total	76	

Tabela 41: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	1	11,1
Sim	8	88,9
Total	9	100
Sistema	67	
Total	76	

Tabela 42: Não foi vítima de crime na rua mas tem medo de vir a ser.

	Frequência	Percentagem válida
Não	31	46,3
Sim	36	53,7
Total	67	100
Sistema	9	
Total	76	

Tabela 43: Existência de locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	43	56,6
Sim	33	43,4
Total	76	100

Tabela 44: Locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Rua à noite	3	9,1
Escadarias junto ao café	16	48,5
Estação à noite	3	9,1
Traseiras da Estação	8	24,2
Traseiras dos prédios	3	9,1
Total	33	100
Sistema	43	
Total	76	

Tabela 45: Fatores da rua que mais incomodam.

	Frequência	Percentagem válida
Abandono	8	3,70
Degradação	23	10,70
Pavimentos	14	6,50
Vandalismo	39	18,20
Lixo	24	11,20
Criminalidade	36	16,80
Drogas	26	12,10
Iluminação	19	8,90
Manutenção	25	11,70
Total	214	100,00

Tabela 46: Período horário em que a rua é mais frequentada.

	Frequência	Percentagem válida
00H00 – 05H59	0	0
06H00 - 11H59	14	18,4
12H00 - 17H59	19	25
18H00 - 23H59	43	56,6
Total	76	100

Tabela 47: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	73	96,1
Sim	3	3,9
Total	76	100

Tabela 48: Tipos de zonas de lazer/convívio existentes na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Áreas de Desporto	1	33,3
Outras	2	66,7
Total	3	100
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 49: Outras zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Ausente	74	97,4
Zona de convívio entre prédios	2	2,6
Total	76	100,0

Tabela 50: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	2	66,7
Sim	1	33,3
Total	3	100,0
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 51: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não são corretamente utilizados	2	100,0
Sistema	74	
Total	76	

Tabela 52: Sugestões de mudança para a rua.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	6	7,9
Criar espaços para idosos	2	2,6
Criar espaços verdes	2	2,6
Criar espaços de lazer/convívio	10	13,2
Criar espaços para desporto	3	3,9
Implementar serviços	4	5,3
Manutenção da via pública	2	2,6
Limpeza das ruas	2	2,6
Limpeza dos <i>graffitis</i>	1	1,3
Manutenção da vegetação	3	3,9
Aumento da iluminação	7	9,2
Colocar bancos e bebedouros nos passeios	4	5,3
Delimitação do estacionamento	1	1,3
Aumento do policiamento	19	25
Colocar CCTV	1	1,3
Requalificar o edificado/infraestruturas	8	10,5
Disposição dos ecopontos	1	1,3
Total	76	100

Tabela 53: Testes de Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
Coeficiente de Spearman	Condição x Vítima	-,299	0,009
n			

Tabela 54: Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.

		Vítima		Total	
		Não	Sim		
Condição	Morador	n	18	5	23
		% em condição	78,30%	21,70%	100,00%
		% em vítima	26,90%	55,60%	30,30%
		% do total	23,70%	6,60%	30,30%
	Comerciante	n	8	3	11
		% em condição	72,70%	27,30%	100,00%
		% em vítima	11,90%	33,30%	14,50%
		% do total	10,50%	3,90%	14,50%
	Visitante/ Transeunte	n	41	1	42
% em condição		97,60%	2,40%	100,00%	
% em vítima		61,20%	11,10%	55,30%	
	% do total	53,90%	1,30%	55,30%	
Total	n	67	9	76	
	% em condição	88,20%	11,80%	100,00%	
	% em vítima	100,00%	100,00%	100,00%	
	% do total	88,20%	11,80%	100,00%	

Tabela 55: Testes de Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança*	,283	0,013
	Condição		
n		76	

Tabela 56: Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.

		Condição			Total
		Morador	Comerciante	Visitante/ Transeunte	
Segurança	n	14	10	15	39
	% em Segurança	35,90%	25,60%	38,50%	100,00%
	% em Condição	60,90%	90,90%	35,70%	51,30%
	% do Total	18,40%	13,20%	19,70%	51,30%
	n	9	1	27	37
	% em Segurança	24,30%	2,70%	73,00%	100,00%
	% em Condição	39,10%	9,10%	64,30%	48,70%
Total	% do Total	11,80%	1,30%	35,50%	48,70%
		23	11	42	76
	% em Segurança	30,30%	14,50%	55,30%	100,00%
	% em Condição	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	% do Total	30,30%	14,50%	55,30%	100,00%

Tabela 57: Testes de Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança*	-,357	0,002
	Vítima		
n		76	

Tabela 58: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Vítima		Total	
		Não	Sim		
Segurança	Não	n	30	9	39
		% em Segurança	76,90%	23,10%	100,00%
		% em Vítima	44,80%	100,00%	51,30%
	% do Total	39,50%	11,80%	51,30%	
	Sim	n	37	0	37
		% em Segurança	100,00%	0,00%	100,00%
% em Vítima		55,20%	0,00%	48,70%	
% do Total	48,70%	0,00%	48,70%		
Total	n	67	9	76	
	% em Segurança	88,20%	11,80%	100,00%	
	% em Vítima	100,00%	100,00%	100,00%	
	% do Total	88,20%	11,80%	100,00%	

Rua Natália Correia

Tabela 59: Condição face à rua Natália Correia.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	33	43,4
Comerciante	8	10,5
Visitante/Transeunte	35	46,1
Total	76	100

Tabela 60: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	29	38,2
Feminino	47	61,8
Total	76	100

Tabela 61: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
<15	6	7,9
15 a 25	15	19,7
26 a 46	34	44,7
47 a 57	13	17,1
> 57	8	10,5
Total	76	100

Tabela 62: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	38	50
Casado	26	34,2
Divorciado	9	11,8
Viúvo	2	2,6
União de facto	1	1,3
Total	76	100

Tabela 63: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
Não sabe ler	1	1,3
1º Ciclo (4º ano)	10	13,2
2º Ciclo (6º ano)	17	22,4
3º Ciclo (9º ano)	18	23,7
Ensino Secundário (12º ano)	20	26,3
Curso Profissional	1	1,3
Curso Superior	9	11,8
Total	76	100

Tabela 64: Segurança da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	45	59,2
Sim	31	40,8
Total	76	100

Tabela 65: Vítimas de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	62	81,6
Sim	14	18,4
Total	76	100

Tabela 66: Não foi vítima de crime na rua mas assistiu/conhece quem tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	5	100
Sistema	71	
Total	76	

Tabela 67: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Não	7	50
Sim	7	50
Total	14	100
Sistema	62	
Total	76	

Tabela 68: Receito de voltar a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	14	100
Sistema	62	
Total	76	

Tabela 69: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	28	45,2
Sim	34	54,8
Total	62	100
Sistema	14	
Total	76	

Tabela 70: Existência de locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	37	48,7
Sim	39	51,3
Total	76	100

Tabela 71: Locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Rua à noite	5	12,8
Campo aberto após galerias	1	2,6
Campo de futebol	5	12,8
Galerias	27	69,2
Traseiras dos prédios	1	2,6
Total	39	100
Sistema	37	
Total	76	

Tabela 72: Fatores da rua que mais incomodam.

	Frequências	Percentagem válida
Abandono	9	3,60
Degradação	20	8,10
Pavimentos	24	9,70
Vandalismo	45	18,20
Lixo	32	13,00
Criminalidade	33	13,40
Drogas	30	12,10
Iluminação	28	11,30
Manutenção	26	10,50
Total	247	100,00

Tabela 73: Período horário em que a rua é mais frequentada.

	Frequência	Percentagem válida
06H00 - 11H59	20	26,3
12H00 - 17H59	18	23,7
18H00 - 23H59	38	50
00H00 - 05H59	0	0
Total	76	100

Tabela 74: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	51	67,1
Sim	25	32,9
Total	76	100

Tabela 75: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Áreas de Desporto	25	100
Sistema	51	
Total	76	

Tabela 76: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	18	72
Sim	7	28
Total	25	100
Sistema	51	
Total	76	

Tabela 77: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não pensados para a população que habita	1	5,6
Não são corretamente utilizados	11	61,1
Não são utilizados pela população alvo	6	33,3
Total	18	100
Sistema	58	
Total	76	

Tabela 78: Sugestões de mudança para a rua.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	5	6,6
Criar espaços para idosos	2	2,6
Criar espaços verdes	3	3,9
Criar espaços de lazer/convívio	4	5,3
Implementar serviços	3	3,9
Manutenção da via pública	4	5,3
Limpeza das ruas	12	15,8
Limpeza das galerias	2	2,6
Limpeza dos <i>graffitis</i>	5	6,6
Manutenção da vegetação	1	1,3
Aumento da iluminação	6	7,9
Colocar caixotes do lixo pelas ruas	2	2,6
Aumento do policiamento	13	17,1
Requalificar o edificado/infraestruturas	10	13,2
Melhor relação de vizinhança	4	5,3
Total	76	100

Tabela 79: Testes de Correlação entre a segurança da rua e a condição face à rua.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança Condição	-,306	0,007
n		76	

Tabela 80: Correlação entre segurança da rua e condição face à rua.

			Condição			Total
			Morador	Comerciante	Visitante/ Transeunte	
n			14	5	26	45
Segurança	Não	% em Segurança	31,10%	11,10%	57,80%	100,00%
		% em Condição	42,40%	62,50%	74,30%	59,20%
		% do Total	18,40%	6,60%	34,20%	59,20%
n			19	3	9	31
Segurança	Sim	% em Segurança	61,30%	9,70%	29,00%	100,00%
		% em Condição	57,60%	37,50%	25,70%	40,80%
		% do Total	25,00%	3,90%	11,80%	40,80%
n			33	8	35	76
Total	% em Segurança		43,40%	10,50%	46,10%	100,00%
	% em Condição		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	% do Total		43,40%	10,50%	46,10%	100,00%

Tabela 81: Testes de Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança*	-,256	0,025
	Vítima		
n		76	

Tabela 82: Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.

		Vítima		Total	
		Não	Sim		
Segurança	Não	n	33	12	45
		% em Segurança	73,30%	26,70%	100,00%
		% em Vítima	53,20%	85,70%	59,20%
	% do Total		43,40%	15,80%	59,20%
	Sim	n	29	2	31
		% em Segurança	93,50%	6,50%	100,00%
% em Vítima		46,80%	14,30%	40,80%	
% do Total		38,20%	2,60%	40,80%	
Total	n	62	14	76	
	% em Segurança	81,60%	18,40%	100,00%	
	% em Vítima	100,00%	100,00%	100,00%	
	% do Total		81,60%	18,40%	100,00%

Rua Almada Negreiros

Tabela 83: Condição face à rua Almada Negreiros.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	30	39,5
Comerciante	6	7,9
Visitante/Transeunte	40	52,6
Total	76	100

Tabela 84: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	27	35,5
Feminino	49	64,5
Total	76	100

Tabela 85: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
< 15	6	7,9
15 a 25	15	19,7
26 a 46	33	43,4
47 a 57	14	18,4
> 57	8	10,5
Total	76	100

Tabela 86: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	36	47,4
Casado	25	32,9
Divorciado	10	13,2
União de facto	5	6,6
Total	76	100

Tabela 87: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
Não sabe ler	1	1,3
1º Ciclo (4º ano)	10	13,2
2º Ciclo (6º ano)	15	19,7
3º Ciclo (9º ano)	23	30,3
Ensino Secundário (12º ano)	18	23,7
Curso Profissional	1	1,3
Curso Superior	8	10,5
Total	76	100

Tabela 88: Segurança da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	44	57,9
Sim	32	42,1
Total	76	100

Tabela 89: Vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	59	77,6
Sim	17	22,4
Total	76	100

Tabela 90: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	8	100
Sistema	68	
Total	76	

Tabela 91: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Não	4	23,5
Sim	13	76,5
Total	17	100
Sistema	59	
Total	76	

Tabela 92: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	1	5,9
Sim	16	94,1
Total	17	100
Sistema	59	
Total	76	

Tabela 93: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	28	47,5
Sim	31	52,5
Total	59	100
Sistema	17	
Total	76	

Tabela 94: Existência de locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	27	35,5
Sim	49	64,5
Total	76	100

Tabela 95: Locais de evitação da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Rua à noite	4	8
Escadarias	35	70
Junto ao Shopping Sol	6	12
Traseiras dos prédios	5	10
Total	50	100
Sistema	26	
Total	76	

Tabela 96: Fatores da rua que mais incomodam.

	Frequências	Percentagem válida
Abandono	16	2,1
Degradação	31	6,8
Pavimentos	33	13,1
Vandalismo	36	12,7
Lixo	50	9,7
Criminalidade	32	14,4
Drogas	26	11,0
Iluminação	26	16,5
Manutenção	45	13,6
Total	295	100,0

Tabela 97: Período horário em que a rua é mais frequentada.

	Frequência	Percentagem válida
00H00 – 05H59	0	0
06H00 - 11H59	18	23,7
12H00 - 17H59	17	22,4
18H00 - 23H59	41	53,9
Total	76	100

Tabela 98: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	73	96,1
Sim	3	3,9
Total	76	100

Tabela 99: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Áreas de Desporto	2	66,7
Outras	1	33,3
Total	3	100
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 100: Utilidades das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	1	33,3
Sim	2	66,7
Total	3	100,0
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 101: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não são corretamente utilizados	1	100,0
Sistema	75	
Total	76	

Tabela 102: Sugestões de mudança para a rua.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	10	13,2
Criar espaços para idosos	1	1,3
Criar espaços verdes	9	11,8
Criar espaços de lazer/convívio	6	7,9
Criar espaços para animais	1	1,3
Implementar serviços	1	1,3
Manutenção da via pública	5	6,6
Limpeza das ruas	4	5,3
Limpeza das galerias	1	1,3
Manutenção da vegetação	10	13,2
Aumento da iluminação	8	10,5
Controlo do consumo de drogas	1	1,3
Colocar bancos e bebedouros nos passeios	3	3,9
Colocar caixotes do lixo pelas ruas	2	2,6
Delimitação do estacionamento	2	2,6
Aumento do policiamento	2	2,6
Requalificar o edificado/infraestruturas	1	1,3
Disposição dos ecopontos	8	10,5
Melhorar a relação de vizinhança	1	1,3
Total	76	100

Tabela 103: Testes de Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Condição Vítima	-,272	0,018
n		76	

Tabela 104: Correlação entre condição face à rua e vítima de crime.

		Vítima		Total
		Não	Sim	
	n	19	11	30
Morador	% em Condição	63,3%	36,7%	100,0%
	% em Vítima	32,2%	64,7%	39,5%
	% do Total	25,0%	14,5%	39,5%
Comerciante	n	5	1	6
	% em Condição	83,3%	16,7%	100,0%
	% em Vítima	8,5%	5,9%	7,9%
Visitante/Transeunte	% do Total	6,6%	1,3%	7,9%
	n	35	5	40
	% em Condição	87,5%	12,5%	100,0%
Total	% em Vítima	59,3%	29,4%	52,6%
	% do Total	46,1%	6,6%	52,6%
	n	59	17	76
Total	% em Condição	77,6%	22,4%	100,0%
	% em Vítima	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	77,6%	22,4%	100,0%

Tabela 105: Testes de correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
Coeficiente de Spearman	Segurança* Vítima	-,330	0,004
n		76	

Tabela 106: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Vítima		Total	
		Não	Sim		
Segurança	Não	n	29	15	44
		% em Segurança	65,9%	34,1%	100,0%
		% em Vítima	49,2%	88,2%	57,9%
	% do Total	38,2%	19,7%	57,9%	
	Sim	n	30	2	32
		% em Segurança	93,8%	6,3%	100,0%
% em Vítima		50,8%	11,8%	42,1%	
% do Total	39,5%	2,6%	42,1%		
Total	n	59	17	76	
	% em Segurança	77,6%	22,4%	100,0%	
	% em Vítima	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	77,6%	22,4%	100,0%	

Rua Fernando Lopes Graça

Tabela 107: Condição face à rua Fernando Lopes Graça.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	52	68,4
Comerciante	5	6,6
Visitante/Transeunte	19	25
Total	76	100

Tabela 108: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	42	55,3
Feminino	34	44,7
Total	76	100

Tabela 109: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
< 15	8	10,5
15 a 25	11	14,5
26 a 46	36	47,4
47 a 57	15	19,7
> 57	6	7,9
Total	76	100

Tabela 110: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	34	44,7
Casado	32	42,1
Divorciado	7	9,2
Viúvo	2	2,6
União de facto	1	1,3
Total	76	100

Tabela 111: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
1º Ciclo (4º ano)	4	5,3
2º Ciclo (6º ano)	13	17,1
3º Ciclo (9º ano)	29	38,2
Ensino Secundário (12º ano)	22	28,9
Curso Superior	8	10,5
Total	76	100

Tabela 112: Segurança da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	38	50
Sim	38	50
Total	76	100

Tabela 113: Vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	66	86,8
Sim	10	13,2
Total	76	100

Tabela 114: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece alguém que tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	12	100
Sistema	64	
Total	76	

Tabela 115: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Não	5	50
Sim	5	50
Total	10	100
Sistema	66	
Total	76	

Tabela 116: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	2	22,2
Sim	7	77,8
Total	9	100
Sistema	67	
Total	76	

Tabela 117: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	37	56,1
Sim	29	43,9
Total	66	100
Sistema	10	
Total	76	

Tabela 118: Existência de locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	36	47,4
Sim	40	52,6
Total	76	100

Tabela 119: Locais de evitação da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Escadarias entre prédios	6	15
Pátio junto ao café	18	45
Traseiras dos prédios	16	40
Total	40	100
Sistema	36	
Total	76	

Tabela 120: Fatores da rua que mais incomodam.

	Frequências	Percentagem válida
Abandono	16	5,4
Degradação	31	10,5
Pavimentos	33	11,2
Vandalismo	36	12,2
Lixo	50	19,6
Criminalidade	32	10,8
Drogas	26	8,8
Iluminação	26	8,8
Manutenção	45	15,3
Total	295	100,0

Tabela 121: Período horário em que a rua é mais frequentada.

	Frequência	Percentagem válida
00H00 - 05H59	1	1,3
06H00 - 11H59	14	18,4
12H00 - 17H59	24	31,6
18H00 - 23H59	37	48,7
Total	76	100

Tabela 122: Existência de zonas de lazer/convívio na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	73	96,1
Sim	3	3,9
Total	76	100

Tabela 123: Tipos de zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Jardins	2	66,7
Áreas de Desporto	1	33,3
Total	3	100
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 124: Utilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	2	66,7
Sim	1	33,3
Total	3	100,0
Sistema	73	
Total	76	

Tabela 125: Fatores de inutilidade das zonas de lazer/convívio da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não são corretamente utilizados	1	50,0
Não são utilizados pela população alvo	1	50,0
Total	2	100,0
Sistema	74	
Total	76	

Tabela 126: Sugestões de mudança para a rua.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	7	9,2
Criar espaços verdes	7	9,2
Criar espaços de lazer/convívio	10	13,2
Implementar serviços	3	3,9
Manutenção da via pública	3	3,9
Limpeza das ruas	13	17,1
Limpeza dos <i>graffitis</i>	2	2,6
Manutenção da vegetação	3	3,9
Aumento da iluminação	5	6,6
Delimitação do estacionamento	3	3,9
Aumento do policiamento	15	19,7
Requalificar o edificado/infraestruturas	3	3,9
Disposição dos ecopontos	2	2,6
Total	76	100

Tabela 127: Testes de Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança* Vítima	-,311	0,006
n		76	

Tabela 128: Correlação entre segurança da rua e vítima de crime.

		Vítima		Total	
		Não	Sim		
Segurança	Não	n	29	9	38
		% em Segurança	76,3%	23,7%	100,0%
		% em Vítima	43,9%	90,0%	50,0%
		% do Total	38,2%	11,8%	50,0%
Segurança	Sim	n	37	1	38
		% em Segurança	97,4%	2,6%	100,0%
		% em Vítima	56,1%	10,0%	50,0%
		% do Total	48,7%	1,3%	50,0%
Total		n	66	10	76
		% em Segurança	86,8%	13,2%	100,0%
		% em Vítima	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	86,8%	13,2%	100,0%

Rua Francisco Salgado Zenha

Tabela 129: Condição face à rua Francisco Salgado Zenha.

	Frequência	Percentagem válida
Morador	41	53,9
Comerciante	4	5,3
Visitante/Transeunte	31	40,8
Total	76	100

Tabela 130: Género.

	Frequência	Percentagem válida
Masculino	37	48,7
Feminino	39	51,3
Total	76	100

Tabela 131: Faixa etária.

	Frequência	Percentagem válida
< 15	15	19,7
15 a 25	13	17,1
26 a 46	24	31,6
47 a 57	10	13,2
> 57	14	18,4
Total	76	100

Tabela 132: Estado civil.

	Frequência	Percentagem válida
Solteiro	36	47,4
Casado	27	35,5
Divorciado	5	6,6
Viúvo	2	2,6
União de facto	6	7,9
Total	76	100

Tabela 133: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem válida
1º Ciclo (4º ano)	11	14,5
2º Ciclo (6º ano)	19	25
3º Ciclo (9º ano)	19	25
Ensino Secundário (12º ano)	18	23,7
Curso Profissional	3	3,9
Curso Superior	6	7,9
Total	76	100

Tabela 134: Segurança da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	26	34,2
Sim	50	65,8
Total	76	100

Tabela 135: Vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	67	88,2
Sim	9	11,8
Total	76	100

Tabela 136: Não foi vítima de crime na rua mas já assistiu/conhece quem tenha sido.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	7	100
Sistema	69	
Total	76	

Tabela 137: Denúncia de crime.

	Frequência	Percentagem válida
Sim	7	100
Sistema	69	
Total	76	

Tabela 138: Receio de voltar a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	1	11,1
Sim	8	88,9
Total	9	100
Sistema	67	
Total	76	

Tabela 139: Medo de vir a ser vítima de crime na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	40	59,7
Sim	27	40,3
Total	67	100
Sistema	9	
Total	76	

Tabela 140: Existência de locais de evitação na rua.

	Frequência	Percentagem válida
Não	35	46,1
Sim	41	53,9
Total	76	100

Tabela 141: Locais de evitação da rua.

	Frequência	Percentagem válida
Rua à noite	1	2,4
Escadarias entre prédios	27	65,9
Pinhal junto à escola	3	7,3
Traseiras dos prédios	10	24,4
Total	41	100
Sistema	35	
Total	76	

Tabela 142: Fatores da rua que mais incomodam.

	Frequência	Percentagem válida
Abandono	53	4,2
Degradação	125	9,9
Pavimentos	135	10,7
Vandalismo	186	14,8
Lixo	178	14,1
Criminalidade	157	12,5
Drogas	123	9,8
Iluminação	147	11,7
Manutenção	155	12,3
Total	1259	100,0

Tabela 143: Período horário em que a rua é mais frequentada.

	Frequência	Percentagem válida
06H00 - 11H59	22	28,9
12H00 - 17H59	32	42,1
18H00 - 23H59	22	28,9
00H00 – 05H59	0	0
Total	76	100

Tabela 144: Sugestões de mudança para a rua.

	Frequência	Percentagem válida
Criar espaços para crianças	5	6,6
Criar espaços verdes	2	2,6
Criar espaços de lazer/convívio	10	13,2
Manutenção da via pública	4	5,3
Limpeza das ruas	13	17,1
Limpeza dos <i>graffitis</i>	5	6,6
Manutenção da vegetação	6	7,9
Aumento da iluminação	10	13,2
Colocar caixotes do lixo pelas ruas	3	3,9
Delimitação do estacionamento	4	5,3
Aumento do policiamento	9	11,8
Requalificar o edificado/infraestruturas	2	2,6
Disposição dos ecopontos	3	3,9
Total	76	100

Tabela 145: Testes de Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.

		Teste	sig.
rô de Spearman	Segurança*	-,337	0,003
	Vítima		
n		76	

Tabela 146: Correlação entre a segurança da rua e vítima de crime.

		Vítima		Total
		Não	Sim	
	n	19	7	26
Não	% em Segurança	73,1%	26,9%	100,0%
	% em Vítima	28,4%	77,8%	34,2%
	% do Total	25,0%	9,2%	34,2%
Segurança	n	48	2	50
	% em Segurança	96,0%	4,0%	100,0%
	% em Vítima	71,6%	22,2%	65,8%
	% do Total	63,2%	2,6%	65,8%
Total	n	67	9	76
	% em Segurança	88,2%	11,8%	100,0%
	% em Vítima	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	88,2%	11,8%	100,0%

Apêndice H: Pedido de autorização para aplicação de Checklist aos elementos MIPP



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica
de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		51/SECDE/2015	2015-01-21
		Processo:	
		Classificador: 080.10.02	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano – Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

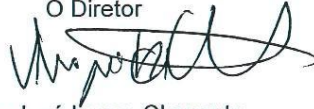
2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Catarina Carvalho irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas subordinado ao tema "A segurança urbana e o desenho do espaço público: Contributos para a prevenção do crime e de incivildades", do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Elisabete Moura Ferreira.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a aplicação de uma grelha de observação, *checklist* compilada pela DGAI e da qual se envia cópia, aos elementos do MIPP pertencentes à 69.ª Esquadra, Algueirão/Mem Martins, da Divisão Policial de Sintra, área operacional em estudo para a presente dissertação.

4. A necessidade da aplicação do questionário prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.^a Ex.^a que a Aspirante a Oficial de Polícia Ana Carvalho se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor



Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

Apêndice I: Folha informativa de aplicação da *Checklist*

Questionário de observação de espaços públicos

Nome do elemento:	Data:
Zona 1 – Tapada das Mercês	Hora:

“Esta *Checklist* fornece informações sistematizadas sobre soluções CPTED, permitindo uma sucinta revisão de um qualquer projeto de desenho urbano. A utilização da mesma serve para avaliar as condições de segurança em espaço público” (DGAI, 2013, p. 33).

Objetivos:

1 - É pretendido que cumpram o percurso indicado no mapa em anexo no sentido ida e volta e que só no final apliquem este questionário;

2 – Devem tentar responder a todas as perguntas;

3 - Aqueles que não conseguirem responder façam a observação do porquê de não responderem;

4 - A todas as perguntas podem fazer observações por escrito. Podem dar sugestões de novas perguntas ou de reformulação de conceitos.

Obrigada pelo vosso contributo!



Fotografia 1: Mapa do trajeto para aplicação da Checklist.

Fonte: googlemaps.pt

Percurso:

- Entrar na rua Almada Negreiros;
- Descer as escadas grandes do lado direito para a rua Prof. Rui Luís Gomes;
- Virar à esquerda continuando na Rua Prof. Rui Luís Gomes;
- Virar à direita para a Rua Natália Correia.
- Inverter o percurso até à Rua Almada Negreiros e aplicar a Checklist.

Apêndice J: Reportagem fotográfica

Avenida Miguel Torga



Fotografia 2: Rotunda frente à estação dos comboios da Mercês.



Fotografia 3: Estação de comboios da Mercês.



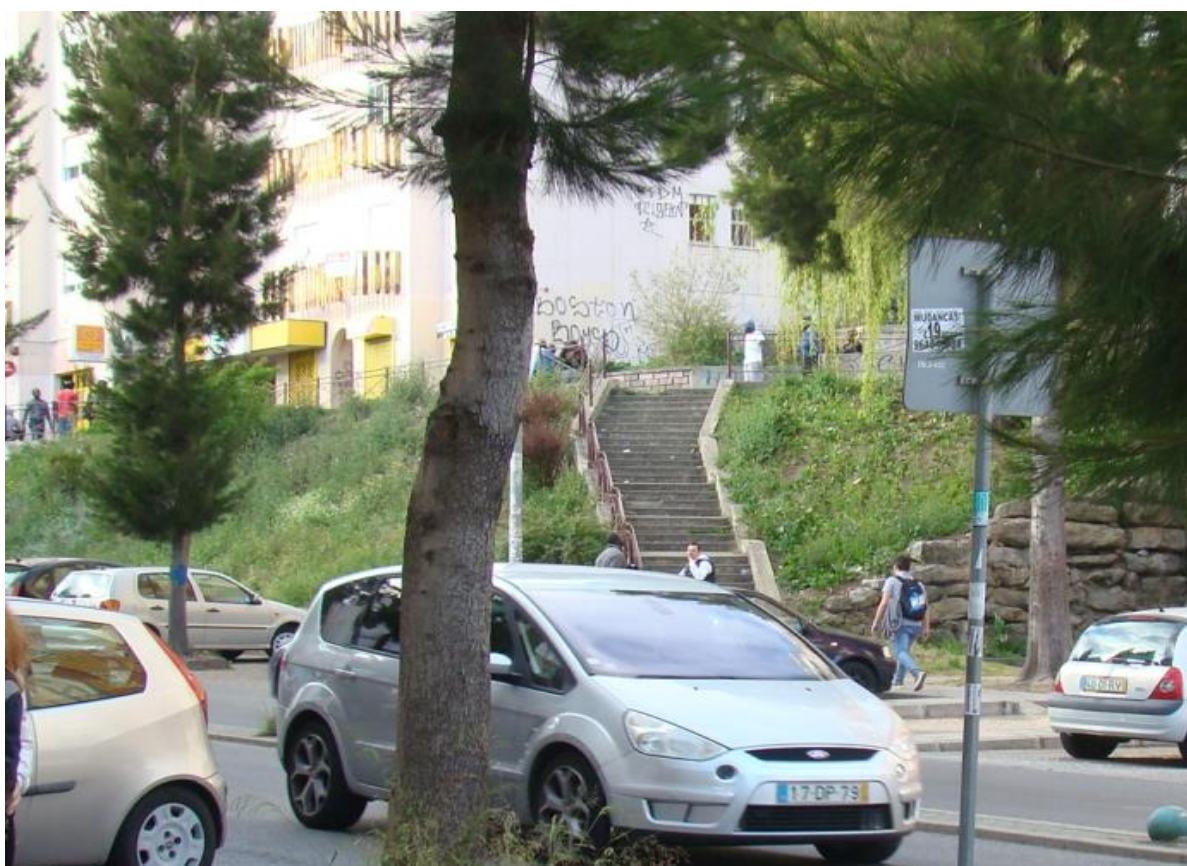
Fotografia 4: Edifício emparedado.



Fotografia 5: Zona de convívio entre prédios.



Fotografia 6: Zona de convívio entre prédios.



Fotografia 7: Escadaria junto ao café.

Rua Natália Correia



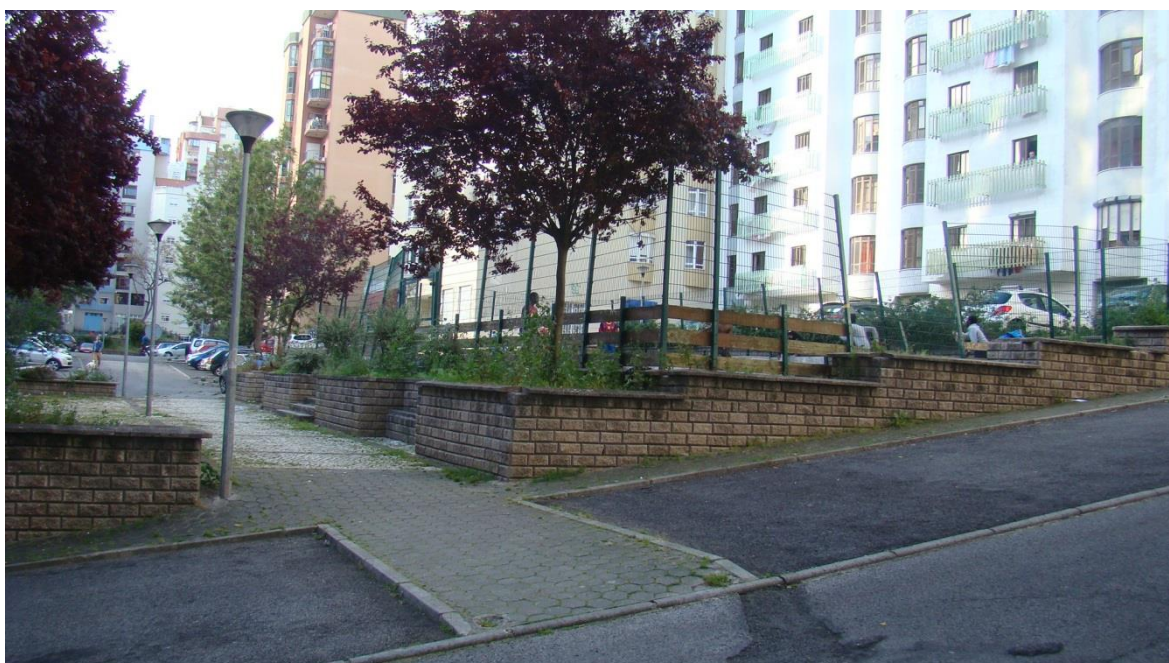
Fotografia 8: Recantos entre ruas com implementação de vegetação e mobiliário urbano.



Fotografia 9: Galeria entre prédios com acesso ao campo de futebol.



Fotografia 10: Sinais de vandalismo e *graffitis* na Galeria.



Fotografia 11: Campo de futebol e espaço de convívio.



Fotografia 12: Galeria entre prédios de acesso à zona baldia.

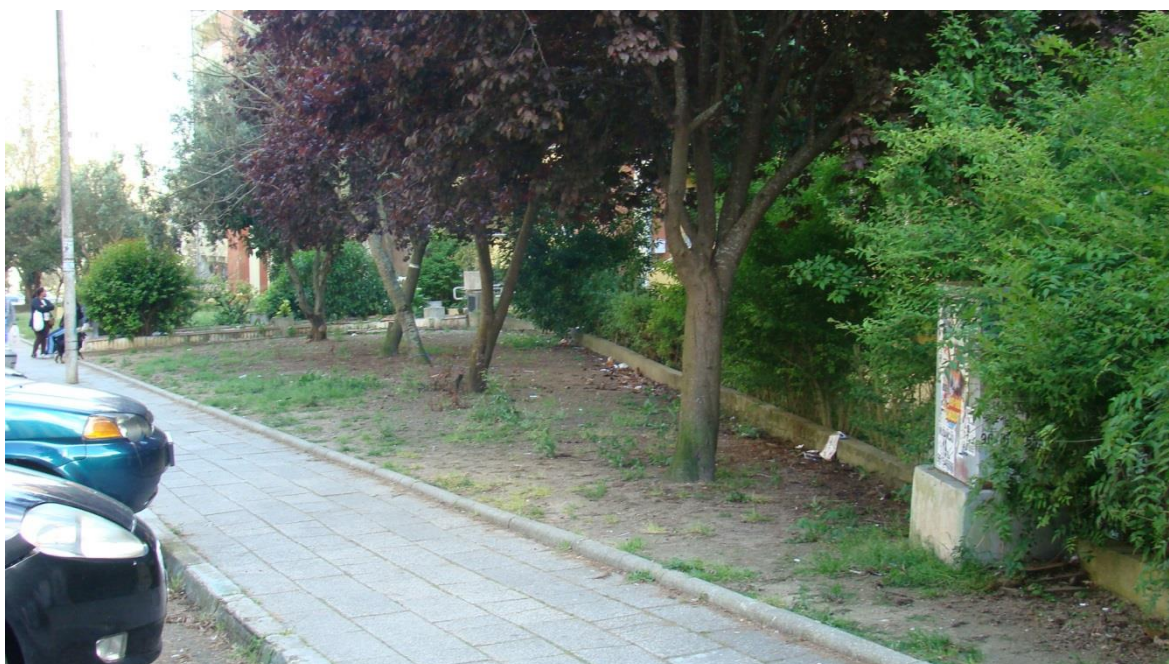


Fotografia 13: Zona baldia de estacionamento.

Rua Almada Negreiros



Fotografia 14: Zona ajardinada em forma de triângulo.



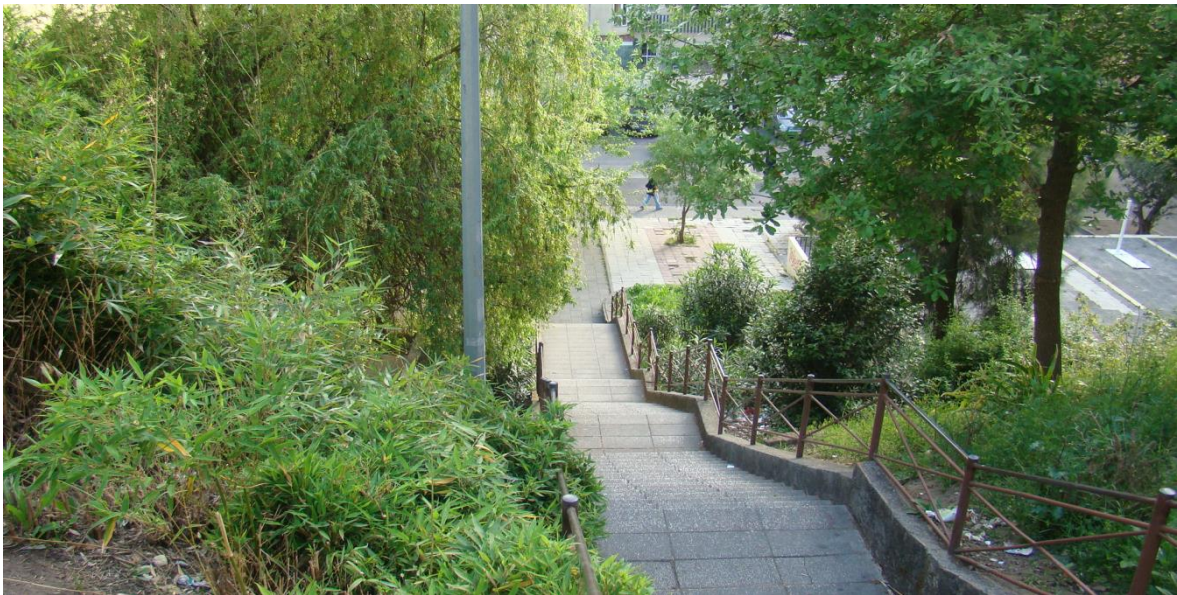
Fotografia 15: Zonas ajardinadas de domínio semipúblico em frente aos lotes.



Fotografia 16: Disposição do estacionamento junto ao passeio.



Fotografia 17: Vegetação de grande porte que impede a iluminação.



Fotografia 18: Escadaria entre a R. Almada Negreiros e a R. Professor Luís Gomes.



Fotografia 19: Degradação do pavimento.



Fotografia 20: Disposição dos ecopontos.

Rua Fernando Lopes Graça



Fotografia 21: Edifícios de grande dimensão e de fechada antiga.



Fotografia 22: Arcadas em frente aos acessos principais dos prédios.



Fotografia 23: Parque de estacionamento subterrâneo privado.



Fotografia 24: Escadas entre lotes com elevado declive.



Fotografia 25: Pátio junto ao café.



Fotografia 26: Acesso ao pátio.



Fotografia 27: Apropriação do espaço para grafitar.



Fotografia 28: Escadaria entre prédios alvo de vandalismo.

Rua Francisco Salgado Zenha



Fotografia 29: Organização morfológica da rua.



Fotografia 30: Organização do estacionamento sem delimitação física.



Fotografia 31: Organização do estacionamento sem delimitação física.



Fotografia 32: Espaços ajardinados em frente aos lotes, sem manutenção.



Fotografia 33: Escadaria entre prédios com dispositivo de iluminação vandalizado.

Apêndice K: Matrizes de unidade de contexto sobre o pré-teste à *Checklist*

Quadro 7: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre as instruções de preenchimento.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Importantes mas inexistentes.	2
#2	-Importante saber a missão que lhe é atribuída.	2
#3	- Não saber os critérios de preenchimento.	2
#4	- As instruções são importantes apesar de não existirem.	2
#5	- Não sabia muito bem o que era pedido, pois não existiam instruções.	2
#6	- Dúvidas levantadas devido à inexistência de regras de preenchimento.	2
#7	- Dúvidas em relação ao preenchimento das opções de resposta.	2
#8	- Resposta à totalidade de questões pela falta de esclarecimento.	2
#9	- Para quem não estuda o tema devem ser dadas instruções de preenchimento e apresentados os objetivos.	2

Quadro 8: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a importância da temática para as FS.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Ferramenta útil para a polícia quando bem aplicada.	1
#2	- Entendimento da abrangência e da aplicação do mesmo.	1
#3	- Nova forma de prevenção criminal, alternativa à ação reativa.	1
#4	- Boa ferramenta para a polícia em matéria de diagnóstico de causas sociais.	1
#5	- Implementação desta ferramenta é vantajosa mas não deve ficar pelo MAI. Parcerias são importantes.	1 e 3
#6	- O futuro da prevenção criminal passa por estas matérias.	1
#7	- Futuro objeto de trabalho para o MIPP.	1
#8	- Curiosa mas deve ser pensada e bem planeada.	1
#9	- Polícia deve estar atentas a novos modelos de prevenção nos espaços urbanos.	1

Quadro 9: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a compreensão de conceitos/terminologia.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Existência de terminologia pouco familiar. Devia estar mais adaptada à linguagem policial.	2 e 3
#2	- Dificuldade em compreender conceitos muito técnicos.	2
#3	- Existência de alguns conceitos mais técnicos.	2
#4	- Conceitos técnicos mas compreensíveis.	1
#5	- Tecnicidade muito específica faz duvidar do que é pretendido.	1
#6	- Conceitos de entendimento mediano para quem é apenas polícia.	2
#7	- A tecnicidade e subjetividade de alguns termos.	2
#8	- Conceitos pouco objetivos.	2
#9	- Compreensíveis para quem conhece um pouco do tema.	1

Quadro 10: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a compreensão das questões.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Questões abrangentes.	2
#2	- Algumas questões abstratas que não levam a resultados objetivos, baseados na nossa opinião.	2
#3	- Dúvidas na sua compreensão do conteúdo e do que era pedido.	2
#4	- Fácil entendimento para quem estuda a temática.	2
#5	- Perguntas objetivas mas outras de difícil compreensão. Deixavam ainda mais dúvidas.	2
#6	- Carácter generalista de algumas questões.	2
#7	- Perguntas redundantes. Algumas o que se pede é uma opinião, podendo gerar diferente respostas.	2
#8	- As perguntas deveriam ser curtas, claras e concisas.	2 e 3
#9	- Não sentiu dificuldades na compreensão pela familiarização com o tema.	2

Quadro 11: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre as opções de resposta.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- As opções apresentadas não permitem resposta a certas situações, sugere-se a opção Não de Aplica (NA).	1 e 3
#2	- Opções de resposta reduzem o conteúdo.	1
#3	- Ser sim ou não, provoca dúvidas quando a situação não recai em nenhuma das opções.	1
#4	- Falta um nível intermédio. Seria proveitoso a opção ser em escala.	1 e 3
#5	- Nem todas as questões têm resposta. Seria conveniente poder fazer algumas observações adicionais.	1 e 3
#6	- Em alguns casos uma escala de resposta.	3
#7	- Novas opções de resposta que cubram as questões que não recaem no S ou N.	1 e 3
#8	-----	---
#9	- Pela especificidade de algumas questões, o registo devia ser em escala gradual.	3

Quadro 12: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a necessidade de formação.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	-----	---
#2	- A falta de informação pressupõe que existam conceitos que não se compreendam.	2
#3	- Formação permitiria melhor proveito desta ferramenta.	2
#4	- Deve ser dada aos elementos dos MIPP e aos comandantes de esquadra.	2 e 3
#5	- Para quem não teve formação é difícil a aplicação desta ferramenta.	2
#6	- Formação específica ajuda a sensibilizar para a temática.	2
#7	- Qualquer que seja o tema deve ter uma formação inicial.	2
#8	- Especificidade de levantamento de diagnósticos requer uma formação muito direcionada.	2
#9	- A formação e trabalhos em grupo e parcerias.	2 e 3

Quadro 13: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a existência de notas de rodapé.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Permitem esclarecer conceitos.	2
#2	- Servem de esclarecimento de conceitos.	2
#3	- Úteis para direcionar o entendimento do que é pedido.	2
#4	- Não deviam existir. Um questionário por si só deve ser facilmente compreendido	2
#5	- Para algumas perguntas foras estas notas que ajudaram a responder.	2
#6	-----	---
#7	- Auxílio na compreensão dos conceitos e questões.	2
#8	- Alguns conceitos deviam ser definidos em notas de rodapé. Permitia descomplicar o conteúdo de algumas questões.	2 e 3
#9	- Considerando a aplicação deste instrumento após formação, não haverá necessidade de notas de rodapé.	1

Quadro 14: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo sobre a extensão do questionário.

Inquirido	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- Existência de terminologia não acessível.	2
#2	- Grau de sensibilidade para anotação de diversos pormenores contrapõe a grandeza com a exaustividade.	2
#3	- Extensão razoável.	1
#4	- Extensão adequada.	1
#5	- Extenso o que provocou a perda de interesse pelo mesmo.	2
#6	- Extensão adaptada face à diversidade de aspetos a considerar.	1
#7	- A especificidade das causas a observar não permite que o mesmo seja pequeno.	1
#8	- Deve ser mais curto. A extensão diminui a minuciosidade de aplicação	2
#9	- Extensão vai de encontro com as necessidades de recolha de fenómenos complexos.	1